

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RELACÕES DE PODER INSTITUCIONAIS
E PRÁTICA DE ASSESSORIA NO
MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

CARLOS ÂNGELO DE MENESES SOUSA

FORTALEZA(CE)
1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

**RELAÇÕES DE PODER INSTITUCIONAIS
E PRÁTICA DE ASSESSORIA
NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE**

CARLOS ÂNGELO DE MENESES SOUSA

FORTALEZA(CE)

1999

ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NA ÁREA DE EDUCAÇÃO POPULAR E ESCOLA

PELA PROFESSORA DR. ANGELA FERREIRA DE SOUZA

Professora Dra. Maria da

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Educação, na área de Movimentos
Sociais, Educação Popular e Escola, à banca examinadora
da Universidade Federal do Ceará, sob orientação da
Professora Dra. Maria Nobre Damasceno.

BH/UFC

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Maria Nobre Damasceno – Orientadora

Professora Dra. Ângela Therezinha de Souza Therrien

Professora Dra. Maria da Conceição Brenha Raposo

Fortaleza(CE), 17 de dezembro de 1999.

Dissertação aprovada com louva-

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Maria Henrique de Sousa (in memória) e Ângelo Braxedes de Sousa, que sempre me orientaram, especialmente Ângelo, que me ensinou a amar a liberdade, a liberdade de expressão, minha orientadora, pela sua ~~supervisão~~ e ~~educação~~ de meus estudos, e a liberdade de expressão, que sempre me ensinou a ter.

Aos meus pais, Maria Henrique de Sousa(in memória) e Ângelo Praxedes de Sousa, pelo estímulo ao esforço e dedicação aos estudos.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, primos e primas, tios e tias que na alegria da companhia e ausência souberam me incentivar ao resultado presente.

AGRADECIMENTOS

BH/UFC

Neste período de estudo no mestrado, muitas pessoas contribuíram para a consecução desta pesquisa.

Ao professorado e secretaria do programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará pela atenção e dedicação, em particular à Sandra Petit, Juraci Cavalcante, Sofia Lerch, André Haguette, Silvia Helena, Jacques Therrien, Hermínio Borges, Eliane Dayse, Rita Bonetti e especialmente Ângela Therrien, pelo crédito da acolhida, e Maria Nobre, minha orientadora, pela sua valiosa contribuição, carinho e respeito que marcaram nossa relação.

Aos amigos(as) com quem compartilhei as inquietações em torno do mestrado, do projeto de pesquisa e especialmente àqueles(as) com quem pude ter a alegria de compartilhar a convivência nesses dois anos e meio de estudos e sonhos acadêmicos em vista de uma educação mais comprometida com uma transformação social, a favor dos excluídos.

Aos membros do MEB que estiveram diretamente comigo nessa jornada pela colaboração e incentivo, particularmente as atuais e ex-assessorias do Regional MEB/CEPI, EPN e especialmente a atual e ex-equipe do MEB/Picos.

Registro também meu particular agradecimento às lideranças populares e eclesiais da Diocese de Picos pela colaboração e acolhida, especialmente à Luíza, Helena, Dom Augusto, João e Márcia. Em Fortaleza, à Antonieta Fortes, Maria Antônia e ainda em Brasília, às Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, CIAS/IBRADES(Pe. Antônio e Lenira) e Helena Araújo pela acolhida e por proporcionarem boas condições estruturais para meu estudo e produção acadêmica.

Ao CNPq, pelo apoio à realização da pesquisa.

ÍNDICE

BH/UFC

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii

I - INTRODUÇÃO

1.1. Uma busca das motivações pessoais na tentativa de aproximação da problemática de pesquisa	01
1.2. Delineamento teórico	09
1.2.1. Um primeiro levantamento bibliográfico sobre a problemática no MEB: Relações de poder enquanto não diretividade X diretividade na prática de assessoria	09
1.2.2. Um esboço do quadro de referência teórico	14
1.3. Os caminhos da pesquisa	17
1.3.1. Sobre a metodologia de pesquisa	17
1.3.2. Delimitação do universo empírico	18
1.3.3. Escolha dos procedimentos de pesquisa	19

II – DO CONTEXTO E ATORES QUE CONSTROÉM AS RELAÇÕES DE PODER

2.1. As origens do MEB – década de 1960.....	22
2.1.1. O Brasil dos anos 60.....	22
2.1.2. Os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Fundação do MEB.....	22
2.1.3. O MEB no Piauí.....	25
2.1.4. A prática pedagógica original do MEB.....	27
2.2. Notas sobre o caminhar do MEB nas décadas posteriores.....	30
2.2.1. Os dilemas da continuidade do MEB.....	30
2.2.2. A criação do MEB na diocese de Picos(PI).....	32

2.2.3. Um retorno às raízes ? Os SAMEB's(1984-1986): juntando os “cacos” do MEB, uma afirmação de sua identidade enquanto entidade de assessoria popular ?	34
2.2.4. Movimentos internos de regionalização: criando outro “locus” de poder.....	38
2.2.5. As exigências de ser uma entidade de assessoria ou qual a intencionalidade do MEB ? – A Avaliação MEB/MISEREOR(1994)	40

III – PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA OU DO “CONVITE” À PARTICIPAÇÃO.

3.1. A participação institucional	42
3.2. Igreja Católica & Participação	44
3.3. Formas de participação no MEB	47
3.3.1. A regionalização como “locus” de participação	51
3.3.2. As contradições do processo participativo	55

IV – DISCURSO E PRÁTICA DE ASSESSORIA COMO RELAÇÕES DE PODER

4.1. O ideário de sociedade e educação do MEB.....	62
4.2. Relações entre assessoria & organizações populares	66
4.3. A prática de assessoria pedagógica do MEB e suas relações de poder	75
4.3.1. Para além do pseudo dilema entre animação e assessoria	76
4.3.2. A necessidade de uma assessoria que consubstancie o saber e poder popular	78

V – CONCLUSÕES	85
-----------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
--	----

ANEXOS	101
---------------------	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AnPo – Animação Popular

BILANCE - Entidade de Cooperação Internacional sediada na Holanda.

CDN – Conselho Diretor Nacional

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CEPI – Ceará e Piauí

CIAS/IBRADES – Centro de Investigação e Ação Social/ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EPN – Equipe Pedagógica Nacional

FAMCC – Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MAPA – Maranhão e Pará

MAPATO – Maranhão, Pará e Tocantins

MEB – Movimento de Educação de Base

MISEREOR – Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.v. – Entidade de Cooperação Internacional sediada na Alemanha.

ONGs – Organizações não-Governamentais

SAMEB – Seminário de Avaliação do Movimento de Educação de Base

SAPED – Secretário Adjunto Pedagógico

SAR – Serviço de Assistência Rural

SERNALBA – Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

RESUMO

TRACT

BH/UFC

Esta dissertação possui como foco central de pesquisa a maneira como são geradas as relações de poder no Movimento de Educação de Base - MEB, tanto em seus espaços internos quanto na assessoria às organizações populares. Procura compreender como as marcas ideológicas e históricas da Igreja Católica no Brasil se fazem presentes no MEB, interferindo e/ou condicionando suas relações de poder, bem como analisa algumas formas de exercício de poder existentes na instituição e suas concepções sócio-políticas e pedagógicas que alicerçam a prática de assessoria pedagógica. A pesquisa priorizou o período de 1993 a 1998 e o MEB na diocese de Picos(PI), Nordeste brasileiro, embora não se restrinja aos mesmos. Com base em Gramsci, na concepção dialética da história e nas categorias analíticas da contradição e hegemonia, discorre sobre os limites e possibilidades da construção de práticas sociais democráticas. Conclui que na contradição dos espaços institucionais do MEB e suas práticas de assessoria, tanto há reprodução de relações sociais autoritárias, quanto construção de relações sociais democráticas; que é necessário o MEB potencializar a formação da sua assessoria numa perspectiva crítica, com fundamentação científica, sem perder, contudo, a relação direta com as organizações populares em vista da consubstanciação do saber e poder popular das mesmas na construção de uma sociedade justa e democrática.

ABSTRACT

The main focus of this dissertation is the study about how relations of power in the Base Education Movement – MEB are generated, concerning its internal spaces and the assistance to popular organizations. It searches the comprehension about how the Catholic Church of Brazil's ideological and historical signs are present and influence or/and condition the MEB's relations of power. It still analyses some mechanisms of exercises of power in that institution, as well as its social, political and pedagogic conceptions on which its practice of pedagogic assistance is based. The research gave priority to the period of time between 1993 and 1998, and to the diocese of Picos, in Piauí, in the Brazilian Northeast; however, it is not limited to them. Based on Gramsci, Dialectical Conception of History and on analytical categories: Contradiction and Hegemony, it discusses the limits and possibilities to build democratic social practices. It come to the conclusion that in the MEB's institutional spaces and in its practices of assistance, there is, at the same time, the reproduction of authoritarian social relations and the implementation of democratic social one. The work reveals the MEB's need to strengthen its board of assistance's formation in a critical prospective and with scientific background, however, not ignoring the direct relation with popular organizations, in order to integrate their popular knowledge and power in the construction of a fair and democratic society.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Uma busca das motivações pessoais na tentativa de aproximação da problemática de pesquisa

O delineamento do presente objeto de estudo foi um processo lento e gradual, fruto direto de minha experiência profissional no Movimento de Educação de Base nos Estados do Ceará e Piauí(MEB/CEPI)¹. Desde meados de 1993, quando assumi o cargo de assessor regional, deparei-me com o desafio de trabalhar como assessor pedagógico de outros assessores que atuavam diretamente com as organizações populares em diversas localidades desses Estados. O MEB, enquanto instituição, vivia um processo de descentralização pedagógica e ensaiava passos na dimensão administrativa que parecia ser fruto de uma contraposição a uma forma centralizadora vivenciada anteriormente e que tinha o departamento de Brasília, na direção nacional, sua expressão e símbolo maior de controle.

Os regionais e os departamentos² do MEB vivenciavam uma certa oposição às formas explícitas de autoridade, o que se verificava claramente na dificuldade do exercício efetivo de coordenações nos departamentos. Naquela época, não se cogitava nem a possibilidade de uma coordenação regional, no caso do Regional MEB/CEPI. Os encontros e reuniões desse regional , na maioria das vezes, iniciavam com a preparação do próprio evento, inclusive fazendo o levantamento da pauta a ser discutida. Tudo devia ser feito e aprovado no coletivo sem mediações ou delegações.

¹ Na época existiam 2 departamentos no Piauí, nas cidades de Teresina e Picos e 4 departamentos no Ceará, nas cidades de Tianguá, Sobral, Itapipoca e Limoeiro do Norte, com um total de 29 assessores locais.

² No estatuto do MEB oficialmente só existem os departamentos de Educação de Base que são constituídos de assessores locais responsáveis pelo desenvolvimento direto das atividades do MEB junto às organizações populares. Embora seja oficioso a existência dos regionais, os mesmos são constituídos pela união de um conjunto de departamentos em uma dada região a fim de terem uma ação político-pedagógica em comum. Atualmente há 4 regionais no MEB: Regional Amazona, Regional MAPA(Maranhão e Pará), Regional CEPI(Ceará e Piauí) e o Regional SERNALBA(Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia).

No âmbito da direção nacional, sobretudo do secretariado³, vivia-se a experiência de uma coordenação colegiada onde, em grande parte, diluía a visibilidade e clareza dos papéis, de cada um dos seus membros, gerando problemas quanto a ambigüidade de posicionamento, tomada de decisões e outros.

As diversas instâncias do MEB viviam essa tensão, bem expresso no Pré-Relatório MEB/MISEREOR - 1994:

“Os resquícios da “feudalização” dos departamentos e do “corporativismo” dos regionais atestam a resistência contra uma centralização/intervenção autoritária e burocrática da Equipe Nacional, presente na história do MEB. Essa atitude reativa, no entanto, ajudou no aparecer do rosto local/regional que tiveram sua autonomia e particularidade amuladas/diluídas/desprezadas por uma unidade decretada a partir do alto. Hoje já cresce a compreensão da necessidade, a partir dos diferentes trabalhos, da existência dos diversos níveis de expressão do MEB, agora com a consciência do devido respeito ao específico e à competência de cada instância.”

(PEIJENENBURG & SILVA, 1984:25)

Como se pode perceber, as marcas ideológicas e históricas da Igreja Católica se fazem presentes aí na tensão “centralização X descentralização” e consequentemente no exercício do poder e da autoridade, que nela se fez e se faz nitidamente hierárquica. Indubitavelmente, essa querela histórica se constitui em um dos panos de fundo da problemática aqui estudada e que posteriormente deveremos retomar com maior realce.⁴

Apesar das ricas experiências que tive ao longo dos primeiros anos, percebia alguns estrangulamentos e lacunas na prática pedagógica institucional em seus aspectos internos e cogitava que também, por consequência, se refletia no âmbito externo. Seguramente, o problema do exercício da autoridade era algo mal resolvido; não havia uma preocupação precipua com a competência e sim com o autoritarismo.

³ Composto pelo Secretário Geral e dois Secretários Adjuntos: o pedagógico e o administrativo. Possuem a função de coordenar o MEB no âmbito nacional.

⁴ Sobre essa questão, ver na bibliografia MARTINS (1994); MADURO(1983), PORTELLI, Hugues.(1984), além das produções de vários outros estudiosos, em suas obras citadas ao longo dessa pesquisa, como PAIVA(1986; 1986). MAINWARING(1986; 1989), BOFF(1984; 1996).

O objeto de estudo foi se tornando mais nítido quando em 1996, o Secretário Adjunto Pedagógico(SAPED) promoveu um curso de 1 ano para a Equipe Pedagógica Nacional – EPN⁵ , com o “Espaço Pedagógico”⁶, realizado pela Madalena Freire Weffort que versava sobre a prática educativa dos educadores do MEB. Essa oportunidade se tornou um momento ímpar para refletir sobre “os pontos de estrangulamentos e lacunas na prática pedagógica institucional”. No registro do curso, na época, frente a pergunta sobre que desafios e necessidades a EPN vinha enfrentando em relação ao trabalho de assessoria no MEB, destaquei:

- “*Responder a uma diversidade de solicitações(de diferentes ordens e magnitude) e a necessidade de um acompanhamento mais sistemático e personalizado aos departamentos e seus assessores;*
- *Amplitude(e às vezes imprecisão) do objeto de intervenção e necessidade de maior profundidade nas especificidades de cada área de assessoria;*
- *Gerenciar as tensões e/ou lacunas de ordem institucional decorrentes da prática e visão de autoridade com prejuízo para a prática educativa.”*

(SOUSA, 1996)

Madalena Freire instigava os participantes com uma série de provocações que tocavam especialmente nas relações institucionais que eram vivenciadas. Assim registrei:

“*Havia uma inquietação pessoal desde a 1^a reunião quando da afirmação da Madalena de que todo grupo possui um coordenador, (que é a autoridade) e como fica o caso do Regional CEPI(Ceará e Piauí) que eu assessoro, onde a coordenação se dá no coletivo amplo e não há uma pessoa ou coletivo restrito nesse papel. Há queixas de alguns para que haja uma autoridade mais visível mas a maioria vê com bons olhos a diluição da autoridade individual e a concentração da autoridade no coletivo. É um estilo de coordenação colegiada onde há uma ininterrupta circulação do papel de coordenação entre qualquer membro do regional em seus foros apropriados. Nesse sentido, o sistema de coordenação colegiada é uma balela ? Onde fica a questão da circulação do poder, tão necessária e saudável na construção da cidadania, da democracia ?”*

(SOUSA, 1996)

Em outros momentos, frente a uma atividade onde Madalena Freire solicitou que expuséssemos que modelo de educador cada um era, e, após as exposições, destacou a

⁵ Composta pelos Assessores Regionais e Secretário Adjunto Pedagógico. Entretanto, o curso foi aberto também para o secretariado e setor de projetos de Brasília.

concepção que estava por traz da maioria dos modelos apresentados. Havia um ranço espontaneísta no grupo, na Instituição. Necessitávamos trabalhar o papel e a função da autoridade.

Parece que a reação a uma forma de autoridade centralizadora, dominadora, autoritária na instituição(MEB) fez com que houvesse uma diluição e “negação” da autoridade que não fosse coletiva, da maioria, caiu-se assim no basismo. Alguém que tivesse um papel de coordenador de qualquer atividade só seria visto, na maioria das vezes, “um bom coordenador” se fosse não-diretivo, isto é, que deixasse o grupo e/ou grupo popular encontrar **sozinho** seu próprio caminho.

A título de hipótese, acredito que o fato da Igreja Católica Apostólica Romana centralizar o poder de decisão e controle de suas organizações num comando central e de caráter hierárquico, ao mesmo tempo que defende e propaga um discurso e, de certa forma, uma prática participativa, especialmente no meio popular, tem criado uma tendência ao basismo ou populismo pedagógico como reação ao crescimento do autoritarismo nas relações sociais, no âmbito do Estado⁷ e dentro da própria Igreja Católica. Essa contradição da Igreja parece gerar tanto relações de dominação, quanto relações emancipatórias. Cabe, então, investigar como são geradas essas relações e quais os limites das mesmas.

Alguns indícios no MEB atestam que essa querela permanece atualíssima, revestida em novas roupagens. A título de exemplificação pontuo algumas outras práticas atuais no MEB que recolocam essa problemática:

- Desde que o MEB, no seus famosos SAMEB's realizados em 1984 e 1986, optou por um resgate da sua prática original de assessoria às organizações populares, não se restringindo a alfabetização, os seus agentes vivem até hoje a discutirem e solicitarem maior clareza da

⁶ Entidade de assessoria e formação de educadores com sede em São Paulo.

⁷ A fim de termos um paralelo do “populismo” na política brasileira e latino-americana, ver estudos de SADER, Éder (1982); WEFFORT, Francisco (1980); IANNI, Octávio (1968); PONTE, Victor Manuel Durand (1996).

distinção entre assessoria e animação⁸. A primeira entendida como uma ação com um corte nitidamente político-pedagógico que pressupõe uma boa instrumentalização técnica e política na ação subsidiária às organizações populares e a segunda entendida como ação direta, de envolvimento contínuo com as organizações populares onde o que importa é o contato com o povo, com as comunidades, animar as mesmas onde a intervenção do agente parece não necessitar de uma boa instrumentalização técnica e política para uma ação subsidiária às organizações populares;

- Nos seus departamentos espalhados em grande parte do Norte e Nordeste do país, o papel dos coordenadores, embora sempre sustentados oficialmente dentro do estatuto do MEB, sofreram e sofrem, em grande parte, uma total descaracterização da sua autoridade instituída e a ser construída, prevalecendo um ideário e discurso/prática marcadamente basista onde as decisões sempre e inequivocamente devem ser da maioria. O coordenador na prática não possui “legitimidade” para decidir quer por uma não aceitação dos outros agentes, quer por não se sentir também legitimado mesmo sendo coordenador. Criou-se uma cultura espontaneista e de aversão à autoridade que não seja da equipe⁹;
- A ação do MEB, em sua maioria, é realizada basicamente com organizações e comunidades populares que não tem vínculo com o poder público. Há uma dificuldade em extrapolar e expandir seus contatos e especialmente seu raio de ação para além desses grupos e organizações, o que tem revelado, entre outros pontos, uma visão centrada só no alternativo.

Frente a esse quadro, fui instigado a aprofundar as raízes das relações que se instauram entre os diversos sujeitos(assessores e grupos populares), a própria instituição e suas relações com a sociedade. De antemão, sei que o que essas relações se constituem

⁸ O termo animação aqui é completamente diferente do sentido atribuído à animação popular do início do MEB. Ver capítulo 7 do livro de WANDERLEY(1984).

⁹ Possivelmente tal atitude e prática seja também uma forma de reação às experiências autoritárias e centralizadoras de outras gestões administrativas no MEB como se atesta em vários dos seus documentos(Avaliação MEB/MISEREOR-1994, Avaliação MEB/BILANCE-1998 etc.) e também na pesquisa DAMASCENO(1990:117). Aqui o que me interessa é, mesmo considerando esse fato, procurar entender o porquê dessa prática e em que bases se apoia e tenta se justificar. Não é simplesmente vê-la como reação já que

enquanto relações de poder que podem gerar dominação, serem relações autoritárias ou podem gerar emancipação, serem relações libertadoras.

Se o MEB, em seus diversos níveis de relações quer externas(assessores & movimentos sociais, Instituição e o Estado, etc.) e quer internas(relações entre instâncias, etc.) não tiver claro que tipo de relações está gerando, isso deporá inexoravelmente contra a construção de uma sociedade democrática que em seus objetivos visa ajudar a construir.

Diante do exposto, creio que podemos afirmar que a **problemática das relações de poder¹⁰** enquanto emancipação ou dominação, especialmente veiculada na não-diretividade, espontaneísmo, basismo ou populismo pedagógico permanece atual, notadamente nos grupos e organizações populares de orientação católica. Algumas indagações então me possibilitariam pesquisar essas relações de poder, entendendo o MEB como uma Instituição pedagógica, que possui agentes e um ideário pedagógico, criada e organicamente vinculada à Igreja Católica.

Teríamos como questões norteadoras do estudo:

- a) Como são geradas as relações institucionais de poder no MEB ?
- b) Qual o papel da Igreja Católica na gestação dessas relações de poder ?
- c) Que concepções sócio-políticas e pedagógicas alicerçam essas relações de poder no ideário e prática do MEB ?

poderia reagir de diversas outras formas. Por que age assim ? Que mecanismos e condicionamentos internos e externos corroboram para isso acontecer como acontece ? Essas são as perguntas que busco investigar.

¹⁰ Entendemos a noção de poder decorrente das relações entre os homens e estas a partir de uma visão marxista, onde o poder político desempenha um papel importante na manutenção, reprodução ou transformação das relações de produção, assim como na dominação de classes, possuindo na economia a sua razão histórica. Para Gramsci(1991) tanto as relações de classe são relações de poder como as relações de poder implicam as relações de classes sociais. O poder de uma classe sobre a outra opera-se pela hegemonia e não pela força, pela coerção. Partimos também da noção de poder em Foulcault(1979) ao enfatizar seu caráter relacional de funcionalidade e utilidade nas instituições e especialmente em sua abordagem metodológica quando menciona que o poder deve ser captado em suas extremidades, ramificações, no seu aspecto micro, dialeticamente relacionado com o aspecto macro, estudado em sua intenção e prática efetiva onde ele se implanta e produz efeito e que o mesmo é algo que circula, funciona em cadeias e redes, além de outros aspectos.

O pressuposto para adentrarmos nessas questões, em busca de respostas, é compreender a educação, o MEB enquanto instituição, as práticas pedagógicas dos seus assessores inseridos num contexto social marcado pela contradição que os condicionam e também pode criar formas alternativas que modifiquem, extrapolem esses condicionamentos. Perguntarmo-nos pelo nível de relação do MEB com o poder do sistema sócio-político numa determinada conjuntura, significa criar condições para entender os porquês dos objetivos e políticas explícitos e implícitos, as opções e decisões manifestas e subjacentes, enfim, a vida mesma da instituição MEB e seu papel numa estratégia mais ampla a nível da sociedade (MUÑHOZ, 1978).

Assim teríamos como objetivo geral dessa pesquisa a investigação de como são geradas as relações de poder no MEB a fim de perceber seus limites e possibilidades na construção de práticas sociais democráticas. A partir do mesmo, buscaríamos compreender como as marcas ideológicas da Igreja Católica se fazem presentes no MEB, interferindo e/ou condicionando suas relações de poder internamente e externamente, como também analisar as concepções sócio-políticas e pedagógicas que alicerçam as práticas de assessoria pedagógica do MEB.

Toda essa problemática constitui-se em questões nascidas da reflexão sobre a minha prática profissional e consequentemente, abrindo-a num leque maior, também às experiências de assessoria às organizações populares. Acredito, como Paulo Freire, que *“a prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática é por ela iluminado tal como a prática que ilumina o pensamento é por ele iluminada”* (FREIRE, 1978:65 grifo nosso)

Endosso a perspectiva de que um problema de pesquisa, especialmente nas Ciências Sociais, antes de ser um problema teórico de análise, tem seu nascedouro na vida real das pessoas. “(...) é algo que existe gerado pela prática social. Como parte da realidade social, o problema se reveste de múltiplas dimensões, constituindo-se num desafio para o pesquisador o recorte dos aspectos que deve ser considerado o foco da análise”(DAMASCENO, 1999:20).

Quanto ao envolvimento direto com a instituição pesquisada, sendo assessor da Equipe pedagógica Nacional do MEB, e o desenvolvimento da pesquisa, mesmo sabendo que não há “neutralidade científica” e “total objetividade”, especialmente em pesquisas dessa natureza, adotou-se uma redobrada vigilância epistemológica. Como dizia Geertz(1978:30), citando Robert Solow, o fato de não existir um ambiente perfeitamente asséptico não deve nos levar a pensar em fazer uma cirurgia num esgoto já que é impossível conseguir uma completa objetividade. Alguns trechos do diário de campo revelam esses movimentos:

“Tem sido muito interessante esse processo de pesquisar a própria prática em que estamos imersos. O exercício de estar dentro e distanciar-se é exigente e ao mesmo tempo nos dá mais “chão”, pois se trata de um distanciar-se na proximidade do objeto pesquisado ...O contato com a realidade realmente nos faz repensar muitas coisas o importante é que estou atento a esses ecos da realidade em meus esquemas. De qualquer forma tenho aberto um espaço maior do que havia previsto inicialmente a essa questão...”

(Diário de Campo Nº 05)

“Pessoalmente, captei-me no movimento de olhar com o olhar de um pesquisador e ao mesmo tempo, nesse dia, com o olhar de um assessor da Equipe Pedagógica Nacional, alguém de dentro do MEB de hoje, e que se deleita com o que há de bom na experiência passada, às vezes até surpreso por alguns momentos e porque não dizer, querendo capturar alguns desses materiais para o trabalho no presente(cheguei a tirar fotocópias de alguns quadros/esquemas de registro da prática para levar para a próxima reunião da Equipe Pedagógica). ”

“Devo estar atento a esse movimento, não tolhê-lo, para não deixar que ocasionalmente suplante, especialmente nos momentos de aridez, o olhar do pesquisador ao sabor da volúpia da (re)descoberta de “insights” interessantíssimos quer do passado, quer do presente. Penso que isso pode ser incorporado à pesquisa na medida e proporção que haja clareza e disciplina nesses movimentos do olhar o objeto e a realidade em que o mesmo está envolvido e faz parte da mesma.”

(Diário de Campo Nº 03)

Especialmente este último trecho do diário de campo nos revela, em concordância com Quivy & Van Campenhoudt(1992:81), a busca do cercar-se o máximo possível de cuidados a fim de não tirar conclusões apressadas, decorrente de uma grande familiaridade prévia com o objeto, o que nos levaria a cair na “*ilusão da transparência*” que pôde ser

minimizada quando deixamos “correr o olhar sem se obstinar sobre uma única pista, ouvir à sua volta sem se contentar com uma só mensagem, apreender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores”.

1.2. DELINEAMENTO TEÓRICO

1.2.1 Um primeiro levantamento bibliográfico sobre a problemática no MEB: Relações de poder enquanto não-diretividade X diretivismo na prática de assessoria

Segundo Paiva(1986b), a não-diretividade presente no populismo católico possui suas raízes ideológicas no movimento de renovação católica, ocorrido no final dos anos 50 e década de 1960, que também possuía elementos comuns aos encontrados no populismo russo do século XIX que eleva o vivenciado, a experiência à condição de fundamento da verdade e idealizava as camadas populares. Sua regra máxima era a da não-intervenção e da não-conscientização. Defendiam a democracia direta, rejeitavam a delegação para além do momento em que ela ocorre, não viam legitimidade de qualquer liderança estável e exaltavam o espontâneo e o natural.

Ainda conforme a mesma autora, a sistematização dessa tendência pedagógica, marcada fortemente pelo existentialismo personalista cristão, foi realizada por Paulo Freire que teve ao longo desses anos e atualmente uma notória influência nos grupos populares, especialmente os de orientação cristã. O Sistema Paulo Freire apresentava como horizonte teórico a ênfase no culturalismo, na construção de uma democracia acima das classes e nas etapas do progresso numa concepção histórica ascendente da realidade(PAIVA, 1986a:109).

Por outro lado, nesse mesmo período histórico, outra forte influência nas experiências de educação popular provinha de algumas orientações marxistas, especialmente leninista e maoísta, que preconizavam a necessidade de contato com as massas para acontecer a

transformação. Essa perspectiva, embora possuindo esse ponto em comum com a perspectiva freiriana, divergia no sentido da vanguarda popular(JIMÉNEZ, 1989: 23-24).

Basicamente as experiências tidas como inovadoras e dentro de uma perspectiva crítica se desenvolveram orientadas por essas duas vertentes na década de 1960. Desde seus primeiros anos o MEB, mesmo tendo sido criado com um objetivo basicamente alfabetizador, vai mudando esse reducionismo e ampliando sua intervenção educativa numa perspectiva crítica e de politização, valorizando a cultura popular, a autonomia das comunidades, a organização e a animação popular. No Encontro Nacional de Coordenadores do MEB, em Recife no ano de 1962, assim definiram o objetivo do MEB:

“Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados a uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro”

(MEB, 1962)

Os agentes do MEB compreendiam a não-diretividade imbricada no conceito de conscientização¹¹. O não-diretivismo incorporava-se à visão do processo educativo em si mesmo. A assessoria deveria dialogar e jamais impor idéias ou qualquer outra coisa. Entretanto, viviam numa constante tensão se o processo de conscientização era um processo espontâneo ou um processo induzido ou, nas palavras de Gómez de Sousa, havia “uma tensão entre as exigências pedagógicas e as urgências políticas”(1982: 260). O problema que se colocava, segundo Fávero, era o da manipulação ou da massificação. O MEB conseguiu ser direutivo sem manipular e massificar (FÁVERO, 1984: 256-258).

Fávero(1984: 258) refuta a tese defendida por Paiva(1986a:205-206) de que o fato dos agentes MEB se recusarem usar da manipulação e massificação ser visto como adesão ao espontaneísmo em relação ao método Paulo Freire . Baseando-se na “Concepção Dialética da

“História” em Gramsci, este diz que trata-se de “(...) enfrentar uma das necessidades que o mesmo aponta para todo o movimento cultural que pretende substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo em geral” ou seja a necessidade de “(...)trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos”.

As afirmações de Wanderley(1984) também endossam a idéia de que os agentes do MEB optando pelo não-diretivismo e combatendo a manipulação foi um dos movimentos da época que assumiu com maior destaque essa postura. Pondera, entretanto, que por não existir a total espontaneidade e nem a total manipulação, o MEB oscilou em três sentidos:

“a) um mais paternalista e menos democrático, de crer que detinha um conjunto de verdades(apesar de estar a quilômetros de se imaginar uma vanguarda) a serem transmitidas ao homem do campo que, internalizadas, teriam o condão de levar à mudança social;

b) outro de uma certa mitificação do povo, percebido como possuidor de reservas de pureza, em confronto com as elites e os políticos, capaz de por suas próprias forças se erguer da sua situação e se transformar, transformando a realidade; e aos agentes intermediários cabia a função de promover as condições para que ele se manifestasse como protagonista do processo;

c) um terceiro de fecundação mútua, no qual cada parte contribuiria com seus elementos específicos, mas com a consciência dos quadros do MEB de que para um projeto globalizante de mudança social havia a exigência de uma organização mais ampla, de natureza política, que extrapolava os objetivos educativos e sociais do Movimento.”

(WANDERLEY, 1984: 367)

RAPOSO(1985:19), por sua vez, em sua pesquisa sobre o MEB/Maranhão naquela época, diz que a questão da educação popular não pode ser tratada desvinculada da questão da cultura popular, pois as camadas populares não estão instrumentalizadas suficientemente para desenvolverem um processo educacional revolucionário e nem espontaneamente isso ocorreria pois as limitações da cultura popular não fornecem subsídios necessários para uma

¹¹ “Entendia-se que a “conscientização, como um processo espontâneo” era a “única possibilidade do indivíduo atingir a consciência histórica” de maneira autêntica(...)(Encontro de Politizadores(23-31jul.1963: Aracaju)

apreensão crítica da realidade que vá além do “senso comum”¹². Daí ser necessária a contribuição de um agente externo, de um intelectual que:

“comprometido com as causas das camadas populares necessita desvincilar-se da crença de que o respeito à cultura popular está intrinsecamente relacionado com a sua postura neutra que implica, de forma passiva, aguardar que espontaneamente uma nova cultura popular seja gerada no seio das camadas populares e que sua contribuição se dá no sentido de assessorá-las. É necessário desvincilar-se da ideologia burguesa que tão sutilmente muitas vezes pretende envolvê-los. A pretensa neutralidade do intelectual é inexequível. Não existe “instrumentalização” sem conteúdo, logo sem ideologia”

(RAPOSO, 1985: 21 - grifo nosso)

Mesmo constituindo-se fundamentalmente de um conhecimento a nível do senso comum com todas as consequências que isso implica, especialmente às atribuições ao acaso e destino, há na cultura popular um conhecimento que “encontra formas de sobreviver, de resistir, de reproduzir-se e, muitas vezes, conseguido ser mais perspicaz que aquele elaborado e difundido entre a classe dominante(...)(RAPOSO, 1985: 43).

A autora admite que houve uma incapacidade dos agentes do MEB de entender a questão do popular que os tornavam receosos em projetar uma cultura deles(agentes) e não popular. Daí enveredaram em caminhos equivocados como a recomendação, ao menos nos discursos, da utilização de técnicas não diretivas. Na prática era inexequível, “o MEB foi envolvido pelo não diretivismo, tão em voga naquele momento, mas não conseguiu incorporá-lo”. Destaca que entre os agentes do MEB havia assim uma crença de que era possível, independente das ideologias, adotarem um comportamento neutro(RAPOSO, 1985: 44).

Aproximando um pouco mais da nossa década, Damasceno(1990) em sua pesquisa sobre as interrelações que se dão entre a prática de educação comunitária MEB/CEBs e as condições de vida e de trabalho do camponês nordestino, sua consciência, organização e

Notas. Aracaju, 1963. 20p. man. IN: FÁVERO, 1984: 124.

¹² O que não nos parece ser atributo apenas das classes populares.

prática política a partir da experiência do MEB/Fortaleza, no início da década de 80, também destacou a querela do não-diretivismo, entre outros aspectos, na prática pedagógica do MEB.

Na relação pedagógica entre os agentes MEB e os camponeses, haviam duas modalidades básicas de ação: o modelo de agente e o modelo do povo. O modelo de agente gera relações autoritárias, onde o pressuposto fundamental “é a posição do agente como detentor do conhecimento, que deve ser transmitido para as bases”. Tal modelo requer para sua viabilização a figura do líder ou animador de comunidade. O segundo modelo parte do pressuposto que a verdade se encontra no povo expressa em seus diversos aspectos como os valores positivos do cristianismo, em sua religiosidade popular, sua vivência comunitária e outros que em síntese poderíamos dizer que “(...)a base do solidarismo já está presente no povo(...)” e é preciso “(...)deixar que as idéias nasçam da experiência do povo”. Analisando-o mais pormenorizadamente, a autora, conclui que este segundo modelo apresenta apenas um aparente espontaneísmo e também gera relações dominadoras, porque no fundo e de uma forma velada, quem determina o curso da prática é o agente. Endossa a visão de Paiva(1980:203) quando assevera que a mesma trata-se de uma “pedagogia indutivista” que tenta ressurgir o “populismo indutivista” da época da Ação Católica (DAMASCENO,1990: 225).

Nesse breve levantamento bibliográfico pudemos verificar que o espontaneísmo ou diretivismo nas práticas político-pedagógicas das organizações, grupos populares e nas instituições que lhes prestam assessoria podem ser desveladas como relações de poder, pois estabelecem “necessidades” e “demandas” que tendem a fortalecer o poder de um polo ou de outro em vista de relações sociais democráticas ou autoritárias. No caso das assessorias podem colocar em xeque o seu discurso de buscarem a “autonomia das organizações populares”. No tocante a essa questão Fávero destaca:

“Toco pela segunda vez numa questão aberta até hoje e para a qual as contribuições têm sido poucas, até mesmo o estudo dos textos clássicos sobre o tema tem sido relativamente pequeno. A questão do espontaneísmo ou do dirigismo está presente, no entanto, em quase todas as discussões sobre educação popular e em quase todos os estudos sobre movimentos sociais populares, principalmente urbanos e sobretudo após 1980. Da

*mesma forma, a questão da **autonomia** desses movimentos sociais, em particular do movimento operário, é um dos temas mais discutidos hoje entre os militantes políticos de esquerda.”*

(FÁVERO, 1984:125 – grifo nosso)

Wanderley(1984:476) diz que a relação agente-monitores-comunidades é uma questão complexa que se expressa no binômio “*não-diretivismo e manipulação que preocupava seriamente o Movimento e permanece preocupando hoje os grupos que atuam nas bases com os setores populares.*”(grifo nosso).

A maior parte dos pesquisadores aqui estudados mencionam que vem se acentuando, especialmente desde o final da década de 70, novamente uma tendência populista católica inclusive como forma de reação ao autoritarismo do Estado e das relações dentro da própria Igreja(DAMASCENO, 1990:165). Observam ainda que o tratamento dado ao basismo condicionará em parte a capacidade da mesma “*em estimular inovações criativas na política brasileira*” e que a abertura política e as novas configurações da Igreja Católica no Brasil, especialmente as pressões sofridas pela sua ala progressista e a abertura política no país reforçam estas tendências basistas(MAINWARING, 1986:224-225). Afirram que “*o aprofundamento e ampliação da influência populista é um processo ainda em curso*”, ultrapassando a proposta de Paulo Freire e que vem sendo sistematizado e divulgado, via publicações escritas, a partir “*da assessoria a movimentos de educação popular, fundamentalmente na área católica(...)*” no final dos anos 70(PAIVA,1986b:261). Destacam, ainda, que o que está por trás do populismo pedagógico não é primordialmente a questão da competência, mas a do autoritarismo(PAIVA,1986b:228).

1.2.2. Um esboço do quadro de referência teórico

Uma pesquisa social requer do pesquisador que procura ter um pensamento dialético uma postura de articulação entre a teoria e a prática, sem anteposições da teoria sobre a realidade estudada, pois “*as doutrinas fazem parte integrante do fato social estudado e não podem ser separadas senão por uma abstração provisória*”(GOLDEMANN, 1988: 51). Assim, o meu intuito na apresentação desse “quadro de referência teórico” é apenas de expor

alguns conceitos fundamentais abordados nessa pesquisa que serviram de orientações para suas análises e que não devem ser vistos como categorias fechadas, definidas aprioristicamente sem um contato com a realidade empírica pesquisada, já que concordamos com Goldmann(1988: 33) quando diz que se assim agisse estariamos abordando fatos “*com categorias e pré-noções implícitas e não conscientes*” que nos fechariam “*de antemão o caminho da compreensão objetiva*”.

Nesse sentido esse “quadro de referência teórico” pretende ser somente um “*esboço de uma direção provisória*”(GADOTTI, 1981:34), posto que:

“*Não temos o propósito de reelaborar conceitos teóricos, mas apenas agir seletivamente, escolhendo aquelas formulações teóricas que, a nosso juízo, apresentam-se como sendo abrangentes e adequadas à realidade que nos propomos investigar. Consideramos que o critério legítimo para julgar o valor de uma teoria reside no fato da mesma possibilitar o máximo de conhecimento da realidade. Para tal precisa ser vasta e adequada à realidade concreta que se propõe explicar.*”

(DAMASCENO, 1990:17)

No intuito de compreender e interpretar a problemática em questão, optou-se pela **concepção dialética da história** por ter na mesma um lastro maior de interpretação crítica do real e propiciar a captura das interrelações entre as instâncias infra e supestruturais. ¹³ Nesta perspectiva, destacou-se duas categorias básicas de análise: **contradição e hegemonia**

O conceito de **contradição** não deve ser apenas entendido como categoria de interpretação do real, mas também como sendo um dos movimentos da realidade, como “motor interno do movimento”, do desenvolvimento da realidade. Explicitando a necessidade de se trabalhar com a categoria da contradição destaco que:

¹³ Optamos aqui preferencialmente pela teoria marxista, na vertente gramsciniana, quer em algumas das suas produções clássicas originais, quer também pelas interpretações feitas por notórios especialistas internacionais e nacionais como pode ser visto na bibliografia. Certamente a não utilização de um maior número de clássicos sobre a Concepção Dialética da História está relacionada ao tempo para o desenvolvimento desta pesquisa que esteve atrelado aos prazos de financiamento da bolsa de pesquisa e exigências acadêmicas próprias de um mestrado que diferentemente de um doutorado me permitiu tal opção circunstancial.

“A categoria da contradição(poder-se-ia denominá-la de lei, dado seu alcance globalizante) é a base de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento mais originário do real. A contradição é o próprio motor interno do desenvolvimento. Conceber uma tal metodologia sem a contradição é praticamente incidir num modo metafísico de compreender a realidade. A racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelo qual esses são provisórios e superáveis. A contradição é sinal de que a teoria que a assume leva em conta que ela é o elemento-chave das sociedades”

(CURY, 1989:27)

Antônio Gramsci esboçou uma teoria da superestrutura do modo de produção capitalista onde procurou compreender as contradições fundamentais que se manifestam nessa superestrutura, tanto na ótica das classes dominantes como nas subalternas. Reconhece que a contradição se manifestava em ambas. Isso significa que a capacidade de desenvolver um trabalho na superestrutura, cuja realidade aponta para a infra-estrutura, implica o exercício da hegemonia. Falar em hegemonia é necessariamente falar em ideologia, das relações sociais que a geram e das agências da sociedade civil que a mediatizam(CURY, 1989:45).

O que é então hegemonia ? Cury(1989:48) assim define o conceito de **hegemonia**:

“A hegemonia é a capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os das demais classes de modo que eles venham a se constituir em interesse geral. Referida aos grupos e facções sociais que agem na totalidade das classes e no interior de uma mesma classe, ela busca também o consenso nas alianças de classe, tentando obter o consentimento ativo de todos, segundo os padrões de sua direção.”

Como categoria interpretativa, a hegemonia admite pensar a importante relação intelectual-massa em vista de um processo de formação de uma nova cultura que seja contra-hegemônica, isto é, uma hegemonia nascida das classes populares. Elaborar-se-ia, dessa forma, uma nova concepção de mundo. A educação, nessa perspectiva de análise, tem um papel relevante, pois sendo parte dinâmica da sociedade civil ela tanto reproduz a ideologia dominante como também pode ser elemento de transformação social. Damasceno(1990:29) argumenta: “ a questão fundamental quando se estuda a educação popular reside em

descobrir de que forma as classes subalternas estão reagindo à concepção de mundo dominante, que mecanismos estão empregando no sentido de reelaborar o seu próprio saber e consequentemente reforçar o poder popular.”

Assim, trabalhou-se com a questão das relações entre hegemonia e educação popular a partir de uma concepção dialética da educação onde se destaca a compreensão da educação como projeto político, suas práticas como reelaboração e/ou reprodução do saber e das relações de poder, e, por fim, o papel do educador como intelectual orgânico(GRAMSCI, 1991:3-23; DAMASCENO, 1990:17).

Entenda-se por concepção dialética de educação, aquela que possui uma concepção de homem e sociedade historicamente situados, frutos de um conjunto de relações sociais, síntese de múltiplas determinações para usar a idéia de Marx(1984:410). A sociedade condiciona o agir humano, como também o agir humano condiciona a sociedade. Entender a educação popular nessa perspectiva implica em concebê-la intencionalmente articulada com os processos políticos de transformação social, isto é , uma educação concebida como um projeto político de classe que visa a transformação social no sentido de instaurar relações sociais igualitárias e democráticas.¹⁴

1.3. OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.3.1. Sobre a metodologia de pesquisa

As categorias de análise expostas no item anterior foram traduzidas de tal forma que possibilitessem a observação empírica do objeto de estudo, isto é, foram desdobradas em

¹⁴ Tendo em vista os objetivos expostos no início deste item e a necessidade de concisão, não discorro mais sobre a concepção dialética de educação, bem como dispenso-me de apresentar as outras concepções de educação. Para tanto pode-se recorrer a diversas produções nesse campo como a síntese de SAVIANI(1995) sobre as teorias da educação e o problema da marginalidade onde apresenta e analisa as teorias não-críticas, as teorias crítico-reprodutivistas e elementos para uma teoria crítica da educação; GADOTTI(1983) onde apresenta um estudo introdutório sobre a concepção dialética da educação, bem como outras produções de CUNHA(1985), FREITAG(1986), SUCHODOLSKI(1984), DURKHEIM(1972), DEWAY(1979) para citar algumas.

categorias temáticas¹⁵. Segundo Goldman(1979), a parte só adquire significado no todo, que por sua vez lhe dá coerência. Assim, pesquisar sobre as relações de poder na prática de assessoria pedagógica do MEB, implica em conceber tal prática relacionada com o todo social, isto é, com as relações sociais que acontecem no nível micro-social quanto no nível macro-social.

As categorias temáticas trabalhadas foram: Relações de poder da Igreja Católica no Brasil, Participação Institucional no Movimento de Educação de Base(MEB) a partir de sua vinculação com a Igreja Católica, Assessoria e Animação desenvolvidas no MEB junto às organizações populares. Tais categorias se circunscrevem num tempo e espaço, como veremos a seguir.

1.3.2. Delimitação do universo empírico

Tivemos como campo de investigação empírico o trabalho do MEB desenvolvido no Estado do Piauí, na região de Picos, mais especificamente na área da Diocese de Picos. A justificativa dessa opção pode ser explicitada, entre outros motivos, por ser este um dos mais novos departamentos do MEB, que teve início em 1983, e por se localizar em uma diocese que visa possuir uma organização pastoral numa perspectiva de fortalecimento das organizações populares, tendo a sua frente um bispo comprometido com essa linha de trabalho, inclusive tendo sido presidente da Comissão da Pastoral da Terra(CPT) no âmbito nacional.

Em termos de um corte temporal, o estudo priorizou o período de 1993 a 1998, que corresponde basicamente a dois projetos trienais desenvolvido pelo departamento MEB/Picos. Tal delimitação propiciou uma análise do processo de trabalho desenvolvido pelo MEB ao longo de 6 anos, o que oportunizou perceber melhor seus avanços, limites e possibilidades. Todavia vale ressaltar que como a história não se faz só com o presente,

¹⁵ Maiores informações sobre “categorias temáticas” ver DAMASCENO(1994 e 1999).

tivemos que ao longo da pesquisa recorrer a outros períodos da história, notadamente das origens do MEB na década de 1960 e mais atualmente na década de 1980, onde houve um maior movimento de reestruturação e retomada de uma proposta político-pedagógica mais condizente com o que representou o MEB em suas origens para as organizações populares e educação popular no Brasil.

A fim de se ter uma visão de conjunto do MEB para além de um local, realizou-se a pesquisa também junto a alguns coordenadores dos departamentos do MEB e no departamento de Brasília(Secretariado, Equipe Pedagógica Nacional - EPN e Conselho Diretor Nacional - CDN). Tal pretensão justificou-se por esses grupos comporem a representação oficial da instituição no sentido da criação do ideário institucional, quanto da sua gestão.

1.3.3. Escolha dos procedimentos de pesquisa

Obteve-se as informações da realidade pesquisada através de três procedimentos básicos: a observação participante, a entrevista e o estudo documental.

A observação participante é entendida como uma observação “in loco”, direta e sistemática junto ao objeto pesquisado, aqui referindo-se ao trabalho desenvolvido pelos assessores do departamento MEB/Picos junto às organizações populares. Esta observação se deu por um período de um mês, em diversas e diferentes situações como reuniões, encontros, visitas aos grupos, conversas informais, hospedando-se na casa de alguns sujeitos pesquisados etc¹⁶. Utilizou-se o diário de campo a fim de se ter, com maior precisão, o relato dos acontecimentos com a maior fidedignidade possível. Refletindo sobre a minha prática de observação participante e como ela contribuiu para a construção desta pesquisa, assim registrei:

“(...), hoje percebi mais sensivelmente o quanto a observação participante é reveladora e por assim ser é também comprometedora, ainda mais quando se encontra num papel como o meu: de alguém que está dentro institucionalmente, mesmo com um papel no momento de pesquisador. A gente vê, em alguns momentos, intimidades profissionais e pessoais que requerem um equilíbrio ético na abordagem processual e no desfecho da pesquisa. Mais uma vez, constato a não neutralidade do ato de pesquisar. Tecer as malhas da ciência é, no fundo, ir construindo a partir do real em suas significações multifacetadas, um sentido mais coeso da diversidade do ser e existir”.

(Diário de Campo, Nº 09)

A entrevista pode ser entendida como “*um processo de interação social entre duas pessoas(diria ou mais !)na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado*”(HAGETTE,1997:86 - comentário nosso). Este foi um dos procedimentos mais usados. Realizei 30 entrevistas¹⁷ junto à assessoria do departamento MEB/Picos(07), às lideranças populares (08), às coordenações dos departamentos do MEB(06) e junto aos membros da equipe de Brasília(06) e do Conselho Diretor Nacional - CDN(3). As mesmas foram realizadas oralmente e gravadas em fitas K-7 a partir de um roteiro semi-estruturado e/ou aberto tendo como referência os objetivos da pesquisa¹⁸. Para a organização dos dados coletados nas entrevistas, em vista de uma análise preliminar, utilizei o programa HiperResearch¹⁹, onde pude compor três relatórios subdivididos em várias temáticas.

Com as entrevistas realizou-se uma análise do discurso, destacando nas mesmas aspectos que mais se relacionavam com a questão investigada, optou-se ainda em apresentar, em alguns trechos dos capítulos deste trabalho, algumas longas transcrições por avaliar que

¹⁶ Sobre a pesquisa de campo onde a vida cotidiana se torna fonte de investigação, ver CARDOSO(1986) especialmente em seu texto “*Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*”.

¹⁷ Ver relação dos(as) entrevistados(as) em anexo.

¹⁸ Sobre a utilização da entrevista não diretiva na sociologia, ver Guy Michelat em THIOLLENT(1980).

¹⁹ Maiores informações sobre esse programa de informática para pesquisas qualitativas ver ANDRADE & RODRIGUES(1996).

dessa forma os leitores teriam mais dados e poderiam acessar diretamente a riqueza dos mesmos²⁰.

Quanto aos documentos, referem-se a todo e qualquer registro escrito, gravado que pudessem oferecer informações para a pesquisa. Entre eles, destacamos os planos da instituição em suas diversas instâncias, seus projetos, programas e material didático utilizado junto aos grupos que desenvolvem o trabalho de educação popular.

Vale a pena mencionar aqui a inter-relação e complementariedade existente entre esses três procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, bem como as implicações histórico-políticas em sua utilização, conforme registro durante a pesquisa de campo:

“Começo a sentir truncamentos nos vários cenários que se descortinam nas entrevistas e na observação participante, que a análise documental, por si só, não deixa passar com tanta pulsação. Há um descompasso entre o ideal dos documentos, dos escritos e o real da prática cotidiana ... Sinto que o tema das relações de poder tem implicações também nas relações que um trabalho científico engajado possa apresentar.”

(Diário de Campo, Nº 08)

Este último trecho destacado do diário de campo concorda com Damasceno(1999:23) quando menciona que o ofício de formar novos pesquisadores possui uma dimensão intrinsecamente histórico-política, já que “(...)*estes são acima de tudo sujeitos históricos. Isso significa que criar ou recriar conhecimento implica, antes de mais nada, aprender a questionar a si mesmo e a realidade, a sensibilizar-se com os problemas com os quais o investigador se defronta no cotidiano.*” (1999:23) e desencadeava-se o

“... no encontro, jardins do grande afé de transformar...

... o instrumento indispensável na transformação...

... (1999:23)

Centro de Pesquisa em Educação e Cultura (CPEC) - Universidade Federal da Bahia

²⁰ Nas transcrições das entrevistas geralmente se selecionou as partes que serviram de análise e ainda nas mesmas, utilizou-se do recurso de negritar aquilo que destacamos como nuclear.

2. DO CONTEXTO E ATORES QUE CONSTRÓEM AS RELAÇÕES DE PODER

2.1. As origens do MEB – década de 1960

2.1.1. O Brasil nos Anos 60

No final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, a conjuntura mundial apresentava-se sob a égide da prosperidade e confiança. As duas grandes potências de então, os Estados Unidos e União Soviética, acenavam para um “degelo” em suas relações. Passadas as mazelas da II guerra mundial, a economia crescia e havia um otimismo social. Os conhecimentos científicos e os avanços tecnológicos intensificaram as informações, impulsionaram os transportes e multiplicaram o poder de produção.

Viveu-se um momento ímpar de alastramento de uma nova visão de política, nas relações sociais, na cultura. Projetos e novas utopias eram tecidos no imaginário coletivo. Como exemplo de toda essa efervescência, tivemos a emancipação sexual, o rock, a revolução Cubana(1959), a China de Mao-Tsé-Tung, o Concílio Vaticano II(1962-1965), as lutas pela independência nas colônias do Terceiro Mundo e outros.

Esta efervescência também se fez presente na realidade brasileira. Houve aqui, no entanto, elementos históricos e sociais que deram uma peculiaridade a tal conjuntura. Vivíamos o fim do “pacto populista”(1945-1964) e desencadeavam-se movimentos políticos e sociais de grande mobilização, imbuídos do grande afã de transformação social. A educação era considerada instrumento indispensável na transformação das mentalidades e das estruturas(SEMERARO,1994:19-23).

2.1.2. Os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Fundação do MEB.

Em 1960, a Igreja Católica no nordeste brasileiro, mais precisamente a arquidiocese de Natal(RN), iniciou um trabalho pioneiro desenvolvido pelo Serviço de Assistência Rural –

SAR, através de programas de cooperativismo, treinamento de lideranças, politização e sindicalização rural(FERRARI,1967: 85/107) que foram as sementes para a posterior criação do MEB.

Foi nesse contexto de grande ebuição cultural e política que emergiram os movimentos de educação e cultura popular como o Centro de Cultura Popular(CPC), o Movimento de Cultura Popular(MCP) de Recife, o Movimento de Educação de Base(MEB), o movimento “De pé no chão também se aprende a ler” de Natal e o Sistema Paulo Freire que apresentara como horizonte teórico a ênfase no culturalismo, na construção de uma democracia acima das classes e nas etapas do progresso numa concepção histórica ascendente da realidade (PAIVA,1986a: 144) .

Entre esses movimentos , destacamos para análise o Movimento de Educação de Base(MEB). Fundado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB), sua mentora e organizadora, e o Governo Federal, seu financiador, o MEB tinha o objetivo de realizar a alfabetização de adultos, no contexto de um programa de educação básica, através de escolas radiofônicas implantadas no interior e nas regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Segundo Wanderley(1984:49), baseado nas idéias de Vanilda Paiva e Emanuel Kadt, o interesse do Governo era ampliar o contingente eleitoral, restringindo assim o poder das oligarquias rurais e manter um controle ideológico sobre as massas rurais. À Igreja interessava expandir sua tradicional preocupação com a educação, assegurar seu prestígio e influência religiosa e opor-se à avançada do comunismo.

Contudo, logo nos primeiros anos, os objetivos iniciais do MEB foram sendo modificados por seus agentes e coordenadores, na maioria leigos, que, na prática, dirigiam o movimento. De uma finalidade basicamente alfabetizadora passou-se para uma educação que incentivava a consciência crítica e a politização, a valorização da cultura popular, a autonomia das comunidades, a organização e a animação popular. Tudo isso, em parte, se deu pelo contato direto dos quadros do MEB com a difícil realidade vivida pelo campesinato, o

contato com as forças de esquerda e o próprio movimento inaugurado com o Concílio Vaticano II, que arejava a Igreja Católica para as questões sociais.

Assim, o MEB registrara a mudança de concepção de educação e sociedade no seu Encontro Nacional em Recife:

“Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados a uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro” (MEB:1962)

A partir dessa nova concepção, o MEB tornou-se um dos mais expressivos e criativos movimentos de educação popular da época. Inovou e assumiu uma nova e diferente ação da Igreja Católica no campo educacional que era, até então, predominantemente conservadora e defensora dos interesses privatistas. Contudo, a tensão entre o caráter conservador da Igreja Católica e essa nova vertente libertadora no seu seio será permanente na história do MEB.

Em termos numéricos e geográficos, o MEB alargou-se em 1963 com o decreto do governo federal de nº 52.267 - já que, inicialmente, abrangia apenas as regiões nordeste, norte e centro-oeste - que o autorizava a atuar em todas as “áreas subdesenvolvidas do país”. Em 1963, fase do seu auge, o MEB atingiu 14 estados com 59 “sistemas” e 11.066 alunos concluintes.

Os acontecimentos políticos em 1964, especialmente os desencadeados pelas forças políticas governamentais, interferiram gravemente em todos os movimentos de educação e cultura popular, perseguindo-os e reprimindo-os até seus desaparecimentos. No caso do MEB, apesar da forte perseguição e fechamento de alguns de seus departamentos, o seu vínculo com a CNBB o protegeu do desaparecimento completo, embora isso tenha lhe custado uma visível modificação em sua orientação político-pedagógica.

2.1.3. O MEB no Piauí

A fundação do MEB no Piauí se deu, oficialmente, no ano de 1962, após terem sido dados os primeiros passos para tanto em 1961, com a montagem de uma emissora de rádio voltada especificamente para a educação - a Rádio Pioneira de Teresina - e a realização de um treinamento para capacitação de pessoal e formação da equipe do sistema.

Nas palavras do seu primeiro coordenador, Padre Isidoro Pires de Souza, no discurso inaugural do programa do MEB, podemos observar a relevância dada ao pioneirismo da emissora de rádio para a educação no Estado do Piauí, mormente através do MEB. Vejamos:

“Vivemos um momento histórico para o Piauí. Rádio Pioneira de Teresina - mais uma voz que se espalhando-se de campina em campina, ecoando de quebrada em quebrada (...) uma voz autorizada em prol da educação e do povo. O resultado de uma batalha insana, travada, desde o inicio, com os olhos voltados para o Movimento de Educação de Base. Sim Senhores ouvintes, o MEB neste instante, tem o justo orgulho de ter sido o móvel principal da luta gloriosa por mais uma emissora para o Piauí. (...) O nosso pioneirismo alcança outro campo que não o da antiguidade. O nosso pioneirismo está na linha da Educação de Base, campo ainda inexplorado na radiofonia piauiense. Pioneirismo na tarefa urgente de levar luz a tantas inteligências ainda obnubiladas pelas trevas da alienação aos problemas mais agudos da nacionalidade, campo profícuo à germinação de idéias e ideologias alheias e até adversas à consciências brasileira. Pioneirismo no que concerne à veiculação de princípios atingentes ao homem todo, este composto maravilhoso de alma e corpo, detentor de uma destinação eterna e transcendente. Pioneirismo na tarefa altíssima de libertar inteligências moças criminosas unicamente pelo crime de não saber ler. (...)”

(SOUZA:1962:1)

Sob os auspícios de um otimismo pedagógico, de uma apologia da educação como a grande solução para os problemas do País, convoca os analfabetos para despertarem e aprenderem a ler.

“(...)Despertai, gigantes, ao som desta clarinada ! Despertai, gigantes dos campos e chapadas ! Despertai, homens das fazendas, dos sítios e dos canaviais. É uma nova era que desponta. Nunca é tarde para aprender a ler. “Mais vale uma esperança tarde que um desengano cedo”. Cansados

talvez estais das lides ingratas do mourejar quotidiano e velhos, certamente, pelos anos que arcais, mas sois portadores de uma inteligência descançada e moça inda nas fulgurâncias mais radiosas e nos seus mais ardentes lampejos.

A paradoxal sociedade campesina é ainda este fabuloso gigante adormecido pela letargia do analfabetismo; ou mais paradoxalmente, é um aglomerado de pegmeus imbuçados pela máscara fatídica da ignorância e da alienação. Ou com mais propriedade diríamos, o Prometeu acorrentado da fábula, capaz de todos os heroismos, desde que alguém lhe venha romper os malfadados grilhões. (...)” (SOUZA:1962:2).

Apesar desse início discursivo eufórico, as atividades radiofônicas não foram realizadas plenamente devido à não penetração da emissora em muitas localidades. Tal situação motivou a equipe do MEB a desenvolver um trabalho mais diligente com os monitores, enquanto aguardavam a solução desse problema técnico. Não podiam esperar a solução desse entrave, para somente depois preparar os monitores para as Escolas Radiofônicas, já que se consideravam atrasados em relação a outros sistemas do MEB e, assim, precisavam apressar-se o máximo possível. Quando o problema técnico fosse resolvido já teriam um corpo de monitores habilitados para o trabalho. Isso fez com que se voltassem mais, em sua ação, para o contato direto com as comunidades rurais. Esse fato tornou a experiência do MEB no Piauí diferente das demais²¹.

A fim de se ter uma visão quantitativa da atuação do MEB no Piauí nesses anos, vejamos o quadro:

As fases do processo de Animação Popular

1. Animação Popular

2. Animação Popular

3. Animação Popular

²¹ Vale ressaltar que o MEB no Maranhão também apresentou essa particularidade, embora de uma forma um pouco diferenciada, já que lá, praticamente, não desenvolveram um trabalho com a modalidade de escolas radiofônicas como nos outros Estados da federação em que o MEB atuava devido à tardia implantação da Radio Educadora do Maranhão Rural - REMAR, em junho de 1966, cinco anos após a fundação do MEB maranhense. Entretanto, devido a isso criaram a notável experiência da Animação Popular. Ver: RAPOSO(1985: 87 e 91.).

ANO	Nº de Municípios atingidos	Nº de Escolas Radiofônicas	Nº de Alunos	Nº de Membros da Equipe MEB
1962	03	33	820	16
1963	15	139	2.575	16
1964	22	288	6.675	16
1965	21	209	3.256	07
1966	20	187	1.457	06

(DUARTE: 1973: 7-9)

Segundo Medeiros(1996:114), os primeiros quadros da assessoria do MEB no Piauí saíram dos setores da Ação Católica, especialmente da Juventude Universitária Católica(JUC), Juventude Estudantil Católica(JEC) e da Juventude Operária Católica(JOC). Fato na verdade coincidente com o que ocorrera na maioria dos outros estados da federação²².

2.1.4. A prática pedagógica original do MEB

O MEB entendia o processo de “Animação Popular(AnPo)” como aquele “trabalho animado por elementos populares” em que o próprio povo assumisse processualmente o movimento educacional por ele desencadeado(MEB em Cinco anos: 1961-1966: 26).

Após a escolha da área geográfica de atuação, as equipes do MEB passaram a desenvolver as seguintes fases do processo de Animação Popular:

- o estudo de área
- identificação e treinamento de lideranças
- supervisão e assessoramento

É bom observar que a partir do início daquela ação essas fases se interpenetram e não há um momento só para o desencadeamento ou conclusão da mesma. O estudo de área visava

²² Detalhes sobre a atuação sócio-política e pedagógica da equipe do MEB/Piauí na década de 1960 ver SOUSA(1999b).

obter subsídios que possibilissem um conhecimento mais preciso das realidades econômica, social e política das comunidades em que pretendiam atuar. Para tanto, faziam contato com as autoridades municipais e com as bases dessas localidades.

Côncios, desde o inicio, de que o trabalho da Animação popular deveria ser assumido pelas próprias comunidades, os agentes do MEB, baseados no princípio de autonomia buscavam o protagonismo das organizações populares. Aí se insere a sua atenção sistemática em detectar e despertar lideranças da própria comunidade para que pudessem, desde o inicio, ir assumindo em formação a condução da Animação Popular pois :

“Um trabalho assumido e encabeçado por elementos do próprio meio tem, naturalmente, maiores possibilidades de acolhida e aceitação por toda a comunidade. Tais elementos têm, normalmente, maior facilidade de expressão, compreensão, comunicação, além de uma maior percepção dos problemas e aspirações de todos”(MEB - Animação popular:1965: 5)

Tudo isso era feito processualmente e tais lideranças identificadas eram constantemente desafiadas a assumirem coordenações de atividades e reuniões com a comunidade a fim de que fossem reconfirmadas em sua liderança frente à comunidade e, concomitantemente, testada sua real capacidade de liderança. Digo reconfirmadas, porque era a própria comunidade que indicava sua liderança e ao MEB cabia ajudar a comunidade na reflexão em torno dos critérios para uma boa escolha; que eram:

- lealdade
- autenticidade
- facilidade de comunicação
- possibilidade de estabelecer verdadeiro diálogo com a comunidade
- sensibilidade e identificação suficientes para compreender e sintetizar a problemática da comunidade e
- atuação segura e autêntica(MEB - Animação popular:1965: 8).

Apesar de toda essa preparação, registra-se em várias experiências do MEB, em diferentes Estados, que nem sempre se obteve sucesso com tal escolha pois, em algumas

comunidades, era muito difícil romper com as escolhas baseadas “nos donos do lugar” ou somente naqueles que se expressavam com destaque.

Num segundo momento, o MEB propiciava os treinamentos que, além de objetivar instrumentalizar as lideranças com o domínio de técnicas necessárias às atividades de coordenação de grupos, reuniões e debates ou de técnicas de comunicação, visavam sobretudo “conscientizá-los da realidade brasileira”, na expressão do documento já citado da Animação Popular(AnPo). Tais treinamentos eram realizados numa perspectiva de continuidade e aprofundamento, respeitando a caminhada da própria comunidade. Outra característica, senão a principal, era que os mesmos eram direcionados para um engajamento específico. O conteúdo e metodologia utilizados tinham a preocupação de adequação à realidade dos participantes, na maioria analfabetos, a fim de que fossem processualmente assenhорando-se do que experienciavam e refletiam. Daí não cair na tentação de sobrecarregar de conteúdos num só treinamento e a necessidade da própria equipe do MEB elaborar materiais, na sua maioria com ênfase visual. Após os treinamentos, os parâmetros de exigência em relação às lideranças eram:

- ter um mínimo de conscientização
- representatividade
- autocrítica
- capacidade de trabalho em grupo
- iniciativa
- agilidade mental
- responsabilidade
- objetividade e qualidades específicas para cada ação.

(MEB - Animação popular: 1965: 6-9)

A supervisão era desenvolvida através do acompanhamento e assessoria junto às comunidades onde se desenvolvia a AnPo. A assessoria era compreendida como a participação de técnicos em todas as etapas e fases, variando de intensidade segundo a necessidade das comunidades, almejando seu decréscimo na medida em que as mesmas pudessem se desenvolver autonomamente. Em que consistia a supervisão ?

“Trocá idéias, informar sobre o que ocorre no País e no mundo, coordenar os trabalhos com outras entidades cuja validade seja comprovada; refletir com os líderes sobre o trabalho feito, os novos planos e o resultado das experiências concretas e mudanças na comunidade”

(MEB - Animação Popular: 1965: 9)

A atividade de supervisão era o instrumento mais importante para o crescimento e avaliação do processo pois era através da mesma que seus assessores podiam perceber continuamente o desenvolvimento, aproveitamento e repercussão da programação educativa nas comunidades. As mesmas potencializavam tanto a comunidade como a própria equipe do MEB no conhecimento da realidade e aprimoramento de seus planos. Além do assessoramento direto através de contatos com as comunidades, especialmente aos seus líderes nos encontros, treinamentos e reuniões, havia também o assessoramento indireto através de correspondências, material de estudo, publicações e outros. Nessa última modalidade, havia também, a assessoria via programa radiofônico.

2.2. Notas sobre o caminhar do MEB nas décadas posteriores

2.2.1. Os dilemas da continuidade do MEB ;

Após a implantação do Regime Militar em 1964, a continuidade do MEB ficou abalada como já mencionamos anteriormente. Aqui queremos destacar como o mesmo conseguiu dar continuidade a sua experiência, mesmo que alterando significativamente suas diretrizes de funcionamento. A crise que o MEB passou especialmente nesse período foi acirrada devido atingir os dois principais focos de sua crise interna: a ideológica e a financeira(FÁVERO,1984:136).

Ambos os aspectos eclodiram sobremaneira devido ao conturbado momento político em que passava o Brasil e também diziam respeito diretamente ao posicionamento da Igreja católica brasileira, através da CNBB, já que a mesma presidia o MEB através de um Conselho Diretor Nacional(CDN). Tal crise colocou em xeque a questão da dependência financeira do MEB, a

inviabilidade da mesma na relação com o Governo Federal, ao menos se reformulasse suas diretrizes de funcionamento e quisesse continuar tendo verbas para suas atividades educativas.

A hierarquia da Igreja Católica através do CDN do MEB, apoiada pela CNBB, resolveu enquadrar o MEB na estrutura tradicional da Igreja e alterar suas diretrizes de funcionamento em maio de 1964 e novamente em setembro de 1966. Foi através dessas relações de poder, num processo de adequação ao poder constituído que surgiu a figura do bispo diocesano²³ como presidente local do MEB (SOUZA, 1997:53) e também uma paulatina e crescente acentuação da dimensão hierárquica e diocesanização do MEB, inclusive assumindo atividades pastorais na linha da catequese. Esse período, que vai do final dos anos 60 e especialmente nos anos 70, é conhecido como o período de “mobralização do MEB” (DAMASCENO, 1990:100) e também do “MEB de batina”. Certamente, não podemos generalizar esse processo a todos os locais onde o MEB permaneceu ou foi sendo criado, pois cada diocese apresentava, e apresenta, aspectos que enfatizam ou não tal dimensão e forma de compreender o trabalho do MEB.

Ora, a unidade ideológica nacional do movimento dava-se basicamente num consenso entre os coordenadores e as equipes mais representativas, arregimentadas pela Comissão Executiva Nacional, que foi abalada com essas resoluções, já que a enfraqueceu e substituiu o encontro de coordenadores pela assembléia nacional, além de submeter o laicato a uma posição de minoridade no MEB (FÁVERO, 1984: 139 e 144; WANDERLEY, 1984: 92).

Diante desses acontecimentos, não obstante vários movimentos e reações internas contrárias a essas decisões, vários assessores e sistemas estaduais, praticamente em suas melhores experiências, como as de Pernambuco, foram deixando o MEB por conta dessas modificações que os impediam de dar continuidade ao trabalho que estavam a desenvolver.

Mesmo com essas medidas, o MEB continuou a ter graves problemas financeiros que só foram parcialmente resolvidos com a busca de financiamento de suas atividades junto a

²³ Até então os bispos MEB formavam apenas uma instância que era a do Conselho Diretor Nacional composta por 10 bispos que entre eles era eleito o presidente nacional do MEB.

entidades do exterior, especialmente da Europa. Essa solução tornou-se regra nos anos 80 até os dias atuais, já que o MEC tem financiado parcialmente e instavelmente, apenas as atividades na área de alfabetização de jovens e adultos até a presente data.

2.2.2. A criação do MEB na Diocese de Picos(PI)

Situada no interior do nordeste brasileiro, no sudoeste do Estado do Piauí, a Diocese de Picos foi fundada em 1975, abrangendo 16 municípios e ocupando uma área de 23.121 Km². A Diocese recebeu o MEB em 1982, a convite do seu primeiro e atual bispo Dom Augusto Alves da Rocha. Segundo o mesmo, a razão para tal convite se deu por ser primeiramente uma diocese extremamente carente, depois por possuir uma filosofia e visão eclesial de valorização do leigo no conjunto da diocese, e, por último, porque:

“O MEB possuía uma filosofia que correspondia aos anseios do Concílio Vaticano II, no sentido de estar atento às camadas mais carentes, portanto, historicamente mais esquecidas e nesse sentido desenvolviam uma pedagogia de valorização dessas pessoas, tentando na promoção humana, fazer com que essas pessoas tomassem também consciência de que pertenciam ao povo, que deveria explorar, portanto, essa consciência em favor do próprio povo na comunidade. Portanto, eu digo assim: caiu de cheio nas preocupações e veio somar.”

(Entrevista com membro do CDN)

O primeiro trabalho da equipe do MEB, conforme as diversas entrevistas realizadas e registros da época, foi no sentido de acompanhar e apoiar os pequenos posseiros do município de Bocaina que estavam sendo expulsos, sem indenização justa, pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro para a construção de uma barragem. Desse trabalho passou então a desenvolver um assíduo contato com as comunidades rurais no sentido de animá-las e fortalecê-las, bem como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O trabalho através da alfabetização de jovens e adultos surgiu depois desse primeiro processo de contato e atuação junto às comunidades e sindicatos.

É interessante destacar o depoimento de um membro da equipe na época, pois menciona como o MEB, em sua estrutura nacional, vivia um grande esfacelamento

ideológico, onde a equipe nacional de Brasília pouco ou nada conseguia imprimir uma linha política-pedagógica comum de atuação, inclusive desconheciam o que de fato acontecia nos departamentos do MEB locais, isto é, nas dioceses. Além disso parece que essa equipe nacional do MEB, além de cumprir um papel em grande parte meramente burocrático não possuía uma afinidade com uma perspectiva crítica de educação popular.

“...quando entrei no MEB, fui logo para o primeiro encontro nacional dos coordenadores do MEB, em Brasília, depois de 10 anos sem esse tipo de encontro, era 1982²⁴. O MEB, até então viveu ao sabor de cada Diocese e em algumas tinha se desvirtuado completamente da Educação Popular ficando só com catequese ou similar e/ou ainda com o MOBRAL e cursos de corte e costura etc., mas sempre trabalhava com a base, com o povão. O Dâmaso era quem coordenava mais diretamente o MEB, era o oposto de um educador popular, não tinha nada disso (...) quando vieram fazer o treinamento aqui em Picos, ele, Sérgio e outros do Ceará sentiam que falavam do método de Paulo Freire, mas não passavam realmente uma vivência ... questionamos e eles abriram o jogo dizendo que não faziam mesmo uso do mesmo e sim da metodologia do MOBRAL (...) depois quando começamos o trabalho em Bocaina e nos nossos relatórios apresentávamos o que fazíamos realmente, fomos advertidos de que não deveríamos escrever nada de sindicatos, luta, organização popular pois ninguém deve escrever isso nos relatórios ... nos recusamos a agir dessa forma.”

(Diário de Campo nº 02)

Podemos compreender que em alguns departamentos do MEB a prática do não registrar em seus relatórios seus trabalhos numa linha de conscientização política se deve a toda uma conjuntura política de ditadura militar e de restrições impostas pelo governo federal, aceitas pelo CDN do MEB, como já mencionamos anteriormente, bem como pelos depoimentos dos entrevistados, a uma relação de distanciamento, em suas diversas acepções da palavra, da equipe nacional de Brasília e os departamentos de base.

²⁴ Esse dado não é historicamente consistente, já que há registros em outros documentos da realização de Encontros Nacional de Coordenadores, por exemplo em 1979. Contudo, tal ressalva não desmerece o teor central do argumento levantado nesse depoimento.

2.2.3. Um retorno às raízes ? Os SAMEB's (1984-1986): Juntando os “cacos” do MEB, uma afirmação de sua identidade enquanto entidade de assessoria popular ?

Em agosto de 1984 foi realizado em Brasília(DF) o Seminário de Avaliação do Movimento de Educação de Base(SAMEB). Nas palavras da Secretária Geral do MEB, Irmã Maria de Fátima Maldaner, o evento teve como objetivo criar um processo avaliativo institucional “*a fim de clarificar seus princípios, metodologia, diretrizes e linhas de ação; identificar o seu trabalho específico no conjunto da pastoral da Igreja e possibilitar a prática de uma educação popular coerente com o trabalho da Igreja no campo pastoral*” (ALMEIDA, 1985:3).

Vale destacar que o SAMEB tornou-se uma referência processual no MEB por ter provocado mudanças significativas tanto na organização interna quanto na sua forma de atuação junto às organizações populares mesmo que somente alguns anos depois. Na verdade, deu início a um longo processo de reestruturação do MEB tendo em vista a recuperação de sua identidade enquanto um movimento de educação popular, vinculado à Igreja Católica, mas com um trabalho pedagógico específico dentro da mesma, “*a especificidade de sua ação junto a outros serviços de Igreja ... deve fortalecer sem duplicar*” e afirmando seu papel de assessoria em vista do “*...fortalecimento dos movimentos populares (sindicatos,associações, etc.) através da organização comunitária, levando em conta a interligação dois diferentes grupos e organizações e as relações saber e poder do agente do MEB para com eles.*” (ALMEIDA, 1985:69 – grifo do original).

O relatório do SAMEB apresenta da seguinte forma, a maneira como se dava o processo de educação popular realizado pelo MEB, que, respeitando as diferenças de cada realidade onde atua, deveria ser:

“a) Assessoria

- *Capacitação e instrumentalização pedagógica;*
- *Formação de quadros de base, intermediários, lideranças (política, sindical etc.);*

- *Articulação a nível local, regional, nacional entre os diferentes grupos setoriais de ação comunitária e os movimentos populares;*
- *Elaboração de material de apoio e/ou troca dos já existentes;*
- *Pesquisas em diversos níveis: pesquisa participante, levantamentos, etc.*

b) Instrumentais e recursos

- *Atividades educativas de dimensão e participação comunitária, como pesquisa de conhecimento de sua própria realidade, planejamento setorial ou global de ações comunitárias, etc.;*
- *Alfabetização conscientizadora;*
- *Capacitação para o trabalho;*
- *Suprimento(saíde, agricultura, etc.);*
- *Programação radiofônica como suporte e complementação às atividades.*

Neste processo se dá ênfase à dimensão política da prática educativa e à dimensão educativa da prática política.” (ALMEIDA, 1985:70).

Ao observarmos a conjuntura política em que vivia o país e os movimentos sociais nesse momento, percebe-se que o movimento interno do MEB, no sentido de resgate de uma perspectiva institucional de uma educação popular crítica, é também fruto de toda uma movimentação social que passava a sociedade civil brasileira com os ventos da democracia que sopravam a bandeira da campanha política de eleição para presidência da República, as “DIRETAS JÁ”, além de todo o processo de rearticulação política das diversas expressões da sociedade civil.²⁵

A campanha das “DIRETAS JÁ” em Picos(PI) é noticiada nacionalmente na primeira página do jornal Folha de São Paulo, através de uma foto que apresentava uma pichação em um muro local que dizia: “*Eu quero votar pra presidente, já!*” e a legenda da foto, não menos

²⁵ Como podemos observar a vida institucional e ação do MEB não podem ser compreendidas descontextualizada do todo social. É de fundamental importância uma leitura da “totalidade social” para não cairmos numa visão reducionista dos acontecimentos sociais. Todavia como o meu eixo central de análise desta pesquisa não requer um tratamento mais detalhado da caracterização dos movimentos sociais e populares nas décadas de 1980 e 1990, embora faça uso, ao longo da mesma de algumas problemáticas vivenciadas pelos movimentos sociais e populares e suas relações com as ONGs e outras instituições, sugiro para aprofundamento a consulta de DURHAM(1984), EVERIS(1983), SHERER-WARREN & KRISCHKE (1987), SHERER-WARREN (1993), WANDERLEY(1980), SADER(1987 e 1988), DOIMO(1995), GOHN(1992 e 1997); bem como para uma discussão a partir da relação com a Educação Popular ver Memórias do IV Seminário Internacional: Universidade e Educação popular(1995) onde estiveram presentes vários estudiosos da América Latina e outros países da América do Norte e Europa, como Diego Palma, Oscar Jara, Rosa Maria Torres, Marco Raúl Mejía, Judith Marshall José Luis Coraggio, João Francisco de Souza, Ettore Gelpi, Timothy d. Isreland além de outros. Para uma referência no Estado do Piauí, ver MEDEIROS(1996), COLARES(1989) e BOMFIM(1991), SILVA(1993) além de outros.

expressiva, dizia: “*O muro pichado em Picos, interior do Piauí, demonstra que o Nordeste já não é mais apenas o dos currais eleitorais e das caridosas cestas de alimentos*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984). É nesse período também que começam a vicejar organizações populares na região sul do Piauí, como a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí(FAMCC).²⁶

O primeiro SAMEB, na realidade, serviu para desencadear um amplo e longo processo de revisão da instituição, que foi sendo realizado através de encontros no nível local, regional e culminando no segundo SAMEB, realizado em Teresina(PI) no ano de 1986, onde foram definidas as diretrizes e as linhas de ação do MEB para o triênio de 1987-1989. Assim, afirmaram a identidade do MEB como sendo:

“um movimento de educação popular que desenvolve um trabalho que contribui para o surgimento e fortalecimento de grupos, comunidades, organizações e movimentos populares, numa perspectiva cristã de transformação social” e que *“interfere e participa da vida e nas diversas formas de organizações das camadas populares, através da troca de conhecimento e experiências, da prestação de serviços de assessoria e animação, contribuindo no aprofundamento da caminhada destes grupos.”*

(MEB, 1986: 32- grifo nosso)

O SAMEB/86 ratifica as conclusões do SAMEB/84, porém lhe acrescenta algo. O quê ? Podemos perceber que o termo “animação” é adicionado ao lado do termo “assessoria”. Se observarmos que nesse SAMEB houve um maior processo participativo na realização de diversos eventos avaliativos ao longo de um triênio e todas as instâncias, especialmente nos departamentos de base do MEB, esse acréscimo tem uma significação que não pode ser desconsiderada. Por quê ? Voltaremos oportunamente a esse tema quando formos tratar da problemática da assessoria no MEB.

Do início e ao longo da década de 1980, o MEB de Picos teve um importante papel na formação das comunidades eclesiais de base(CEB’s), de sindicatos rurais e especialmente na animação das comunidades. Não havia propriamente a idéia de uma “assessoria” que

²⁶ Para melhor caracterização dos tipos de organizações populares com quem o MEB/Picos atuou ao longo das décadas de 1980 e 1990, sugiro a consulta dos projetos trienais deste departamento.

paulatinamente ia se consubstanciando quer nas exigências de algumas lideranças das organizações populares, quer especialmente em outras instâncias do MEB. A equipe ainda não tinha se deparado com a necessidade da adequação às novas exigências que um trabalho de assessoria requeria. Isto é, precisava-se rever o perfil de seus membros quanto a uma maior qualificação técnica, para além do simples “*comprometimento com o povo*” e uma “*grande disposição para o trabalho*”. As mudanças nesse sentido só aconteceram na década de 90. Entretanto, o tipo de trabalho desenvolvido pela equipe do MEB, naquele período, deixou profundas marcas nas comunidades, organizações populares e na Igreja local, como podemos observar nos seguintes trechos das entrevistas com um líder comunitário e um membro da equipe daquela época:

“A gente fazia um trabalho de base lá nas comunidades, desde o início dos movimentos eclesiais de base, do tempo das CEB's, aquela fervorosidade e o MEB sempre estava presente com as pessoas, com o Rufino, com a Oneide, com o Pedro, né, e outras pessoas que trabalhavam no MEB desse tempo. Eles sempre estavam. Era como se fosse uma família, era muito bom nesse tempo com o passar do tempo ficou mais só com a assessoria e eu não sei se o que os sindicatos pediam foi certo porque a gente queria um MEB lá na base, fazendo presente. Eu lembro que as pessoas conheciam muito as pessoas do MEB, os colegas do MEB, todo mundo conhecia”

(Entrevista com Liderança Comunitária e ex-alfabetizador do MEB)

“O MEB, enquanto instituição, é o óculos dessa camada mais pobre da nossa região de Picos porque quando o MEB começou, ele foi, basicamente, a instituição da Igreja que abriu o caminho: para as comunidades eclesiais de base; pra como se pensar a campanha da fraternidade de uma maneira diferente; como a Igreja se entender com a sociedade; fazer um trabalho evangélico a partir da educação; mostrar que Igreja não se limita a catequese em si, da oração, da reflexão mas, catequese ela pode ir além, ela pode partir para a consciência crítica, para a consciência política. Então, ele ... eu acho que o MEB contribuiu, inclusive, aqui na diocese, pra que alguns padres, alguns religiosos e muitos agentes de pastoral abrirem a cabeça para a Igreja nova, para a teologia da libertação”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base).

2.2.4. Movimentos internos de regionalização: criando outro “locus” de poder.

Até o final dos anos 80, o MEB ainda apresentava uma estrutura organizativa onde a relação da equipe nacional de Brasília dava-se diretamente com os departamentos de base, localizados nas diversas dioceses. Esse relacionamento, em grande parte da década, foi marcado por um autoritarismo e burocracia que levaram os departamentos a se organizarem num processo de descentralização criando os regionais do MEB. Convém lembrar que até então haviam encontros entre departamentos de uma mesma região, porém não com essa intencionalidade de transformarem-se em “um regional”, inclusive tendo um “assessor regional” e não um assessor nacional.

Essa experiência de descentralização enquanto regionalização teve uma repercussão concreta na alteração da dinâmica pedagógica de trabalho do MEB, que até o final dos anos 80 era centralizada em Brasília, especialmente na incumbência de uma equipe de assessores, a Equipe Pedagógica Nacional.

Em 1991 os departamentos de base do MEB se reuniram por regiões denominadas regionais. Formaram ao todo 4 regionais compostos pelos Estados do Amazonas(Regional Amazonas), Maranhão, Pará e Tocantins(Regional MAPATO), Ceará e Piauí(Regional CEPI), Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia(Regional SERNALBA). Concomitantemente, escolheram internamente alguém que assumisse a função de assessoria regional, excetuando-se o Regional CEPI, que optou por fazer uma seleção da assessoria regional fora dos quadros que compunham o seu regional. Essa experiência foi confirmada unanimemente no Encontro Nacional do MEB realizado em Natal no de 1992, bem como “a utopia” traçada pela instituição no SAMEB(MEB,1992:14-16).

Analizando todos os relatórios dos Encontros Nacional do MEB na década de 1990²⁷, que geralmente ocorrem no final de cada três anos, podemos perceber que o tema da

²⁷ Exceto o relatório do Encontro Nacional do MEB, ocorrido em Caruarú, no ano passado que até a presente data, outubro de 1999, ainda não tinha sido impresso.

descentralização é recorrente nos mesmos nas dimensões político-pedagógica e político-administrativa. Essa recorrência temática é indício de uma dificuldade e, ao mesmo tempo, de um desejo que o MEB tinha de operacionalizar satisfatoriamente relações internas que possibilassem uma melhor vivência de práticas democráticas e assim otimizasse seus objetivos.

Nesse processo de descentralização, os regionais se apresentaram em seu primeiro movimento como criação de espaços de defesa e articulação de forças em contraposição ao poder da equipe nacional de Brasília, senão vejamos:

“Antigamente as equipes não tinham contato entre elas, só existia uma relação vertical entre o Nacional e cada departamento local. A assessoria pedagógica era dividida em áreas de atuação, “sem nenhuma ligação entre elas”: “tinha o MEB sindical, o MEB da Alfabetização, o MEB da Comunicação Popular, etc.. E tudo isso “extremamente autoritário”. O processo de regionalização parece ter-se desenvolvido para conquistar “democratização e participação”, e para criar um espaço onde compartilhar experiências e idéias. “Não está tudo resolvido mas avançamos muito”. Fomos nós que escolhemos os assessores regionais que fazem parte da Equipe Pedagógica Nacional e no escritório em Brasília, hoje, há pessoas que vêm das regiões e que conhecem a nossa realidade. Problemas e tensões são normais porque “cada equipe tem vários atores com os quais se relaciona, tais como o “MEB Brasília”, a Diocese, o movimento, as entidades financeiras, com diferentes trajetórias e concepções”

(PEIJNENBURG & SILVA, 1994: 22).

Construir essa regionalização não foi um processo automático; com frequência, trouxe conflitos, turbulências, rupturas com o estado das coisas, energias políticas, emoções coletivas, articulações internas e externas, mudanças de atitudes e comportamentos. Se a regionalização foi marcada inicialmente pela égide da contraposição ao poder autoritário vivenciado institucionalmente, podemos dizer também que foi uma oportunidade de vivenciar pedagogicamente um espaço no exercício de relações de poder não autoritárias, mesmo se sabendo marcadas pelos vícios decorrentes da própria história dos indivíduos, da instituição em si e da sociedade em que se inserem.

2.2.5. As exigências de ser uma entidade de assessoria ou qual a intencionalidade do MEB ? – A avaliação MEB/MISEREOR (1994)

Dez anos após o SAMEB/1984²⁸, o MEB mais uma vez realiza um grande processo avaliativo que reatualiza questões já postas nos SAMEB's de 84 e 86 e que, até então, se apresentavam como problemáticas para a instituição internamente e consequentemente para sua missão junto à sociedade. Tendo em vista o objetivo da pesquisa que desenvolvo, destacarei apenas alguns aspectos que mais se interligam com a problemática pesquisada.

Realizada através de um meticuloso processo participativo envolvendo todas as instâncias do MEB no processo avaliativo antes, durante e depois da avaliação em campo, juntamente com dois avaliadores externos, a avaliação MEB/MISEREOR, recolocou com propriedade alguns pontos de tensões no MEB. Destaco aqui a questão da problemática em relação a sua compreensão e prática de assessoria, que foi apresentada na relação “Assessoria e movimento”, na expressão do próprio relatório final, a querela “MEB e a Igreja” e por fim, associado a esse último destaque, o “Local – Regional – Nacional” no MEB.

Há nos departamentos de base do MEB uma falta de clareza quanto ao que venha a ser realmente “assessoria”, já que nem as organizações populares com quem se relacionam “não dizem claramente o que querem” do MEB e por sua vez o MEB ao apresentar seu papel de assessoria como o estar “a serviço da organização popular” parece aceitar o papel de “tarefeiro, tapa-buracos, militante polivalente”. Por outro lado, essa tensão em ser assessoria ou não, isto é, não desenvolver um trabalho de animação/militância, na forma de falar das assessoria do MEB, “*nem sempre se observou um tratamento pedagógico de uma passagem construída coletivamente com seus interlocutores, o movimento. Isso gerou diferentes conflitos e incompREENsões.*” (PEIJNENBURG & SILVA, 1994: 32)

²⁸ Convém observar que a cada triênio o MEB tem a praxe de realizar avaliações dos seus projetos que estão em conclusão. O meu interesse em destacar o processo avaliativo em questão, o da Avaliação MEB/MISEREOR(1994), é devido o mesmo ter servido para a instituição como um todo, no que diz respeito a disseminação de suas reflexões. Observo ainda que em 1998, aconteceu outro importante processo avaliativo, o da Avaliação MEB/BILANCE, que por ter ocorrido concomitantemente a nossa pesquisa, optamos por não incluí-lo em nossas análises.

Observou-se uma relação constante entre o “MEB e a Igreja”, embora ora apresentando “um certo distanciamento”, ora “uma maior integração” e até “um testemunho explícito”. Não obstante a grande maioria dos membros do MEB possuírem um nascedouro nas pastorais e movimentos da Igreja, o primeiro núcleo de tensão institucional se dá justamente quanto à concepção que se tem de “evangelização”, de “educação” e da “forma de ser Igreja”. O segundo núcleo de tensão se dá quanto ao nível de exigência que se requer de uma assessoria, isto é, um maior profissionalismo por parte do MEB e os conflitos que daí emanam quando os assessores se relacionam nas dioceses com outros agentes pastorais, aos quais não são postas essas exigências, sendo as mesmas até vistas como oposição à postura de disponibilidade, de “fiéis abnegados”, polivalentes e à disposição para realizarem as demandas religiosas da diocese. Por fim, o terceiro núcleo de tensão está no caráter nacional da instituição e a sua “encarnação” nas dioceses. O problema surge quando o “*termo encarnação*” passa a sugerir “submissão”, “obediência”, e “enquadramento” nos planos e atividades da pregação católica....” (PEIJNENBURG & SILVA, 1994: 33)

3. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA OU DO “CONVITE” À PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação institucional

O depoimento de um membro das coordenações dos departamentos de base servirá de intróito deste capítulo. O mesmo retrata toda uma complexidade que se instaura na prática cotidiana de relações entre as diversas instâncias do MEB, especialmente entre as instâncias de maior poder de decisão(CDN e Secretariado Nacional) e as instâncias das bases(departamentos e regionais). Vejamos:

“Olha, eu acho que, hoje, na atual conjuntura, a assessoria de base foi convidada, convocada a participar ... Desde o início, foi um processo de avaliação . Eu cheguei ao MEB num processo avaliativo, pela MISEREOR e uma pergunta que o pessoal fazia e eu não entendia muito, estava chegando, era ainda funcionária, era da relação entre os departamentos e Brasília ... a MISEREOR queria saber: tem sentido Brasília existir? E, se sim, qual a relação que tem Brasília e departamentos? Que relação é essa? Então, aí, eu não compreendia muito. Eu não compreendia porque eu não vivia aqui. Eu acho que, hoje, mais do que antes... Eu acho que isso é histórico, também. Primeiro, o MEB é vinculado a Igreja Católica. A Igreja não convida ninguém pra votar no bispo, pra escolher o padre. Então, se pode refletir exatamente aí, por exemplo, o estatuto do MEB quem é que faz? Quem fez o estatuto? Quem é que muda? Quer dizer, a gente tem uma participação reservada a um nível. Eu acho que, hoje, temos buscado mais. Eu posso dizer assim que, também essa participação nas decisões nem foi assim dada, nem foi assim só conquistada, tem uma relação das duas partes . Eu acho que, hoje, está se construindo um MEB onde as instâncias podem dizer mais, elas falam mais. Então, eu acho que, hoje, as assessorias de base são mais convidadas a participar das decisões”(Entrevista com Coordenadores(as) dos departamentos de base)

Que entendimento podemos ter desse depoimento quanto às relações de poder entre as instâncias de base do MEB e as instâncias mais próximas da instância de poder de anuência e decisão , isto é, o Secretariado Nacional e a presidência com o CDN, respectivamente ? Façamos uma análise inicial desse depoimento e a partir dele poderemos retirar alguns elementos caracterizadores dessas relações de poder institucionais.

Poderíamos destacar, entre outros aspectos, os seguintes:

1. Há uma consciência da historicidade dessas relações institucionais. Acrescentaria que as mesmas não são frutos apenas do presente; são sínteses de múltiplas determinações históricas onde o presente é marcado pelo passado, ora reatualizado em novas tessituras, ora alterado em seu tecido que já se faz prenúncio do futuro com novas configurações estruturais desse passado e presente.
2. A consciência do vínculo do MEB com a Igreja Católica, marcadamente hierárquica, lhe faz perceber que essa hierarquia “reserva um nível de participação” a quem não faz parte da mesma. Seus exemplos, de uma certa forma, qualificam esse nível de participação quando apresenta, em forma de perguntas, quando é que a hierarquia da Igreja e do MEB “convida” para participar de decisões que impliquem em aspectos nevrálgicas da instituição, como a eleição de um bispo ou padre, e, no caso específico do MEB, do seu estatuto. Assim, é uma participação limitada a esferas de decisões que não sejam nucleares na instituição. Poderíamos acrescentar que, quando há participação nesses processos de decisões que envolvam questões nucleares, os mesmos são limitados a uma emissão de opiniões e, no máximo a propostas possíveis de serem apreciadas pela hierarquia.
3. Não obstante essa “reserva”, há possibilidades para, na interrelação entre essas instâncias, os não membros da hierarquia irem conquistando mais espaços além dos doados pela hierarquia.
4. Por fim, destaco ainda uma consciência transitiva entre a percepção dos limites institucionais e o afã/sedução das possibilidades de participação institucional que pode cair no ceticismo quanto a uma participação, no romantismo de uma participação integral ou ainda, dependendo da situação conjuntural interna e externa, se criar mecanismos de participação, e, concomitantemente, concebê-los dentro dos limites institucionais.

3.2. Igreja Católica & Participação

Partamos para uma análise mais pormenorizada desses pontos. Mais do que em décadas anteriores, as instituições que estão vinculadas à Igreja Católica, notadamente em países onde houve um crescimento de setores dessa Igreja que vivenciaram uma maior inserção nos meios populares, que é o caso brasileiro, vem passando por um notório processo de “retração” quanto a essa inserção social junto às camadas populares, sobretudo quando a mesma possui uma clara dimensão político-social que geralmente leva ao questionamento de práticas autoritárias do “*modus operandi*” da Igreja Católica e apresenta/vivencia formas participativas alternativas de relações que são vistas como inconvenientes e/ou ameaçadoras do “*establishment*”.

Segundo Boff(1996:56), ao se olhar a caminhada atual da Igreja Católica, pode-se perceber dois projetos em curso que pervadem a instituição católica, não só agora, mas em toda a sua milenar história, naturalmente com diferentes roupagens. São eles:

- a) O projeto centralizador, encabeçado pela cúpula romana do Vaticano, tendo como principais atores o Papa João Paulo II e a Cúria romana, especialmente na figura do Cardeal Ratzinger, grande mentor desse projeto. Cujas principais características são a sua centralização “*ad intra*” objetivando uma presença social forte, densa “*ad extra*” e cujo eixo central é a autoridade hierárquica com total poder de mando e exigência de obediência. Sua imagem, quer para dentro quanto para fora é a de uma igreja “autoritária” e “de poder”, uma Igreja “mestra”. Este é atualmente o projeto hegemônico.
- b) O projeto de participação, cujo eixo central é a Comunidade dos fiéis em sua vida e missão. Para dentro apresenta-se aberta ao diálogo e para fora, uma igreja socialmente fermentadora e profética. Possui uma imagem de uma igreja “irmã”, “companheira”.

Esse projeto tem seu nascedouro na teologia do Concílio Vaticano II e nas Conferências Episcopais Latino-Americanas, especialmente nas Conferências de Medellin e Puebla. Suas expressões pastorais encontram-se nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s e nas

diversas pastorais sociais da Igreja Católica. Encontra-se atualmente numa “situação de extrema desvantagem” agudizado ainda pela hegemonia neoliberal que tem golpeado todas as esquerdas, inclusive as da Igreja.¹⁰

Boff(1996:57 – grifo do original) adverte ainda que:

“Esses dois projetos, com sua dinâmica respectiva, estão em tensão dialética um com o outro. Compõe organicamente a mesma igreja: não a rompem. Não são projetos frontalmente antagônicos, porque se enraizam ambos na mesma estrutura dogmática da igreja: mesma fé, mesmos sacramentos e mesmos pastores. Por isso, há entre eles contraposição e ao mesmo tempo composições. Por exemplo, a “opção pelo pobres” pertence a ambas as tendências, embora entendida e vivida de modo distinto”.

É interessante observarmos essa dialética de contraposições e composições estabelecida entre esses dois projetos e especialmente o não rompimento com a unidade institucional simbolicamente representada na pessoa do Papa. Dessa forma, a Igreja Católica Apostólica Romana se faz e refaz em complexos e sutis movimentos institucionais de incorporação e conservação do existente, sobretudo da sua autoridade hierárquica. Não é a toa que Weber(1994:377) em seu estudo sobre “Sociologia da Religião – Tipos de relações comunitárias religiosas”, cita diversas vezes o dito de Mallnckrodt “*a liberdade do católico consiste em obedecer ao Papa*”.

Independente desses dois projetos eclesiásicos, a Igreja Católica apresenta limites que são estabelecidos pela sua tradição e sua lógica institucional, isto é, ao longo dos séculos, a mesma foi criando um “*modus vivendi*” que, legitimamente, como qualquer outra instituição, tem como preocupações básicas e precípuas sua conservação e desenvolvimento, que poderiam ser traduzidas nos seguintes objetivos:

1. A difusão da fé;
2. E a manutenção de sua unidade.

Segundo Paiva(1985:47), “esta é a proeza legada pela Igreja Católica que, através de complicados mecanismos de consenso aliados ao princípio de autoridade, conseguiu manter a coesão ao longo dos séculos. Isto torna esta complexa instituição extremamente fascinante.”

Diante do exposto, poderíamos passar para a análise do terceiro e quarto pontos destacados no trecho da entrevista em questão. Recordando, o terceiro ponto diz que não obstante a “reserva” de participação que a hierarquia do MEB doa às outras instâncias, há possibilidades para na interrelação entre essas instâncias, os não membros da hierarquia irem conquistando mais espaços além dos doados. No quarto ponto, lembramos que há nessa “possibilidade de participação” movimentos que poderão caracterizar uma consciência transitiva entre a percepção apenas dos limites institucionais – ceticismo quanto a uma participação; a percepção seduzida pelo afã das possibilidades de participação institucional integral - caindo assim no romantismo ou ainda no realismo que concebe a possibilidade de uma participação dependendo da situação, das conjunturas interna e externa. A partir dessas análises conjunturais, pode-se criar mecanismos de participação e concomitantemente concebê-los dentro dos limites institucionais. Diante de toda essa centralização da autoridade que vivenciamos hoje na Igreja católica no Brasil devemos nos perguntar, qual é o real espaço para formas participativas no seio da Igreja ? E no caso específico do MEB, instituição a ela vinculada, como se apresentariam essas possibilidades ?

De princípio, quero deixar claro que não tenho uma visão monolítica da Igreja Católica e assim não a vejo como mera reproduutora do que ocorre na sociedade. Se a mesma é também reflexo do que ocorre na sociedade, nela também se apresentam as contradições que se fazem presentes nesta sociedade. A Igreja tanto reproduz como engendra formas diferenciadas das relações sociais hegemonicamente vigentes numa sociedade capitalista como a nossa. Esse esclarecimento inicial quer nos ajudar a não cairmos em visões deterministas que não se aventuram em observar os diferentes ângulos e aspectos da complexidade do real. Entretanto, ainda ficam em aberto os questionamentos feitos anteriormente, já que somente o contato com a realidade empírica é que teremos

possibilidade de abalisar uma resposta quanto as reais possibilidades de formas participativas no seio da Igreja hodiernamente, especialmente em uma instituição como o MEB.

Convém ainda observar que o MEB por ser uma instituição de âmbito nacional, presente em 10 estados da federação, constitui-se com peculiaridades locais e regionais que certamente deverão ser levadas em conta em uma análise a fim de não se cair numa inapropriada generalização de aspectos que podem ser pertinentes em um local, mas em outro não. Parece verdadeira a fala que diz existir “*diversos MEB's*”, entretanto nosso intuito aqui é tentar capturar o que há de “constante e estrutural” no pensar e agir institucional.

3.3. Formas de participação

Sobre os movimentos quanto a uma consciência transitiva entre o ceticismo , o romantismo e o realismo de uma participação institucional, observados na maior parte dos depoimentos coletados nas entrevistas, podemos destacar que o primeiro e o último movimentos são mais comuns de serem encontrados no MEB. Senão vejamos:

“Aqui vou revelar outro ponto também polêmico. Acho que o MEB não é nosso, precisamos ter muita consciência disso. O MEB não é de seus funcionários. O MEB é da Igreja, da sua hierarquia. Isso pra mim é muito importante. Enquanto ele é aquilo que eu comungo, compartilho, tem lugar pra mim ai dentro. Na hora que eu não compartilhar com ela, eu não tenho mais lugar no MEB. Isso é muito importante pelo seguinte, nós somos chamados pelo MEB a participar e dizer o que queremos do MEB, como gostaríamos que ele fosse mas há um limite para isso. O que queremos para o MEB não pode ser algo a revelia do que quer a hierarquia do MEB, essa é uma consciência que também temos que ter. Os bispos nos dão uma liberdade de pensar o MEB, até um certo ponto. Em determinados momentos eles se sentem no direito de gerenciar esse desejo, não sou contra isso.”

(Entrevista com membro da Equipe do MEB/Brasília)

“A gente desenhou um MEB mais profissional do que o próprio MEB suporta, eu acho. ... a própria estrutura de MEB, Igreja, bispos. Então você emperra, hoje, em instâncias tipo CDN, presidência ou o Secretariado que faz o papel de vez em quando de responder pela presidência e CDN. Não sei, a minha avaliação da Igreja ... a minha relação com a Igreja é

que me diz que ela tem que fazer um movimento de mudanças, transformação mas não necessariamente ela quer essas mudanças e transformações. Ela quer se manter perene aí como mensageira de Deus ou como intermediária de Deus. Nós da assessoria do MEB e não só mas de todo movimento social, dentro da Igreja e das pastorais sociais, somos encantados com esse discurso, quase sempre levamos a sério, mas esbarramos na própria Igreja na hora de concretizá-lo na radicalidade do próprio discurso. Então a Igreja tem um discurso de origem cristã que é muito radical e que ela mesma não suporta esse discurso. Nós compramos esse discurso e queremos, com nossas incoerências e tudo mais, construir esses pressupostos cristãos aí que ela mesmo não alimenta, é quase o seguinte: nós somos chamados a fazer um faz de conta, eu acho. Na radicalidade da questão é isso. Claro que nesse intermediário dá pra fazer muita coisa, mas chega uma hora que você esbarra, tem um limite dado, não do MEB mas da Igreja que ele faz parte e esse limite é um jogo de cartas marcadas.”

(Entrevista com um membro da Equipe de Brasília)

“Participam muito pouco, na instituição como um todo. É incrível, por exemplo, toda essa questão de redesenho que a gente está vivendo até a nível regional e de repente, muda, muda quase tudo. Consideram-se outras razões, outras vontades, principalmente vontades de quem está em cima e a gente participa pouco. Agora as decisões mais leves, que não implicam grandes coisas, você decide... não vai implicar nada com isso (sorrisos). Então é nesse aspecto que a gente participa. O poder maior mesmo, até hierarquicamente está aí. Agora parece que está diferente, algumas pessoas querendo tomar a frente e agir diferente. Parece que alguns mais fortes, com poder de influência, parece que vão parar de tomar decisões, tem essa questão aí que me deixa incomodado.”

(Entrevista com Coordenadores(as) dos departamentos de base)

“Sim, participamos. Mais do que ninguém participamos. Houve tempos em que essa participação nas decisões eram mais limitadas. Hoje nós temos uma ampla participação, embora, embora em algumas decisões ainda prevaleçam posturas centralizadoras do CDN. Você veja por exemplo a questão da manutenção do departamento de Tianguá, nós tivemos inteira liberdade pra fazer o redesenho, pra fazermos as discussões, escrevemos, ponderamos ... mas depois, na hora "h", por conveniência, os bispos resolveram discordar dessa decisão e manter o departamento. Nesse sentido nós ainda não participamos ainda totalmente ... eh ... não é que não participamos, nós participamos, mas ainda não temos o poder de decisão que na sociedade se diz que emana do povo, aqui deveria emanar da maioria das pessoas que fazem a instituição, não emana ... mas há participação.”

(Entrevista com Coordenadores(as) dos departamentos de base)

“Olha, eu, pelo que houve nas assembleias que eu participei , eu acho que houve... foi dado esse espaço. Agora, nos departamentos, eu creio que as políticas e as práticas foram muito a imagem e semelhança de presidentes. Eu constatei isso naquela experiência que a gente teve , não digo de auditorias mas naquelas visitas que, ao meu ver, seria uma prática muito boa de se retomar. Se no CDN pudesse circular, dar uma circuladinha pra gente ver ao vivo, etc. Eu vi coisas que eu digo: coitados, aqui eu não sei como é que podem respirar. Eu vi que nem podiam colocar em suas práticas nada que fizesse qualquer conotação, cheiro de movimento popular, que expressasse uma conotação política . A gente tem sempre que administrar um pouco desse excesso de sabedoria porque o ser humano, na verdade, é apaixonante, é uma beleza quando se apaixona . Eu não digo pelos nossos pecados aqui mas, eu creio que há MEB's e MEB's.”

(Entrevista com membro do CDN do MEB)

O que podemos observar nestes trechos de entrevistas, entre outros aspectos, é que existe uma tensão predominante dos movimentos de uma consciência que transita entre o ceticismo e o realismo em relação a uma participação institucional. Os mesmos são permeados por vários elementos que caracterizam um controle institucional autoritário como “o gerenciar o desejo” dos não membros da hierarquia quanto a participação e desejo dos mesmos em relação ao que querem do MEB - “foi dado esse espaço”; “políticas e práticas foram muito a imagem e semelhança do presidente”(compreenda-se aqui presidente como o bispo de uma diocese que é oficialmente o presidente do MEB em sua diocese); “tem um limite dado... e esse limite é um jogo de cartas marcadas.”

Ao analisarmos esses elementos de controle, podemos perceber nos mesmos, marcas ideológicas e históricas da Igreja Católica que se fazem presentes no MEB, condicionando e interferindo nas relações de poder que se travam na instituição. Cabe aqui a observação de que é legítimo a utilização de mecanismos de controle, já que todas as instituições os possuem. A questão não é ter ou não tê-los e sim como esse controle é feito, isto é, é feito de forma participativa ou centralizada ? Democrática ou autoritária ?

A Igreja Católica possui um projeto, dinâmica e modelo “autoritário” de governo que não é meramente conjuntural, é estrutural e forjado ao longo dos séculos. O mesmo teve início com Gregório VII, no século XI, quando se deu a “virada eclesiológica”, segundo Yves Congar(BOFF,1996:58). Assim, esse modelo eclesial não é fruto apenas de uma mudança conjuntural onde o modelo eclesial participativo está momentaneamente em declínio, mas uma mudança enquanto retorno a “uma estrutura” ou na expressão do teólogo João Batista Libâneo(1983:10-12), uma “*volta à grande disciplina*”.

Convém observarmos ainda que mesmo quando na Igreja Católica há movimentos de reforma, que se dão apoiados na natureza dogmática(bíblico-teológica) da mesma, cuja visão é constitucionalmente “*communio/communitas fidelium*(comunhão/comunidade dos fiéis), ao menos nesse milênio esses movimentos de reforma “*são conjunturas controladas e por isso transitórias*”. E mais: os mesmos só são possíveis devido o consentimento das autoridades eclesiáticas, que as autorizam porque “*não tocam nas estruturas institucionais de fundo da Igreja, aquelas relativas ao poder central(Papa e curia) e ao poder efetivo dos órgãos conciliares e colegiais em seus vários planos....*”(BOFF, 1996:59).

O parágrafo acima endossa, em sua idéia central, entre outros depoimentos citados anteriormente nas entrevistas, um que merece destaque, quando diz “... *a minha relação com a Igreja é que me diz que ela tem que fazer um movimento de mudanças, transformação mas não necessariamente ela quer essas mudanças e transformações. Ela quer se manter perene aí como mensageira de Deus ou como intermediária de Deus.*” Não está aí a consciência da predominância do caráter de preservação da instituição ? E da sedução de sua mensagem, mesmo que contraditória ? “*Nós da assessoria do MEB e não só mas de todo movimento social, dentro da Igreja hoje e das pastorais sociais, somos encantados com esse discurso, quase sempre o levamos a sério, mas esbarramos na própria Igreja na hora de concretizá-lo na radicalidade do próprio discurso. Então a Igreja tem um discurso de origem cristã que é muito radical e que ela mesma não suporta esse discurso*”.

3.3.1. A regionalização como “locus” de participação

Diante do exposto, permanece ainda a questão central de investigação: onde e como efetivamente, no MEB, há mais possibilidades de vivência e criação de práticas participativas? Ao que pudemos evidenciar, as estruturas mais próximas da base, os regionais e os departamentos de base tendem a criar mecanismos mais participativos e democráticos, o que não quer dizer imunes de contradições, como veremos posteriormente. Alguns trechos das entrevistas nos dão uma amostra disso:

“Eu acho que os assessores de base participam dos momentos de decisões. Agora, o nível de influência deles nas decisões, eu acho que é mínima. Eu digo assim, os coordenadores dos departamentos participam da assembléia nacional do MEB que é, inclusive, pra indicar o presidente do MEB, mas ele não tem autonomia para eleger o presidente do MEB. Então, eles participam dos momentos, mas pra eu participar da decisão é quando eu disser: eu posso decidir. Eu acho que no MEB, nós, inclusive, você sabe disso, que no CEPI nós tínhamos uma briga muito forte com a direção nacional do MEB, com o pessoal da equipe de Brasília porque a gente lutava contra essa falta de democracia, ela não existia no MEB, mas isso assim, não era muito claro. Participava de umas decisões que o que a gente podia dizer era assim: nosso plano às vezes era cortado pela questão financeira. Olhe, isso não dá pra financiar pelo tanto mas o que a gente decidisse fazer como trabalho não era barrado... a gente decidia e, pronto. Mas aí, quando parte pras questões mais políticas de escolher a direção nacional do MEB, de escolher... aí, nós não tínhamos. Eu acho que a nível do regional, como nós éramos mais ou menos organizados, nós tínhamos algumas decisões, às vezes, à revelia do MEB nacional da nossa força tipo: escolher o assessor regional, isso nós escolhíamos, podíamos querer mais, porém não tínhamos condições... até porque ou a gente aceitava ou então não iria ter condição da gente fazer o trabalho. E, se a gente decidia: precisamos de uma questão a nível regional mas, se tivesse que mexer lá encima aí, eu, pra mim, nós não tínhamos essa influência.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“...a própria criação do assessor regional, na década de 90, foi resultado de uma grande batalha, de uma grande discussão porque, olhe, foi nessa década aí, final da década de 80 que se diminui, foi se diminuindo a influência da equipe nacional nas equipes porque os assessores... tinha assessor mas era concentrado em Brasília. Aí, era assessor pra cada área e ficava um monte de viagens porque coisa de catequese só quem resolvia era o Pedro, se a coisa era relacionada ao sindicalismo, já era outro, se era alfabetização... e virava aquele desgaste sem fim e aquela vinha de

avião, discutia um dia, dois e voltava e tinha que dar conta do MEB como um todo. No final da década de 80 nós começamos a pressionar, discutir a idéia, tomar decisão assim: a gente decidir de que o ideal do regional seria ter essa assessoria regional. Foi, inclusive, o primeiro regional que teve assessoria foi o CEPI²⁹. Acho que, hoje, todos têm mas, foi o primeiro na qualidade e no nível dos assessores que nós tivemos e temos até hoje."

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

"Eu acho que a nossa ... a estrutura ela ... foi uma coisa que eu percebi logo que eu cheguei, é uma estrutura muito fechada e, por mais que a gente tenha idéias, projetos, tenha divergências mas acaba vendo a parte mais forte da estrutura mesmo, de quem dirige. Então, eu acho que não existe uma participação efetiva, não existe uma democracia, é ditadorismo ditatorial. Fatos que comprovam isso, eu acho que tem vários momentos: a questão das distorções pedagógicas, por exemplo, no regional, onde a gente tinha uma linha e uma necessidade de formação. E era contado, era apresentado e, viram de outra forma; a própria questão salarial e as questões administrativas. A gente tem um pensamento e era, inclusive escrito e enviado essa coisa, o pensamento que se tinha, a necessidade de se participar, em alguns momentos, a nível nacional ia barrando ... e, algumas propostas, o próprio espaço pra discussão: política salarial, de política pedagógica, de participação era, de certa forma, descartado. (...) O "regional", ele era uma preparação pra que houvesse essa descentralização de poder e uma efetivação da participação do departamento, uma tentativa. Mas, ela ... é feita a discussão aqui nos departamentos era feito em conjunto, em assembleias mas, acabavam não sendo bem aceitas e, eu acho que o regional conseguiu dar uma colaboração nesse sentido de querer fazer com que o MEB se tornasse uma instituição mais aberta, mais democrática e, mais eficaz, nas ações. Porque muitas das idéias, muitas das propostas que o regional tinha, a própria forma de participação era exatamente no interesse de contribuir com que o MEB crescesse, se tornasse ..., se solidificasse na forma de trabalhar diferente: como assessoria, na forma de agir diferente. Porque não adianta você pregar a democracia se não existe democracia interna. Então, eu acho que essa contribuição o "regional" conseguiu dar: no CEPI, principalmente, aqui, onde tem vinculação maior. Não sei se os outros regionais conseguiram dar esse mesmo passo. O "regional" em si, deu os passos que deveriam ser dados e, eu acho que, de certa forma, foi castrado, foi barrado em suas tentativas. Não sei hoje como se encontra mas, o que estava a cargo da gente eu acho que foi feito: as tentativas."

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

²⁹ Tal informação não condiz com outras fontes consultadas, já que em 1991, os outros regionais do MEB também iniciaram concomitantemente ao regional CEPI a experiência de uma assessoria regionalizada. Todavia, é bom que se registre que o regional CEPI teve uma assessoria escolhida fora dos quadros do MEB, o que tornou sua experiência distinta dos outros regionais naquele momento.

“O papel do regional é de além de fazer a articulação, do monitoramento dos projetos, do plano regional, também tem esse papel de se mostrar como MEB pro conjunto do MEB, de dá essa cara mais unâime e também uma coisa, na minha linguagem, de defender também os interesses do regional em diversos aspectos. Nos aspectos pedagógicos, da organização, dos rumos do MEB, o que se pensa. Eu acho que o regional é também para isso, deve exercer o papel de estar construindo o modelo de MEB que se quer.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“Os regionais são uma forma importante de participação no MEB ... talvez seja um reflexo da Igreja aqui no Brasil quando ela descentralizou, hoje são 16 regionais. Acho que é isso, esse reflexo de uma Igreja descentralizada. A gente tá vivendo o próprio rumo, a descentralização na ação pastoral da Igreja. Em todas as instituições que pertencem a Igreja sofre esse reflexo e deu esse passo. A regionalização alimentou um espírito maior de co-responsabilidade, não é só aqui em cima, não é só a cúpula, não é só Brasília, não é só a presidência e CDN , acho que não, acho que esses assessores regionais deram uma contribuição muito grande ao MEB, aos regionais mais articulados, tiveram um papel maior de articular o trabalho de base.”

(Entrevista com membro do CDN)

“O primeiro elemento positivo que eu acho é que, de fato, não teve na instituição um alijamento do poder. O poder é parte instituinte de grupos sociais de instituições. Então, um ato positivo que eu via nessa questão é que os grupos que se achavam com maiores condições intelectuais ou que achavam ter mais claras alguma questões, eles tentavam operacionalizar, se eu pudesse dizer assim, aquela sua visão sobre os elementos sociais pra própria instituição. Eu vejo isso como positivo porque é sinal que tinham pessoas pensando dentro do conjunto da entidade, então, esse é primeiro elemento positivo. Segundo, é que algumas questões foram positivas: a primeira eu poderia dizer pra você que foi a própria regionalização da entidade. A regionalização do MEB não foi , em um primeiro momento, a diretriz da diretriz da entidade. Ela foi uma luta das próprias equipes que se reuniram em termos de regionais, que tentaram organizar e eu diria que os regionais foram se estruturando paulatinamente . Não foi uma determinação geral que tinha que ter regionais e, eles foram se estruturando. Eu penso que foi uma coisa muito positiva a regionalização. Foi uma luta dos regionais tentando se fortalecer e se organizar frente as próprias decisões, muitas vezes que, de certa forma pareciam que eram autoritárias, que vinham pra direção central da instituição. Eu penso que os regionais surgiram no MEB como uma auto proteção das equipes porque, de fato, tinham muitas decisões. Aí eu volto nas decisões personalistas que, naquele momento, a figura que estava aqui era a equipe central ou a equipe central anterior formada pelas quatro áreas de assessoria às equipes ou aquela depois, que não tinham as áreas de

assessoria mas tinham uma coordenação nacional. Então, eu penso que foi uma reação dos regionais. Eu vejo a criação dos regionais como um elemento positivo."

(Entrevista com um membro da Equipe de Brasília)

Mais uma vez, a consciência do limite de uma participação institucional se faz uma constante, não obstante o desejo e a efetivação de mecanismos participativos. É compreensível que, numa instituição com a abrangência geográfica do MEB, quanto maior o desejo de controle centralizado em um único local, maior será a tendência desse controle desconsiderar as particularidades da instituição nos seus diferentes locais e possivelmente, com fim de assegurar a “obediência”, enrijecer os mecanismos de controle e sanções. Parece-nos saudável, numa perspectiva participativa, esse movimento interno institucional de criação dos regionais, como bem atestam os trechos das entrevistas. Além da possibilidade de uma inter-relação mais próxima da realidade e de seus problemas específicos, os regionais se apresentam como uma possibilidade concreta também de inter-relação entre os próprios departamentos de base.

A Avaliação MEB/MISEREOR apresenta com clareza os regionais como possibilidades e espaços instituídos historicamente pelos membros do MEB, especialmente como movimento vindo das bases da instituição, e posteriormente assumido pelo conjunto da instituição, como “*um espaço de participação ativa e criativa*”, e ainda que o mesmo “*ajuda a garantir a unidade e a diversidade(particular –geral)*”. Prosseguindo, menciona que assim há um estímulo ao exercício da “*corresponsabilidade que é sempre uma via de mão dupla*” e que “*os encontros regionais oferecem momentos estimulantes para a troca de idéias e experiências e a formulação em conjunto de propostas políticas para o MEB como um todo*”(PEIJNENBURG, & SILVA, 1994:37)

Na relação mais próxima com os presidentes locais dos departamentos, isto é, os bispos de cada diocese onde há departamentos de base do MEB, os regionais tem criado uma série de mecanismos participativos. Estrategicamente cuidam que esses mecanismos sejam sempre mais postos no crivo coletivo, e assim, paulatinamente, vão se construindo acordos entre os departamentos que constituem “o regional”, não passando unicamente nas mãos do

presidente de um departamento o poder de decisão, como, por exemplo, o da escolha de um novo quadro para a assessoria local, inclusive da forma de seleção. No caso do regional CEPI, já se tornou uma praxe, desde o início dessa década, o processo de seleção de novas assessorias. Tal seleção é feita via prova escrita, entrevista e análise de currículo, que é coordenado por uma comissão representativa do regional, incluso oficialmente o bispo local. Certamente “o parecer final” e a oficialização da contratação está condicionada a aprovação do bispo. Não obstante tal fato, o mesmo não desmerece a criação desses mecanismos parciais de alargamento dos espaços participativos.

3.3.2. As contradições do processo participativo

Todavia, nesses mesmos espaços tendencialmente mais participativos, como os regionais, aqui mais enfocados, e os departamentos de base, há contradições fúcais em suas práticas, como podemos atestar nos seguintes trechos de algumas entrevistas:

“(...). No CEPI eu acho o CEPI corporativista, mas me permita dizer uma coisa, eu acho muito mais individualista que corporativista na relação de pessoa a pessoa. Nas relações entre os departamentos ele está preocupado realmente em defender, procurar ... mas de pessoa a pessoa eu percebo uma relação de muito individualismo que eu não consigo conceber o individualismo como uma coisa boa, por mais que tenha a incidência que mostre isso, se estimule isso, a educação que joga muito duro na questão da competividade, mas eu não concebo, não é um dos meus pontos fracos e desencanto (tenta sorrir e suspira). Mas eu estou aprendendo a lidar com isso, no sentido de que pode se tirar proveito por exemplo, quer-se ser realmente bons, competentes pra servir a própria instituição, é o meu prêmio de consolação.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“Acho que sim, há participação no MEB, acho que sim. Agora, não sei, depende muito de como o MEB é conduzido. Depende muito das equipes, por exemplo, nas instâncias dos departamentos houve muito funcionalismo, muita gente funcionários, trabalhando sem a mística do MEB. Mas houve também departamentos e pessoas que de fato eram apaixonados pela causa da educação. Depois eu acho que o MEB deu um grande passo com a criação da descentralização com a regionalização. Acho que ai os regionais tiveram um papel importante e isso teve uma repercussão nos departamentos. A regionalização foi muito importante. Até também na presidência, no CDN e aqui em Brasília. Hoje eu acho que

estamos caminhando muito mais articulados, mas a gente sofreu muito de um espírito burguês, de acomodação, só pensando em gastar dinheiro, sem mística, sem amor a causa.”

(Entrevista com membro do CDN)

“Eu vejo a criação dos regionais como um elemento positivo. Agora, um elemento negativo que eu percebo : se os regionais tiveram esse período de movimento positivo eu acho que aquele elemento positivo, que era inicial, ele demorou demais, ele perdurou demais nas estruturas dos regionais, ou seja, como os regionais criaram uma forma de auto proteção esse processo ficou por muito tempo nos regionais. Mesmo que, muitas vezes, não tivessem mais uma direção central tentando impor perdurou-se uma auto- proteção forte demais dentro dos regionais e eu diria pra você que acho que até um corporativismo muito forte. E, isso eu acho que, em certos momentos, dificultou o diálogo dentro da entidade pra fazer com que a entidade desse passos significativos.. Eu penso, então, que isso fez com que os grupos se fechassem em si mesmos. Eu vejo isso com um dado negativo. Veio muito positivo, no início, e não acho que os grupos deveriam ter deixado completamente o corporativismo, a dimensão corporativista ou a visão do regional forte. Mas eu penso que isso perdurou demais e, muitas vezes, impossibilitou o diálogo mais denso das diversas áreas da instituição . Isso, eu vejo em última escala, quem sofreu foi a própria política institucional que ficou parada por muito tempo e, nessa luta de poder velado fez com que a entidade não desse os passos tão rápidos quanto poderia ter dado. Sendo que nós estamos vivendo num mundo onde cada dia exige mais que as instituições descubram suas fragilidades e tomem posicionamentos e tentem buscar a saída mais rápida. Então, eu vejo como uma grande questão negativa foi que esse corporativismo impedia a entidade de dar passos mais rápidos. Eu vejo passos, não passos unilaterais mas teriam sido passos partilhados, debatidos, brigados, se nós pudéssemos dizer. ... passos conflitados mas que, ao final tivessem conseguido dar passos significativos.”

(Entrevista com um membro da equipe de Brasília)

“O Regional joga em alguns momentos com um papel importante nessas questões das decisões, mas se ele estiver determinando, colocando o nacional em xeque, entendendo o nacional como CDN e Presidência basicamente, algo contrário ao mesmo, ele não tem poder nenhum de decisão. Logo, não é uma instância instituída, como tal, nem está no estatuto como tal. Agora ela acumula força política, influência, se o regional estiver coeso numa questão e se for um regional que tem fundamento de força para aquela questão , então reúne uma força mas é uma força tática, naquele momento e em vista daquela questão. O regional por si só não tem força nenhuma. Agora ele, ao depender do momento e da força que ele venha acumulando, eu acho que ele joga com algum tipo de força que venha da própria entidade. Uma coisa que me chama atenção é

que os regionais não se articulam entre si na entidade. É uma estrutura quase como assembleia de sindicato como eu estava te falando. Se fosse possível uma articulação de um regional para com outro, eu acho que poderia ter um resultado mais significativo. Sinto os regionais muito imbuídos em resolver seus próprios problemas e ele também acaba não pensando na entidade como um nível nacional e quando pensa é porque alguma questão está tocando a ele. Sem contar que a grande experiência de regional, por exemplo na questão do AMAZONAS e SERNALBA, acho que nem são regionais hoje, na minha idéia ainda estão preocupados com as questões locais e não se articulam em torno de algumas questões para além dos departamentos. O MAPA deu um grande salto no sentido de se pensar como regional e se pensar como uma região e o CEPI já se pensa como regional há muito tempo, mas quanto a se pensar enquanto região o CEPI ainda não deu ou está para dá, não sei ainda como isso vai se concretizar. Então você tem regionais que não são regionais e os que são regionais nesse conceito de organização para dentro e para fora do MEB mas não se articulam entre si e assim não acumulam forças. Mas os regionais em última instância também não são representativos de tanta força na entidade, eu acho, não jogam com tanto peso”

(Entrevista com um membro da equipe de Brasília)

“Os regionais se configuram, ao mesmo tempo, como um espaço de resistência em relação à decisão estabelecida, porque o regional tem certa dificuldade de se perceber na totalidade. Ele se vê também de forma parcial em relação aos próprios departamentos que compõem uma concepção de regional. Aqui, eu estou falando de regional, quando do momento do encontro, dos departamentos, enquanto processo de intervenção na região, enquanto local. Quer dizer, os regionais, enquanto regionais, não existem. Não existe o regional CEPI, o regional MAPA, o regional Amazonas, isso são questões nossas, do imaginário. Existem formas de poder estabelecidas, configuradas por uma coisa chamada regional. Então, o que existem são espaços de reflexão que, ao invés de, serem regional poderiam se chamar de seminário regional, primeiro seminário regional, segundo seminário regional. Então, mas o regional, enquanto perspectiva de uma intencionalidade estabelecida de repercussão massiva na região, eu não vejo. Eu consigo perceber um regional configurado enquanto tal, quando de uma perspectiva de uma intervenção massiva. Eu tenho uma visão do MEB que, da necessidade de se dar um ... se construirem alguns espaços de ação, que são superação de ações micro pra ações mais macro, mais incisivas, de peso, usando da comunicação, de uma ação articulada. Como há algum tempo, por exemplo, no CEPI se fez, poderia ser utilizado em macro escala pro dia internacional da alfabetização, quer dizer, não significa fazer, reunir os alfabetizadores mas algo que reúna os alfabetizadores e consiga ter uma repercussão articulada, porque outros, naquele mesmo dia ... Então, coisas assim massivas que podem ter uma repercussão junto a opinião pública. Então,

por quê? Porque eu vejo o regional com o sentido de uma ação massiva com repercussão na opinião pública. Então, esse é um aspecto importante. E, outro é, ao mesmo tempo, um regional que busca a sua superação enquanto ... quer dizer, uma ação de intervenção direta na realidade, com repercussão na opinião pública , a priori, não deveria ser uma ação do MEB, deveria ser uma ação articulada dos movimentos. Mas, à medida que, os movimentos vão conseguindo ter essa possibilidade de se articularem, o MEB deixa de cumprir esse papel e passa a usar das suas estratégias, do seu poder de influência pra agir em outros campos de intervenção. Então, o regional não existe. O que existe são formas de configuração de poder, de desenho de poder e, esse poder se expressa numa carta que é enviada ao nacional expressando o descontentamento com a atitude do CDN, do secretariado em relação a determinada situação mais específica ou, configurada, enquanto elemento de reflexão sobre determinado assunto que o nacional não refletiu, ainda, por exemplo, descentralização. Estacionou a reflexão, então, o regional pega aquela temática, reflete e consegue usar disso como diferença em relação ao nacional. Então, olha, vocês não refletiram sobre essa questão, não aprofundaram e nós aprofundamos. Então, termina sendo uma configuração de um poder. E, a outra questão, é que há , que eu digo como uma coisa muito imaginária, é de que o próprio local, muitas vezes, não se revela diante da estratégia de intervenção dessa coisa chamada regional.”

(Entrevista com um membro da equipe de Brasília)

Os trechos das entrevistas apresentam contradições inerentes ao processo de descentralização via regionalização que ocorre no MEB, não obstante reconhece-o também como um dos espaços mais participativos e criativos. Poderíamos sintetizar as contradições da seguinte forma:

1. Sendo um movimento surgido nas bases da instituição, a regionalização teve o mérito de provocar uma descentralização do poder na instituição, embora com o passar do tempo o próprio movimento de regionalização tenha “estagnado” na postura defensiva de “seu espaço”, tendo dificuldade de deslanchar um processo dialogal de ampliação desse exercício de poder democrático para o conjunto da instituição, as vezes caindo, inclusive, numa postura “corporativista”;
2. Há talvez na gênese do movimento de regionalização uma fragilidade no que concerne à própria concepção de regionalização, isto é, qual a proposta política que se advoga ? Tal fragilidade se agudizou especialmente quando do imperativo da apresentação de uma

proposta política de intervenção numa região, que daria qualidade e consistência política-pedagógica institucional à regionalização, já que os regionais não apresentaram consistentemente uma proposta de tal porte³⁰. A regionalização, pelo menos até agora, tem se voltado muito mais para uma dinâmica intra-institucional ;

3. A regionalização do MEB possui certa semelhança com o próprio movimento de descentralização da CNBB, ao querer ser um movimento de descentralização do poder e propiciar maior autonomia às “igrejas locais”. Porém, não conseguiu extrapolar sua influência de atuação enquanto criação de espaços e posturas/práticas participativas locais, não acombarcando a totalidade da dimensão intra-institucional, isto é, não se criou uma “cultura qualitativamente participativa”; há ensaios e experiências isoladas.

Se relacionarmos esses comentários com o próprio processo do agir histórico da Igreja Católica quando absorve os seus movimentos internos que inicialmente podem se apresentar como “renovadores” e até certo ponto “ameaçadores”, acolhendo-os sob suas asas e paulatinamente “disciplinando-os” até renovarem o que é permitido renovar sem tocar naquilo que é nuclear na instituição: a autoridade centralizada do exercício do poder. Podemos dizer que a regionalização no MEB também passou, com suas peculiaridades e distinções, por esse processo. É interessante observar que a prática desse “*modus operandi*” não é absorvida apenas pelos eclesiásticos, mas também pelos leigos, além de se fazer presente e até cultivado especialmente em alguns cargos e funções.

Assim, não foi sem propósito a escolha do trecho da entrevista que escolhemos como intróito desse capítulo. A concepção de participação institucional ali presente consegue amalgamar toda uma complexidade e sutileza que permeiam os processos internos de relações de poder no MEB. O termo “convite” é desde o início uma expressão de uma não pertença institucional já que quem se sente pertencente a alguma coisa não precisa de

³⁰ Cabe aqui a observação de que especialmente os Regionais MAPA e CEPI foram os que mais se aproximaram da construção de uma proposta desse nível, já que se construiu um estudo regional do Maranhão e Pará e com base no mesmo se elaborou o atual Plano Trienal Regional (Ver na bibliografia “Conhecer Para Intervir – Regional MAPA”), como também a elaboração das Política-Pedagógicas do Regional CEPI (Ver na bibliografia “Políticas Pedagógicas”). Os outros regionais apresentaram, até então, grandes dificuldades de

“convite” para poder participar. O fato de precisar ser “convidado”, receber uma credencial, ou equivalente, é uma evidência de que institucionalmente há os “donos” e “os funcionários”, bem expresso em outro trecho de uma entrevista quando assim menciona

“Aqui vou revelar outro ponto também polêmico. Acho que o MEB não é nosso, precisamos ter muita consciência disso. O MEB não é de seus funcionários. O MEB é da Igreja, da sua hierarquia. Isso pra mim é muito importante. Enquanto ele é aquilo que eu comungo, compartilho, tem lugar pra mim aí dentro. Na hora que eu não compartilhar com ela, eu não tenho mais lugar no MEB. Isso é muito importante pelo seguinte, nós somos chamados pelo MEB a participar e dizer o que queremos do MEB, como gostaríamos que ele fosse mas há um limite para isso. O que queremos para o MEB não pode ser algo a revelia do que quer a hierarquia do MEB, essa é uma consciência que também temos que ter. Os bispos nos dão uma liberdade de pensar o MEB, até um certo ponto. Em determinados momentos eles se sentem no direito de gerenciar esse desejo, não sou contra isso.”

(Entrevista com um membro da equipe de Brasília, grifo nosso)

Aos funcionários lhes são permitidos uma participação tutelada. Mais uma vez se constata a dificuldade estrutural da Igreja Católica em aceitar a participação ativa dos leigos em seu seio. O eixo da participação ou “comunhão” nessa relação de poder é fundamentalmente subordinado ao da autoridade eclesiástica. A participação ativa do leigo é bem vista dentro e somente desses parâmetros instituídos de preservação da ordem secularmente estabelecida em sua estrutura de poder(OLIVEIRA & MEDINA, 1973:25-27).

Outro aspecto que merece um destaque nesse trecho é a aceitação do papel prescrito ao leigo dentro da ordem estabelecida sem a “rebeldia” do estar contra o determinado, o instituído, mesmo reconhecendo, em outra parte da mesma entrevista, que há uma contradição fundamental na instituição: “*(...)uma contradição fundamental da instituição, é que é ela é dirigida pelos bispos mas é feita cotidianamente pelos leigos. Quem faz educação na ponta são os leigos e quem dirige e dá a ultima palavra são os bispos. Há uma distância entre a hierarquia e os leigos (...)*”.

coesão interna incidindo na dinâmica de pensar melhor “o ser regional”, mesmo com algumas produções escritas nesse sentido, que muitas vezes não expressavam uma vivência regional mais orgânica.

Maduro(1983:173-174), ao analisar as funções conservadoras da Igreja, diz que suas estratégias auto-reprodutivas se dão basicamente através de dois níveis: o da manutenção da ordem simbólica e na inculcação de uma lógica hierárquica. Tal lógica é extremamente prejudicial na criação de relações democráticas já que “(...) os fiéis interiorizam de modo não consciente uma atitude de respeito à hierarquia, à autoridade, ao poder centralizado, facilitando assim a submissão dos fiéis a outras hierarquias sociais(econômicas, políticas, militares etc.)e, em geral, à estrutura social de dominação estabelecida.”

Certamente a religião, no caso aqui da Igreja Católica, não desempenha um papel apenas reprodutor e conservador do “establishment”, porém, nesse caso, pelo que se apresenta no discurso e observações desses aspectos aqui trabalhados, há uma tendência a enfatização de sua função reprodutora e conservadora da ordem estabelecida intra-institucionalmente e se confirma a tese de Maduro, também nas relações dos membros da instituição fora da mesma com outros atores sociais.

Como conclusão deste capítulo, podemos dizer que no MEB há possibilidades de criação e vivência de espaços participativos, embora em sua gênese sejam contraditórios, já que podem se constituir como espaços parciais geradores de práticas institucionais democráticas, como vimos até certo ponto na experiência de regionalização vivenciada por alguns regionais, como também podem se constituir como espaços geradores de práticas institucionais autoritárias, veladas ou não, como vimos na mesma experiência de regionalização quando os regionais apresentaram práticas corporativistas e não conseguiram extrapolar uma vivência de práticas democráticas mais consistentes, especialmente para além do seu espaço regional.

4. DISCURSO E PRÁTICA DE ASSESSORIA COMO RELAÇÕES DE PODER

4.1. O ideário de sociedade e educação do MEB

O trabalho de assessoria pedagógica do MEB é um instrumento que o mesmo usa para inserir sua própria ação no movimento popular mais amplo, isto é, uma forma de influenciar as diversas organizações populares assessoradas ou que se relacionam com as mesmas a partir de sua proposta política-pedagógica. Certamente, tal proposta possui uma visão de educação e sociedade que lhe embasa. Qual é a visão de educação do MEB ? Que visão de sociedade defende ?

Segundo o Plano Trienal da Instituição para o triênio - 1996-1998 (MEB,1996:13-15), assim é registrado o entendimento da sociedade que a mesma defende:

“ Optamos por uma sociedade economicamente justa, politicamente democrática, socialmente solidária, culturalmente plural, a serviço da vida e da esperança, a caminho do Reino.

Por sociedade justa entendemos a que:

- /•\ garante a todos os direitos fundamentais de educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, liberdade de pensamento, expressão e de ir e vir, bem como a adequada distribuição da terra, dos bens produzidos pelo trabalho, excluindo todo e qualquer tipo de expropriação indébita;
- /•\ respeita e valoriza as pessoas por aquilo que são e não, exclusivamente, pelos bens que possuem;
- /•\ promove condições de segurança e relações de igualdade entre pessoas, grupos e organizações a fim de que todos possam exercer suas obrigações individuais e sociais de cidadania.

A sociedade politicamente democrática se concretiza pelo poder-serviço que exclui qualquer tipo de dominação, discriminação e possibilita a todos a participação na vida sócio-política, sobretudo nas decisões que dizem respeito à coletividade. Caracteriza-se, ainda, pela seriedade com que todos tratam a coisa pública (bens públicos, riqueza nacional, bens de

comunidade), pensam e realizam a organização descentralizada dos grupos e da sociedade como um todo.

Nesta sociedade o Estado deve ser democrático; estar sob o controle e a serviço de todos; envidar todos os esforços para que ninguém seja excluído da participação dos bens materiais, culturais e espirituais a que tem direito, para preservar sua dignidade humana e para que todos tenham acesso à informação democrática e à justiça, bem com, possam viver com segurança, integrando-se criativamente no mundo do trabalho, no pleno exercício da cidadania ativa, usufruindo das oportunidades e condições para serem felizes.

É dever do Estado prover uma educação básica de qualidade para todos, também para os que não tiveram acesso à ela na idade própria.

Queremos um Estado federativo, que adote os princípios da subsidiariedade e da descentralização, para que cada unidade da federação possa exercer, co-responsavelmente, seu dever de garantir os serviços básicos, próprios e específicos das comunidades locais e regionais, de modo que fiquem mais claras à população, as competências próprias de cada uma destas instâncias.

Os poderes públicos executivos, legislativos e judiciários devem manter, equilibradamente, autonomia própria, a fim de que, em respeito e integração, possam garantir um serviço público especializado à população, sobretudo à menos favorecida economicamente.

Para que a sociedade seja socialmente solidária requer-se que as pessoas tenham capacidade de romper o próprio isolamento e buscar formas de organização de convivência social que permitam e satisfaçam as necessidades de todos, sem discriminação. Requer-se ainda a capacidade de abertura para outras nações, povos e culturas assumindo co-responsavelmente o destino comum da humanidade e do universo.

A sociedade culturalmente plural é a capaz de valorizar e promover a unidade na diversidade de dons e carismas de pessoas e grupos, como elementos importantes na construção de uma convivência social onde todos possam expressar, subjetivamente, sua originalidade.

Para que a sociedade esteja a serviço da vida precisa cultivar a vida, em todos os níveis e formas, superar a violência que gera medo, clima de insegurança e sufoca a alegria de viver; desenvolver uma consciência ecológica que leve as pessoas ao encontro entre si e com o meio ambiente, preservando a comunidade de vida existente no universo. Entendemos, assim, a vida numa dimensão de integralidade e plenitude, incluindo a relação com o sagrado e o transcendente.

A sociedade a serviço da esperança é a que leva as pessoas e grupos, a constantemente cobrarem ânimo em sua caminhada e a vislumbrarem, mesmo em meio às trevas, a possibilidade de céus e terras novos.

Por sociedade a caminho do Reino entendemos a que, empenhada na luta pela libertação integral da pessoa humana e na construção da cidade terrena, segundo a justiça e a solidariedade, não perde de vista o desfecho glorioso da história, quando Deus, finalmente, será “tudo em todos” (Cor 15,28), e todas as coisas a Ele serão submetidas. (Diretrizes, 28). ”

Ainda no mesmo documento, apresenta a seguinte concepção de educação:

“ Fieis às nossas origens, queremos dar feição nova ao trabalho popular, enfatizando, de forma especial, a educação para a solidariedade, em contraposição à cultura da competição e da violência, que leva a considerar o outro, não como irmão a ser servido, mas como adversário a ser superado, excluído e, se possível, eliminado.

A solidariedade é uma exigência irremediável, intrínseca à fé no Deus, Pai de todos. É um laço recíproco entre os seres humanos, co-responsáveis uns pelo bem dos outros. O princípio e a atitude da solidariedade, implicam a ajuda subsidiária, segundo a qual é ilícito dar a uma pessoa, ou grupo, aquilo que eles podem conseguir com suas próprias forças. A solidariedade favorece a participação de todos na consecução do bem comum, como também leva a evitar que algum organismo central venha impedir, tanto aos grupos, quanto aos indivíduos se realizarem através de um esforço responsável e pessoal.

A solidariedade exige a personalização do relacionamento e a criação de espaços abertos à ação, para que as pessoas possam progredir e multiplicar os próprios talentos, colocando-os à disposição do bem comum, numa sã reciprocidade. Esta impede que cada um pense exclusivamente, em si mesmo, desinteressando-se do bem dos outros (Pacem in terris, 68).

A educação para a solidariedade leva as pessoas a se engajarem na luta contra a pobreza e a exclusão e ao empenho por criar uma ética pública, capaz de produzir para todos condições de vida digna e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres (Diretrizes, 196).

A educação que queremos não se limita, portanto, ao que ocorre na escola. Dá-se em todos os espaços sociais, onde as pessoas e as classes

populares produzem a própria existência, na condição de sujeitos da caminhada histórica.

Ela visa à autonomia do sujeito como construtor de sua própria cidadania. Por isso, gera consciência crítica, que ajuda as pessoas a perceberem a exclusão planejada de milhões de trabalhadores, principalmente dos menos letrados ou analfabetos, e ajuda-as também a se organizar, para não serem vítimas da exclusão do mercado de trabalho, a usarem novas técnicas produtivas alternativas, sem engrossarem as fileiras do consumismo.

A educação para o trabalho não significa, tão somente, preparar mão de obra especializada. Pelo contrário, pretende ser uma ajuda à auto-realização, à produção da existência e ao exercício consciente de uma profissão como expressão de cidadania.

Educar para o trabalho implica abrir as pessoas para as novas configurações que ele vem assumindo na re-organização da economia de mercado. Esta re-organização exige maior facilidade no manejo do conhecimento, como condição indispensável de eficiência, de eficácia e de capacidade de adaptação imediata aos novos avanços científicos e tecnológicos.

Ao mesmo tempo, a educação deve prestar especial atenção à diversidade cultural das camadas populares, ajudando-as a valorizar as culturas próprias, a promovê-las, a criticá-las e, consequentemente, a recriá-las.

A educação ajuda as pessoas a compreenderem a si mesmas e a situação em que estão inseridas, em vista da sua transformação. Por isso, enfatiza a produção do conhecimento, a assimilação criativa do saber acumulado e o desenvolvimento das habilidades necessárias ao exercício da profissão e da cidadania.

A ação educativa do MEB desenvolve-se nas áreas da alfabetização de jovens e adultos, no movimento popular e sindical e na comunicação popular, ajudando as pessoas a se descobrirem como cidadãos do mundo, e construtoras de nova convivência social fundamentada na solidariedade.”

(MEB, 1996: 16-18)

Como podemos observar o MEB apresenta um corpo doutrinário-ideológico com elementos germinantes da educação popular onde os valores de justiça, igualdade, liberdade, solidariedade, fraternidade, autonomia de grupos e pessoas, emancipação, entre outros,

congrega seus agentes a uma ação sócio-política e pedagógica junto às organizações populares.

É com base nesse ideário que o MEB busca difundir sua atuação junto às organizações populares. Entretanto, sabemos que nem sempre o discurso, o ideário se concretiza de igual forma no confronto cotidiano com o real, isto é, a realidade cotidiana confirma, contradiz, modifica, e recria formas e ideários que nem sempre são possíveis de serem apresentados a público, já que seria um desvelar do oposto daquilo que é apresentado como fundamento.

A realidade é contradição, nela há movimentos de reprodução e criação de formas autoritárias ou libertadoras de relacionamento, nela se tece a complexa rede de relações de poder que por sua vez, podem gerar relações democráticas e/ou autoritárias, endossando assim um modelo de educação e sociedade também autoritário e/ou democrático. A realidade é sempre mutante, dinâmica, já que é histórica. Por ser movimento constante, não se permite aprisionar em análises fixas e deterministas que buscam rotular e conceber essas relações a priori. É na interação e análise desse cotidiano e contexto em que se dão, e de suas estruturas, que poderemos captar, na provisoriação do real e nos seus movimentos de constância estrutural, aquilo que vai se perfilando como tendencialmente autoritário e/ou democrático.

4.2. Relação assessoria & organizações populares

Observando o caso do MEB, destacamos para este estudo duas dificuldades ou tensões que tendem a gerar contradições em seu trabalho:

1. Tensão entre a autonomia das organizações populares, que se pretende respeitar e cultivar, e a iniciativa do MEB que é grávida de intencionalidade, diretividade, que nem sempre é explicitada, mas imprime, explicitamente ou veladamente, ritmos e caminhos;
2. Ligações e interesses da Igreja Católica da qual o MEB é originado. Discorremos mais sobre essa tensão no capítulo anterior;

A tensão mencionada no item 1 é expressa através da resposta ao questionamento sobre a relação assessor - organizações populares, segundo a experiência vivenciada no MEB, onde apresentava as seguintes alternativas:

- a) O assessor tem que interferir o menos possível na experiência e conhecimento que as organizações populares possuem, uma vez que as mesmas independem da presença de um agente externo para desenvolverem-se e superarem suas dificuldades.
- b) O assessor tem um papel fundamental e assim deve interferir o máximo possível nas organizações populares, pois as mesmas por si só não conseguiriam desenvolverem-se e superarem suas dificuldades.
- c) O assessor tem um papel intermediário que, dependendo de sua capacidade técnica e sensibilidade em relação às necessidades das organizações populares, deverá interferir nas mesmas na medida e proporção que ambas as partes acordarem.

A resposta dada frente a essas alternativas foi a seguinte:

"Na relação assessor/ organizações populares... Eu fico com a letra "c" porque eu vejo o seguinte: o danado é que a letra "a" com a letra "c" , pra mim, elas não são contraditórias. Porque, pra mim, eles têm que interferir pouco. A segunda, pra mim, está descartada ele tem que interferir pouco porque as organizações, na minha experiência elas caminham, independente da assessoria, elas caminham. Agora, de qualquer forma.... agora, eu estou colocando assim elas caminham sem a gente, só que de qualquer forma, mesmo eles interferindo pouco mas tem que ter um intermediário delas . O intermediário não é um intermediário pra fazer por elas mas é o intermediário no sentido de perceber, também, quando é que a organização está necessitando . Porque, na nossa experiência, daqui com o movimento, tem coisa que a gente percebe no movimento que tinha que ter avançado e, o próprio movimento não avançou. Eu até cito, como exemplo, o planejamento participativo . Aconteceu o planejamento, o prefeito chamando planejamento participativo , não tinha nada de participativo. Foi uma imposição do prefeito pra acontecer as assembleias nos bairros pra dizer o que era que o povo queria pro orçamento do município e, ficou só nisso e as organizações não fizeram nada . Eu pergunto: as entidades de assessoria não vão fazer nada ? Mas ela precisa

*dar uma sacudida nesse movimento porque se a entidade de assessoria está pra assessorar esse movimento e, esse movimento está deixando passar questões municipais que são muito importantes pro movimento interferir, não é a entidade que vai interferir naquela questão, é o movimento mas ele tem que ser sacudido. Então, se ele não acordou a entidade de assessoria tem que dar uma sacudida nele . E, era isso que lá, no MEB eu ficava me colocando sempre : minha gente, o movimento não está atento e nós vamos ficar assim de braços cruzados. Então, se a entidade não está fazendo ... porque aí, é onde, por exemplo, outra pessoa dizia assim : **mas quem tem de fazer são eles não somos nós** . Eu digo, eu sei que é mas nós somos a assessoria deles e, enquanto assessoria deles acho que a gente podia dar uma cutucada : gente e dai, vai deixar passar ? Aí, a pessoa mesmo dizia assim: **mas nós, também, não sabemos como orienta um orçamento participativo , nós não sabemos fazer, tecnicamente, o orçamento participativo**. Eu contrargumentava: mas, nós sabemos do processo e podemos buscar o processo . O processo, também, a gente cria . A gente cria o processo e até eu dizia como era que eu achava que devia ser o processo: aconteceu, o prefeito ensaiou . Ele ensaiou quando ele realizou as assembleias e disse quais eram as prioridades que o movimento devia tirar : as associações de moradores e as associações tiraram . Mas, e aí? Acabou aí a democracia do orçamento, do debate do orçamento? Não, não acabou aí. A gente sabe que tinha que ter aquelas prioridades, tinha que ter tirado uma equipe formada pelo poder público, pelo movimento pra analisar, pra arrumar , pra voltar pro movimento rediscutir . Então, esse processo o MEB podia criar . O movimento não se atreve e a assessoria não fez nada e passou. Aí é onde eu digo que, pra mim a assessoria não tem que estar lá interferindo e fazendo pelo movimento mas tem que ser intermediária pra dar umas cutucadas no movimento, quando ele não tá atento . Porque, às vezes, é falta de atenção, é falta de experiência do próprio movimento, é falta de vontade mesmo . Porque quem é do movimento é gente que trabalha, que estuda, que não é liberado , às vezes é falta mesmo de ... não , não estou podendo fazer nada então vou deixar pra lá. Eu acho que tem um pouco das duas questões: tem um pouco da primeira e tem, também a terceira questão”.*

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

Esta resposta apresenta elementos interessantes para uma análise das relações de poder entre a assessoria do MEB e as organizações populares, já que diz respeito à maneira como o MEB, via assessoria, se posiciona frente a organização popular e sua intencionalidade de alteração da ordem vigente.

Primeiramente, partamos para uma análise das assertivas. A alternativa “a” está contida apenas parcialmente na alternativa “c”, já que possui de antemão o imperativo de

interferir o menos possível na experiência e conhecimento que as organizações populares possuem em contraposição a alternativa “c”, que não define a priori o grau de interferência que a assessoria deve ter ou não ter. Seu referencial para tanto está na **sua capacidade técnica e sensibilidade** em relação às necessidades das organizações populares e na medida e proporção que tanto a assessoria e a própria organização acordarem essa interferência, isto é, **num acordo entre a assessoria e a organização popular**.

Acerta, segundo nossa análise, a assessoria em seu depoimento quando menciona que as organizações populares conseguem caminhar sozinhas, porém a presença de um agente externo, no caso, a assessoria, pode ajudar uma organização popular a ter um ritmo de crescimento mais rápido e abalizado. Não há aqui, ao que tudo indica, um viés basista, onde tudo pedagogicamente correto só vir das bases ou o seu oposto o vanguardismo, onde tudo pedagogicamente correto só pode vir da assessoria. Há um reconhecimento das possibilidades e limitações do papel “intermediário” de uma assessoria. Mais ainda: há uma ênfase na necessidade de uma dimensão propositiva frente às limitações das organizações populares.

Nesse sentido Clodovis Boff(1984:12-13) apresenta uma interessante reflexão quando menciona que:

“Não é, portanto, prestar serviço ao povo, fechar os olhos sobre sua subjugação e os efeitos negativos inegáveis que ela provoca em sua consciência (...) A situação em que o povo vive, ou melhor, em que é mantido pelas classes dominantes, é patológica e, como toda doença, exige tratamento e cura (...). O medo de interferir no processo de desenvolvimento da consciência popular não se justifica a pretexto de respeito, pois a vida social já é por si só uma vida de influências múltiplas(...) a questão, portanto, não é de influir ou não. A questão é como influir, em que direção influir (...) O fetichismo do povo é sinal de ignorância e significa um desrespeito ao povo, um modo de desprezá-lo. É uma atitude objetivamente tão antipovo como a dominação pela classe no poder, que essa superstição reflete e reforça.”

Então, a questão que se apresenta é sobre como deve ser essa interferência, já que de uma forma ou de outra há interferência na relação assessor –organizações populares. Em outras palavras, até que ponto essa relação não depõe contra a autonomia das organizações

populares e consequentemente gera relações de dependência, no mínimo não reforçando o poder das mesmas.

O processo de contestação, mudança frente a uma situação de opressão, não ocorre “espontaneamente”, requer uma aprendizagem que nasce de uma discussão política ou, ainda melhor, de uma prática política que em ambos os casos possuem líderes, intelectuais e/ou partidos políticos que ajudam a promover a conscientização. Menos provável ainda é que uma organização política duradoura surja espontaneamente. A participação de um agente externo, especialmente nos processos iniciais de formação, tem se mostrado decisivos nesses casos(MAINWARING, 1986: 213-214).

Ao que podemos analisar no depoimento, é correta a preocupação e apelo a uma iniciativa da assessoria do MEB a fim de “sacudir” o movimento popular uma vez que o mesmo não despertara para a manipulação que estava sofrendo no engodo de uma suposta participação no dito “planejamento participativo da prefeitura”. Cabe aqui a pergunta do porquê não houve essa forma de agir. Trechos da entrevista apresentam basicamente as seguintes razões:

1. A primeira diz respeito ao próprio conflito interno da equipe de assessoria quanto à compreensão de que forma deveria agir. Uns achavam que essa questão dizia respeito ao movimento popular e não era papel da assessoria interferir na questão, já que era um papel do movimento. Essa foi a primeira argumentação apresentada.
2. Diante da insistência “(...) *eu sei que é, mas nós somos a assessoria deles e, enquanto assessoria deles acho que a gente podia dar uma cutucada : gente e dai, vai deixar passar ?*”. O segundo argumento então é posto “(...) *mas nós, também, não sabemos como orienta um orçamento participativo , nós não sabemos fazer, tecnicamente, o orçamento participativo*”, isto é, apresentam a questão da ausência de capacidade instalada, de competência técnica e política, pelo menos de parte da equipe de assessores, em lidar com o problema.

A resposta dada pela assessoria quanto a sua relação com as organizações populares nos revela uma contradição instaurada na equipe do MEB, da qual é membro, já que parte da mesma apresentam-se como assessoria mas não demonstraram, ao menos no que temos na entrevista, uma capacidade técnica em relação às necessidades e sensibilidade em relação às mesmas.

Outros depoimentos nos mostram essa problemática quanto a necessidade de uma capacidade técnica apurada e uma igual sensibilidade para captar as necessidades das organizações populares, mesmo conservando uma distinção de papéis entre a assessoria e a organização popular, isto é, o MEB tem um papel de assessoria e aquela, por sua vez, tem outro papel, o de direção, coordenação e militância nos processos de lutas e conquistas populares. Vejamos:

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“(...)quando eu estava na direção da FAMCC eu sentia falta de alguém que juntasse o que o movimento espalha, quer dizer, se eles tem um campo de atuação muito amplo, trata de diversos conteúdos, essa coisa toda. A hora de fundamentar, digamos, no momento em que eles são chamados pra discutir assunto "x", por exemplo, naquela época a incidência maior era na questão da moradia, ele não tinha um conhecimento assim sistematizado daquilo que ele queria, não era fácil para eles colocarem coisas que tivesse mais consistência, que mostrasse para as outras pessoas da mesa que realmente eles detinham aquele conhecimento, que se inteiravam da causa e tal, era uma dificuldade. E quando eu pensava na facilitação disso, eu pensava no MEB, por exemplo, o MEB que não faz a mesma coisa, que não se confunde com os outros movimentos, deve ter esse papel, quer dizer, aquilo que eu imaginava era para os assessores. Ainda hoje eu penso assim. Sabe, o nosso papel não deve se confundir com os deles, senão a gente estaria fazendo a mesma coisa, mas deve ser esse algo que eles até aqui não alcançam. Inclusive no dia em que eles alcançarem esse jeito de ser movimento, construirem as suas próprias propostas, sistematizarem seus conhecimentos, então o MEB perde sua função. Deixa de existir para tais movimentos.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“O papel do MEB é levar conhecimentos, produzir conhecimentos, é uma produção de conhecimentos e, pra isso é que há... é preciso haver estudo, pesquisa, é preciso haver, também, dedicação, é preciso haver subsídios porque, o que acontece, muitas vezes, é que não havendo essa dedicação e, muitas pessoas com quem se trabalha no MEB já estão num nível

avançado, estão mais ligados a diretores, que já tiveram muito acesso as informações. Então, os conteúdos não sendo aprofundados, nem repetidos, acabam ficando quase no mesmo nível. Então, você não tá conseguindo acrescentar a partir do que já existe. Aí, gera apatia, gera desânimo, gera descrédito.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“Eu acho que dificultaram a falta de estudo da equipe, a falta de domínio de conteúdos, a própria falta de identificação dos assessores, do próprio MEB como entidade de assessoria, falta de uma identidade própria, falta de uma identidade de assessoria, não existia uma identidade. Por exemplo, eu entrei pra fazer assessoria mas eu não tinha nenhuma experiência. Então, o MEB já vinha com uma história, vinha fazendo um tipo de trabalho mais de base então, não conseguiu se firmar, não sei quando é que vai acontecer isso mas, nesse período, nós... houve apenas as tentativas pra que houvesse essa mudança mas não conseguiu se firmar como essa entidade de assessoria.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“A gente ainda não sente que o MEB esteja assumindo-se como entidade que faz um serviço profissional de educação e assessoria, tanto é que só é possível pensar em assessoria quando a gente admite que a mesma é feita por pessoas que por uma razão especial, conhece bem a problemática que está emergindo, tem uma certa dianteira nisto, fez perguntas fundantes nessa questão, vasculhou a realidade, encontrou respostas próprias para isso, tem algo a dizer de particular sobre aquilo e por causa disso um grupo recorre ao MEB e o consulta, quer dizer, assim é um assessoria. Quem sabe que ali, um grupo, uma equipe de trabalho, conhece bem aquilo, está avançada, tem as últimas informações sobre aquilo, conhece aquilo por um trabalho intelectual próprio, reúne um conhecimento sobre aquela questão, então é assim que se vai em busca desse tipo de serviço. A assessoria se caracteriza aí. No MEB isso é um problema porque nós temos, em geral, esse conhecimento é muito espontâneo, não no sentido pejorativo, ele não é um espontâneo qualquer, se pudéssemos fazer uma distinção, diria que é um espontâneo sofisticado, mas é um meio-termo entre o espontâneo e o científico, ele ainda não é um saber científico mas não é um saber meramente em nível de senso-comum, ele se desloca mas não completa sua viagem rumo a uma compreensão científica do problema. Isso não faz, muito por conta disso que eu não sei se é propriamente uma cultura, mas de estilo de trabalhar, talvez por essa concepção de trabalhar. Eu acho que é uma coisa que está mudando e que nos últimos dois anos eu vi com grandes possibilidades de ser absolutamente diferente para o próximo milênio ou pelo menos para o próximo triênio.”

(Entrevista com membro da equipe do MEB/Brasília)

“Uma das dificuldades eh ...não diria fragilidade mas é a questão do ritmo do grupo. É que tem grupos que, é um problema da instituição como um todo, é que tem horas que a gente quer ser assessor mas não tá na hora de ser assessor. Eu, por exemplo, acredito muito na autonomia do grupo, não só na autonomia, acredito que ele possa se tornar autônomo, eh dependendo do estado que ele esteja. Então uma dificuldade é essa, o grupo está num estado lá em baixo e é fazer com que ele dê esse salto para que ele de fato necessite só da assessoria. né ? Por exemplo, eu quero às vezes fazer uma trabalho só de assessoria, mas não é o ideal para o grupo porque ele tá precisando do que vem antes, de ser animado, né ? Uma dificuldade que tenho é de diferenciar isso ai e da assessoria ideal para aquele grupo. Às vezes quero estar na frente do que o grupo precisa, é essa a avaliação que já se faz.”

(Entrevista com Coordenadores(as) dos departamentos de base)

“No nosso caso, lá é muito típico isso. Até porque nós temos assessores com ritmo também diferente, enquanto você tem pessoas do MEB que querem ser lideranças dos grupos, querem fazer a coisa pelo grupo, tá entendendo ? Isso até causa vício no grupo. Cria um vício que até impede o grupo de avançar, caminhar já que eu tenho algo a fazer mas se tem alguém que faz por mim, porquê eu tenho que fazer ? Aproveito esse tempo para fazer outras coisas. Então existe essa questão, não só com o grupo. A maioria das lideranças dos grupos gostam disso porque se sentem mais à vontade, que tem alguém para fazer e pra gente causa um certo conflito, causa de fato conflito e até divergência. Alguns dizem nós sempre fizemos isso, nós sempre animamos, porque é que agora temos que deixar de animar ? Se deixar de animar o grupo morre, isso é muito comum.”

(Entrevista com Coordenadores(as) dos departamentos de base)

O que esses trechos de entrevistas revelam ? Sinteticamente poderíamos destacar:

1. Uma tensão nuclear institucional entre as exigências de ser uma entidade profissional no campo da prestação de serviços de assessoria e a prática vivenciada nos departamentos de base junto às organizações populares. Essa tensão é expressa especialmente quanto a forma de ver o papel de uma assessoria como distinto do papel de um animador e para alguns até excludente, constituindo assim um dilema que põe em xeque a identidade da instituição enquanto assessoria pois, além desse ponto, há também a questão da capacidade instalada e o modo de se trabalhar dos funcionários do MEB, isto é, sua assessoria que carece de um maior embasamento científico.

2. Como desdobramento dessa tensão nuclear, podemos observar uma dificuldade de compatibilizar “*a questão do ritmo do grupo*” e o desejo de fazer só assessoria, tanto porque a organização popular “(...) tá precisando do que vem antes, de ser animada”, quanto pelo contrário, outras organizações populares com quem o MEB desenvolve um trabalho de assessoria “(...) já estão num nível avançado, estão mais ligados a diretores, que já tiveram muito acesso as informações” e assim possuem um grau de exigência e qualificação da assessoria acima da média da maioria das organizações populares onde o MEB se insere.
3. Outro desdobramento seria a contradição institucional interna entre parte dos próprios agentes do MEB no que se refere ao desejo, ideal de desenvolver um trabalho educativo subsidiário, que gere autonomia nas organizações populares já que “(...) nós temos assessores com ritmo também diferente, enquanto você tem pessoas do MEB que querem ser lideranças dos grupos, querem fazer a coisa pelo grupo (...”).

Para analisar esses pontos é preciso, de antemão, fazer algumas observações, posto que a realidade do MEB, como já mencionado em outros momentos, é bastante diversificada de departamento de base para cada departamento de base e de regional para cada regional, pois há “*vários MEB's*”. Esta observação nos ajudará a não cairmos na facilidade das generalizações precipitadas, e ao mesmo tempo, nos disciplinará na tentativa de captar nessa diversidade de MEB's, através das falas de seus atores intra-institucionais e extra-institucionais, aquilo que vai se constituindo como traços estruturais que em cada local vai assumindo tonalidades e ritmos diferenciados, não obstante essa estrutura comum.

Para percorremos analiticamente cada um dos pontos levantados anteriormente enquanto problematizações dos trechos das entrevistas, parece-nos que será necessário discorremos sobre a concepção de assessoria, pois a mesma apresenta-se como um dos focos de polêmica.

4.3. A prática de assessoria pedagógica do MEB e suas relações de poder

Em se tratando de uma instituição que visa um trabalho na linha de uma educação popular crítica e libertadora por meio de um serviço de assessoria, é preciso que compreendamos que esta ação está inserida numa complexa rede de relações que sempre trará expressões de pertencimento, em maior ou menor grau, a estruturas da qual emerge como a da própria instituição de origem, sua posição de classe, formação intelectual, experiências de vida e outros. Tudo isso, inevitavelmente, criará tendências que serão marcadas por contradições. Algumas dessas tensões podem ser expressas nos dilemas de ter que dar respostas imediatas e ao mesmo tempo desenvolver um trabalho com perspectivas de longo prazo; ser democrático e ao mesmo tempo utilizar de mecanismos de persuasão/tutela e vice versa; seguir o ritmo das organizações populares e ao mesmo tempo seguir o ritmo de um trabalho de assessoria etc. e isso é que em parte vimos em alguns trechos das entrevistas em análise.

No caso específico do MEB, inclusive pela sua vinculação com a Igreja Católica e seu passado recente de mistura de uma trabalho de educação popular com um trabalho pastoral explicitamente confessional, como a preparação sacramental em atividades de catequese, por exemplo, ou a “diocezanalização” do MEB, já discorridos em outros capítulos, tende a imprimir fortes contradições no agir da assessoria, como também condicionar seus “ritmos” e “tempos” especialmente quanto a mudanças institucionais.

Indubitavelmente, a categoria de assessoria, numa perspectiva de assessoria popular, pressupõe uma capacitação técnica, teórica no conteúdo e metodologia para além daqueles a quem vai prestar esse serviço, sob o risco de não se contribuir efetivamente para a elaboração de um saber popular em um nível diferenciado do anteriormente existente. A interessante expressão do sentir falta “*de alguém que juntasse o que o movimento espalha*” enquanto fundamentação de uma ação reinvindicativa e/ou propositiva e ao mesmo tempo que esse processo seja apropriado pela própria organização popular enquanto saber fundamentar o que “*o movimento espalha*”, nos parece explicitar essa consciência da necessidade dessa capacidade teórica que mediatize pedagogicamente as organizações populares, na apropriação

de um modo científico de ler e sistematizar a realidade em vista do fortalecimento de um poder popular democrático.

Uma ação desse porte e com essas exigências não aceita qualquer pessoa para “ser assessor”, pois pressupõe habilidades técnicas científicas que não são aprendidas meramente em experiências de militância política e/ou pastoral - requer uma formação científica. O fato do MEB nos SAMEB’s ter retomado a assessoria como a forma de serviço às organizações populares nos parece ter iniciado uma mudança nas exigências do perfil dos quadros de agentes que o MEB deveria possuir, isto é, não seria mais necessário apenas um agente que estivesse num mesmo nível de habilidades e conhecimentos que as organizações populares pois a realidade dos movimentos populares, no bojo das mudanças sociais, requeriam um agente que além da experiência de militância, política e/ou pastoral, detivesse também um conhecimento técnico-científico a fim de poder consubstanciar um “saber popular” que não se constrói apenas por ações e reflexões espontâneas e baseadas no senso comum.

4.3.1. Para além do pseudo dilema entre animação e assessoria

Se observarmos atentamente o fato de se optar por um serviço de “assessoria” não põe em questão o fato do MEB continuar com uma prática de “animação” de grupos e comunidades, desde que essa ação seja igualmente qualificada para poder consubstanciar “o saber e poder popular” enquanto geradora de uma nova racionalidade baseadas nos valores defendidos pela educação popular superando o espontaneísmo e o senso comum. Se há uma ação de “animação” nessa perspectiva e com essas exigências técnicas de seus agentes a mesma poderia inclusive ser compreendida como uma forma de se fazer assessoria. Por que podemos chegar a essa afirmativa ?

Retomemos uma fala de outra entrevista quando diz:

“Olha, nós tivemos muitos papéis. Desde, a animação o assessor do MEB, sobretudo ele era um animador, um incentivador da organização de base, nós trabalhamos muito com isso numa área de barragem .Então, tiveram um animador e tudo mas, no mesmo tempo dessa animação ele

era, realmente, um assessor, um esclarecedor de direitos do cidadão, despertando pra isso. Então, tinha momentos que a gente fazia papel de advogado, tinha que conhecer todas as leis de direitos de propriedades, essa coisa toda do pessoal que a terra tava sendo invadida sem indenização. E, mais pro final, ai já era um trabalho mais apurado de formação de assessoria com o movimento popular , era o papel de você ajudar as pessoas a pensar o movimento popular , o movimento sindical que, inclusive, já se esqueceu um pouco da linha pastoral, da linha da reflexão bíblica que nós fazíamos muito antes: campanha da fraternidade, essa coisa toda. E , ai já era no final, já no final dos anos 80 e anos 90, ai era já um papel de reflexão no sentido da construção da cidadania.”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

Como podemos perceber, não há uma dicotomia entre ter uma ação de assessoria e ter uma ação de animação. Se a realidade em que o agente do MEB está atuando não possuir organizações populares, o MEB nesse caso desenvolverá um trabalho inicial de “animação” do povo a fim de que eles constituam grupos e formem organizações conforme seus interesses. Esse, aliás, foi o modo de proceder das origens do MEB na década de 1960, bem como no início dos trabalhos do MEB na diocese de Picos e em outros locais. Ora, com a criação de organizações populares, via ação de “animação”, paulatinamente como podemos perceber no depoimento em questão, essas mesmas organizações passaram a requerer novas necessidades para além daquelas de um estágio inicial e que demandam um outro tipo de ação que não necessariamente requer uma presença direta constante, processos de mediação do próprio MEB junto a outras entidades do poder público e/ou outras ONG’s, isto é, com o desenvolvimento de uma organização popular, supõe-se que suas necessidades também sofram alterações e, consequentemente, o tipo de serviço de uma entidade de educação popular para a mesma deve ser modificada. Uma entrevista com uma liderança de uma organização de destaque na diocese de Picos disse o seguinte:

“Sendo muito honesto e humilde com o meu pensamento pelo pouco que conheço do MEB eu vejo que o papel do MEB é ajudar as organizações a pensarem a sua ação politicamente... e não tá no dia a dia das ações dessas organizações... mas tá ajudando as organizações a refletir... a pensar... a elaborar pensamentos... junto com essas organizações e sobretudo do ponto de vista da educação popular... eu vejo que uma das coisas que o MEB poderia fazer e que já faz... eu só confirmaria... é investir muito... cada vez mais na proposta da alfabetização...”

(Entrevista com liderança popular)

Todavia, convém lembrarmos que o real não é fixo e nem é constituído apenas de movimentos crescentes. A realidade das organizações populares também sofre avanços e retrocessos, nasce e definha, enfim é movimento em diversas perspectivas e direções. Por isso o fato do MEB ter tido uma ação de “animação” com uma organização popular não implica que essa mesma organização mesmo tendo outras demandas de ação do MEB, como uma ação especializada de assessoria, num dado momento e conjuntura não se veja novamente carente de uma ação de “animação” por parte dos agentes do MEB. Aliás essa é uma das características da maioria das organizações populares, em especial dos locais onde o MEB está presente, isto é, em regiões extremamente carentes do Nordeste e Norte do Brasil.

Quanto a questão dos ritmos das organizações populares, precisamos recordar aqui de uma das premissas do trabalho de educação popular, que é o “partir da realidade”, e aqui partir da organização popular, sua história, constituição, etc. Todavia, o fato de “partir da realidade” não deve implicar numa ação de mera acomodação ao ritmo da organização popular, porque não existe um ritmo natural, como alguns pensam, pois:

“As classes populares não têm qualquer ritmo “natural” de conscientização ou organização. Os intelectuais determinam, em parte, o ritmo de um movimento. Quando um movimento fracassa em crescer, ele reflete em grande medida a incapacidade da liderança de avaliar o processo corretamente. Mas isso pode ocorrer porque o processo é vagaroso demais; não é necessariamente resultado de “vanguardismo”. Assim como o povo não seguirá movimentos que radicalizam a partir do começo e pouco têm em comum com suas concretas necessidades materiais, também abandonará um movimento que não vai a lugar algum.”

(MAINWARING, 1986: 219)

4.3.2. A necessidade de uma assessoria que consubstancie o saber e poder popular.

A querela instaurada no MEB quanto a ação de assessoria versus ação de animação presente em vários dos seus documentos e textos(PEIJNENBURG & SILVA, 1994: 27 e 31-32; MORAES, 1996:4-7; CUNHA FILHO, 1996: 17-18) parece esconder alguns viéses de relações de poder. Vejamos outros depoimentos coletados nas entrevistas:

“A assessoria do MEB é um misto de um trabalho de animação comunitária e um trabalho de assessoria pedagógica que busca um sentido que passa pela concepção de qualificação profissional e, ao mesmo tempo, de um distanciamento do movimento social enquanto implicamento, enquanto relacionamento mais efetivo. Enquanto que a animação, ela exige uma constância, mas não significa um nível de desqualificação, porque, às vezes, se tende a colocar a animação como algo desqualificado mas, ela pode ser algo extremamente qualificado. Mas ela tem um nível de implicamento maior, de comprometimento maior com o grupo. Já o nível de assessoria, tende a um nível de intelectualização, de competência, de grande habilidade em que, a assessoria vai conseguindo estabelecer um nível de linguagem e, até de uma metalinguagem muito diferenciada dos grupos populares. Não é que a animação, também, não consiga ter uma metalinguagem mas se, ao se relacionar com os grupos populares, ela trabalhou um nível de linguagem que eu não digo que é baixa mas, procura trabalhar ainda, a sensibilidade do meio popular. Por isso, na Igreja, no MEB eu já tive oportunidade de escutar um certo receio a essa dimensão da configuração como entidade de assessoria. Uma pelo possível distanciamento dos grupos populares, esse distanciamento configurado pela metalinguagem, linguagem rebuscada, técnica, que procura apurar todos os dados de uma forma precisa, perdendo uma certa sensibilidade em relação às camadas populares, seus anseios. Quer dizer, a perspectiva do indivíduo que entra num engajamento de assessoria, que vai conseguindo um nível de qualificação, pode levá-lo a construir um projeto próprio, independente de uma articulação de um projeto de engajamento social, pelos níveis de aspiração, de conhecimento que ele vai adquirindo. Então, isso é um desafio para o MEB”.

(Entrevista com membro da equipe do MEB/Brasília)

“A assessoria é muito boa, é feito por pessoas capacitadas é inegável, da pra realizá-la... agora o que eu vejo é assessoria distanciada de base... daquilo que o povo mais necessita porque... você faz assessoria, dá formação e depois se distancia um pouco... eu acho que não é por aí é como você vai lá ensina e pronto... você já sabe então se vira sozinho e esquece o outro lado... bom seria mesmo depois de ter assessorado, de ter ajudado a compreender os fatos... as coisas... você está junto mesmo no atuar... nas ações de que você assessorou de tá. mais junto, tá mais perto do seu sentido real e próprio, falando... tá mais perto nas ações que foi desempenhar a partir da assessoria prestada pelo MEB... e o MEB nestes últimos anos não tem feito isso, não tem trabalhado muito na base... Fazer assessoria para o MEB é... agora o movimento tem que caminhar... fazer sozinho... bom que tem... mas aí fazer e voltar pro meu departamento me fechar. Para mim não se tem muito sentido... não continuar, não estar junto... não estar mais próximo também... porque as dificuldades que eu vejo é esta... fazer assessoria e deixar para lá...”

Por exemplo, teve recentemente aqui no departamento de Picos um coletivo de formação pra entidades aqui... a CUT... e para a FAMCC... o MEB teve uma assessoria muito boa... de coletivo de formação... eram seis etapas... mais aí a gente percebia que... por ser muito conteúdo... por ser bom... de fato mas as pessoas que estão participando desse coletivo de formação... os representantes das diversas entidades... não estavam abertas ainda o suficiente para absorver aquele conteúdo e chegar na sua base... na sua entidade de origem... e repassar. No entanto, o MEB achava que estava a altura... estava pronto... passava conteúdo nas etapas e voltava pro departamento não tinha mais dai um acompanhamento mais de perto... pra saber se de fato aquilo estava chegando até as bases... as entidades de origem... então faltou este acompanhamento... o próprio departamento achava que não era mais papel dele... né... dentro da assessoria a entidade tem que dar destino ao conteúdo que está recebendo e tal... mas infelizmente na nossa região as entidades ainda estão precisando de uma sacudida... de falar... olha vai lá repasse o conteúdo... faça isso.. faça aquilo... porque pela avaliação que nós temos feito aqui na entidade da região... elas estão necessitando de um fogo, de uma sacudida ainda... e o MEB acha que não... é aí onde eu acho que está o erro... da assessoria do MEB na região. As entidades pedem uma coisa e o MEB, acha que não é aquilo, não quer fazer... quer fazer uma coisa além do que as entidades estão pedindo... é isso... o grande erro está aí... achar que as organizações populares tem que se virar sozinhas.... De uma sacudida elas estão precisando... porque é isso que a gente vê... cada avaliação que a gente faz é isso que a gente vê....

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“Na realidade falta algo pras nossas entidades, pros movimentos sociais... esse algo é onde tá né ?... principalmente depois desta política social do FHC que creio desmoronar os movimentos populares e sociais... éh... o movimento ficou meio parado e não conseguiu enxergar essa política direito né... algumas pessoas conseguem ver a política do FHC... como são poucos que percebem essa política e o desmoronamento dos movimentos, então fica no marasmo... o MEB tem possibilidade, até facilidade de perceber estas coisas... mas não repassa isso com concretude.... digamos assim, pras entidades que assessoram ... mas a política de fato ... a atual... o neoliberalismo é pra deixar as pessoas no marasmo... sem fazer nada... então fica aí a lacuna... e esse algo... então é nesse sentido que é chacoalhar... dá uma lembrada... reforçar esta idéia... né... eu acho que poderia ser agregado no seu momento de assessoria... a assessoria tá se dando muito na formação de quadros, na assessoria técnica, científica... mas falta lembrar disso mais geral, que olha... que tá havendo essa política neoliberal e está deixando os movimentos sem força... Na formação técnica deveria lembrar esse lado que tá acontecendo... é por

“...é que isso que ainda deveria entrar pra de fato concretizar os nossos desejos para os movimentos sociais aqui na região...”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

“Isto tem a ver com a questão da aproximação, a assessoria não deve se distanciar das bases.... fica só no técnico... vai lá e volta e esquece a detalhes né... a gente sabe que neste mundo de correria.... agora falando mais numa visão mais cristã ... a gente tem que procurar perder tempo com o próximo... com as pessoas... com as pastorais... com os movimentos... perder tempo no sentido de parar para ouvir, de ver as reais necessidades... No mundo que a gente tá hoje a gente acha que ser um assessor é ter uma agenda cheia... tá cheio de compromissos... tá cheio de viagens... um assessor arretado é aquele que tem a agenda cheia... então a gente tem que parar e perder tempo com os movimentos... e aí eu acho que é uma falta grande... seria de grande importância você poder parar... nós vamos sentar aqui vamos ouvir... porque a gente acha que assessorar é preparar material.. vai numa assembléia... chega lá vende todo o seu peixe... dá todo o seu conteúdo e volta... às vezes quando me chama pra fazer uma parte na assessoria de uma assembléia eu fico preocupado... o que que eu vou fazer... daí procurar livros e textos e tal... mas se não tiver o que fazer, vai lá sem nada... vai e dá uma escutada em cada membro, em cada sócio... em cada pessoa... que com certeza vai sair muita coisa e você vai ter um mundão pra assessorar... Pra mim então falta essa questão de perder tempo, de tá junto...”

(Entrevista com assessoria de um departamento de base)

Esses depoimentos nos possibilitam ver que a forma de se compreender assessoria no MEB possui alguns elementos problemáticos quanto a consubstanciação de “um saber e poder popular” já que a ação de assessoria, segundo o que aí é apresentado:

1. Tem implicado num distanciamento das organizações populares e de suas bases;
2. Tende a “(...) um nível de intelectualização, de competência, de grande habilidade em que, a assessoria vai conseguindo estabelecer um nível de linguagem e, até de uma metalinguagem muito diferenciada dos grupos populares(...)”.
3. Tem havido um descolamento da dimensão política “(...) a assessoria tá se dando muito na formação de quadros, na assessoria técnica, científica... mas falta lembrar disso mais

geral, que olha... que tá havendo essa política neoliberal e está deixando os movimentos sem força".

4. Numa perca da sensibilidade de ouvir e aprender com as organizações populares “.seria de grande importância você poder parar... nós vamos sentar aqui vamos ouvir... porque a gente acha que assessorar é preparar material...(...) ... dai procurar livros e textos e tal... mas se não tiver o que fazer, vai lá sem nada... vai e dá uma escutada em cada membro, em cada sócio... em cada pessoa... que com certeza vai sair muita coisa e você vai ter um mundão pra assessorar... Pra mim então falta essa questão de perder tempo, de tá junto.. ”.

Ao que nos parece durante todo o processo vivenciado na pesquisa, especialmente durante a observação participante no departamento do MEB/Picos, essa problemática não assume contornos tão fortes como o descrito nessas entrevistas. Retirando os excessos, constitui-se algo problemático quando se associa, no MEB, o ato de assessorar como uma ação de geração de conhecimento que separa a prática junto às organizações populares, expressa em suas diversas modalidades de atividades como o acompanhamento “in loco”, cursos, oficinas e outros, da teoria que embasa essa ação. Essa separação entre teoria e prática, sem dúvidas gera dissonâncias e contradições entre o que o MEB discursa e o que o MEB faz.

Ora, a relação assessor e assessorado não é uma simples relação de diferentes conhecimentos, é também uma relação de poder. Se compreendemos a assessoria do MEB como àquele papel atribuído por Gramsci(1991) ao “intelectual orgânico”, o mesmo não poderá sê-lo se não se relacionar e realizar um trabalho de contra-hegemonia junto às organizações populares. Não se realiza isso se a assessoria não se vincula e essa classe em seu ideário, visão de mundo. Essa assessoria que se busca é montada em função do fortalecimento do “poder e saber popular” em vista da gestação e consubstanciação de um projeto popular democrático.

Os meios para o fortalecimento do “saber e poder popular” no MEB devem estar em consonância com os fins descritos em seu ideário de autonomia dos grupos populares e outros aspectos. Assim, tanto uma ação de assessoria como de animação não deveriam em suas estratégias pedagógicas desconsiderar e muito menos menosprezar a importância desse contato e aprendizado com o povo, naturalmente sem cair no populismo, ou ainda em seu oposto, o vanguardismo, onde a assessoria é quem conhece e sabe o que é que as organizações populares querem e precisam. Essas posturas tanto podem estar presentes na ação de animação, quanto de assessoria. Logo, tais posturas são perniciosas, já que bloqueiam um saber e poder popular e reproduzem a ideologia dominante da sociedade capitalista.

Pensar uma assessoria meramente técnica, bastante qualificada no saber científico por si só não se constitui um serviço ao fortalecimento do “saber e poder popular” se esse mesmo conhecimento não interagir com esse “saber e poder popular” que necessariamente tem implicações políticas e ideológicas decorrentes de um posicionamento de classe.

Aqui cabe a ressalva de que não basta “ouvir” o povo, que é muito importante, mas se ficarmos apenas nessa atitude cairemos num romantismo ingênuo e que traz resultados conservadores, já que não ajuda as organizações populares a se superarem. Conforme Chauí(1986), em “Conformismo e Resistência”, a configuração contraditória que se faz presente nas práticas populares, quando deixadas ao sabor da dinâmica dos acontecimentos, podem caminhar para uma nova opressão ou continuarem nas formas que estavam antes, dificilmente se libertam por si mesmos.

Ainda é digno de menção que :

“No movimento constituído por seus objetivos, a ideologia da educação popular levanta o reconhecimento e a valorização das verdades do povo, de sua cultura, de suas formas de vida, de suas formas de resistência e do saber que as informa. A cultura popular ou as culturas populares devem ser valorizadas; porém, ao mesmo tempo, transformadas, portanto no seu seio o dominador ou as tendências para a submissão também estão instaladas e também precisam de outros processos e valores para construir sua autonomia(diálogo, critica, intersubjetividade, empiricidade, etc.).

(LAVISOLO, 1990: 52)

Talvez essas críticas à Técnica e Ciência devam ser interpretadas como crítica a uma concepção de Ciência que privilegia a uma razão meramente instrumental e negligencia a razão comunicativa(HABERMAS,1985) que não se ausenta dos fins do agir humano. Lavisolo(1990:53-54) continua essa reflexão dizendo que:

“A reação também presente na educação popular contra o “cientificismo”, contra a prática das formas de distanciamento da ciência, pode ser entendida como uma reação in grosso contra a própria ciência e seu crescente poder. Contudo, de uma forma mais matizada, pode ser entendida como uma reação a uma ciência que parece ter abandonado os valores e os ideais de uma ética que ajudou a construir. Uma ciência que cada vez mais foge das possibilidades de entendimento do “homem de rua” e do “homem ilustrado” e segue sua própria dinâmica interna ou, para alguns, a démarche sugerida pelos dominantes, ao invés de pensar no bem comum. E, sobretudo, ausentar-se da discussão dos fins do agir humano para centrar-se na razão instrumental”.

Diante do exposto, podemos concluir que é necessário o MEB potencializar a formação da sua assessoria numa perspectiva crítica, com fundamentação científica, sem contudo perder a relação direta com as organizações populares em vista da consubstanciação do saber e poder popular das mesmas na construção de uma sociedade justa e democrática.

5. CONCLUSÕES

Ao longo dessa pesquisa averiguamos como são geradas as relações de poder no Movimento de Educação de Base – MEB, com o propósito de perceber seus limites e possibilidades na construção de práticas sociais democráticas. Para tanto, procuramos compreender como as marcas ideológicas e históricas da Igreja Católica se fazem presentes nessa instituição, interferindo e/ou condicionando suas relações de poder, como também identificar e analisar as formas de exercício de poder internas e externas do MEB, e, por fim analisar as concepções sócio-políticas e pedagógicas que alicerçam as práticas de assessoria do mesmo. Em síntese, buscamos responder as seguintes questões:

- a) Como são geradas as relações institucionais de poder no MEB ?
- b) Qual o papel da Igreja Católica na gestação dessas relações de poder ?
- c) Que concepções sócio-políticas e pedagógicas alicerçam essas relações de poder no ideário e prática do MEB ?

No plano teórico, nos embasamos na concepção dialética da história, destacando como categorias básicas de análise a contradição e a hegemonia. Trabalhar analiticamente com a categoria da contradição nos possibilitou compreender que “*a racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelo qual esses são provisórios e superáveis*”(CURY,1989:27). Já a categoria interpretativa da hegemonia nos propiciou averiguarmos até que ponto, nas relações de poder, se formava uma nova cultura contra-hegemônica, compreendendo a educação, notadamente a educação popular, como um projeto político, onde suas práticas reelaboram e/ou reproduzem o saber e o poder na sociedade. Interessou-nos ver a educação popular intencionalmente articulada com os processos de transformação social, logo como uma educação que visa a transformação social, no sentido de instaurar relações sociais igualitárias e democráticas.

Em termos da realidade empírica vimos que o MEB possui uma rica história na construção da educação popular no Brasil, notadamente na década de sua criação, 1960, tendo recobrado, com mais vigor uma proposta político-pedagógica numa perspectiva crítica

em meados da década de 1980 até a presente data. A retomada dessa perspectiva, indubitavelmente não aconteceu linearmente e sem a marca da contradição e condicionamentos sócio-históricos, consubstanciando relações de poder que marcaram o árduo processo de reconstrução do MEB enquanto uma entidade de assessoria da Igreja Católica no Brasil a serviço dos segmentos sociais mais marginalizados.

Os SAMEB's(1984 e 1986) e a avaliação MEB/MISEREOR(1994) se constituíram em marcos referenciais da reconstrução desse novo processo que se instaurou. Destacamos algumas querelas para análise a partir do nosso objeto de estudo: os focos de tensão e relação de poder intra e extra-institucional apresentados nos processos de regionalização, retomada da proposta de ser uma entidade de assessoria mas que vivia “uma crise” entre esse desejo e a prática de animação, enfim, tendo como pano de fundo os movimentos conjunturais e estruturais da Igreja Católica, notadamente visibilizada na representação da CNBB no MEB, isto é, o CDN.

Falar da construção de relações democráticas numa relação de poder é nos perguntarmos pelos processos de participação. Nesse sentido, vimos que no MEB há um corrente discurso de participação institucional, inclusive estimulado e cultivado pelas altas instâncias como o secretariado, presidência e CDN. Como ponto de partida, analisamos “o convite à participação” que ao mesmo tempo que convida, indica o caráter da participação: o do não pertencimento à esfera do poder decisório, pois é tido como um convidado ! Essas relações, por serem complexas , são como dizia Bourdieu(1989:7) onde o poder é menos visto, logo onde ele é mais reconhecido e onde ele mais precisa ser desvelado.

A partir de uma análise sociológica, vimos que existe uma sedimentação secular na estrutura de poder da Igreja Católica que propicia a seus representantes serem “os portadores exclusivos dos objetivos, propósitos e interesses culturalmente definidos, donde poderem também estabelecer as normas para definir, regular e controlar os modos admissíveis de alcançar esses objetivos”. Para haver uma participação institucional sem essa exclusividade de poder de decisão, que na verdade estabelece desde o início a destituição normativa da possibilidade de poder decisório, logo não participativo ou parcialmente(ou tuteladamente!)

participativo é necessário que a participação seja “*todo o potencial de acesso às decisões passíveis de ocorrer, independente dos cargos ocupados*”(MEDINA & OLIVEIRA,1973:38 – grifos do original). Ao nosso ver, os espaços participativos são criados toda vez que se criam rupturas do poder exclusivo de definição dos objetivos e normas institucionais. Um exemplo disso são os complexos jogos de movimentos de recusa ao tutelamento, expresso em diversas relações entre as instâncias institucionais, como no processo de regionalização do MEB. Entretanto, esse mesmo processo pôde ser visto como negação e , como é próprio do movimento do real, também como afirmação da tutela em suas relações de poder.

Essas análises nos mostram que esse “*modus operandi*” não é exclusivo dos eclesiásticos, mas absorvido também pelos leigos e bastante cultivado em alguns cargos e funções. É importante ressaltar essa observação, já que com a hegemonia do projeto centralizador da Igreja Católica, encabeçado pela cúpula romana do Vaticano(BOFF,1996:56) e o tão destacado “*protagonismo dos leigos*” presente nos vários documentos eclesiás latino-americanos, como o da Conferência Episcopal Latino-americana, a de Santo Domingo(1992), não se gere um ingênuo romantismo baseado em discursos que na prática ocultam exercícios de poder não emancipatórios dentro da instituição³¹. Como dizia Gómez de Souza(1994:37), essa insistência de que o leigo seja protagonista na verdade só revela que o mesmo não o é de fato, “*trata-se de uma maneira indireta de constatar que seu lugar não está garantido. Não há ainda o real protagonismo do leigo, do contrário não se daria tanta ênfase ao tema, pois que estaria no rol das coisas normais e não das prioridades*”.

Convém lembrarmos que sendo a Igreja Católica uma instituição milenar, universal e altamente hierarquizada, mas que para se conservar como tal durante todos esses séculos soube adaptar-se às mais diferentes e exigentes situações sem, contudo, perder a sua unidade

³¹ É interessante observar que essa análise das nuances dos discursos presentes, inclusive nos documentos oficiais, embora apresentem e estimulem esse protagonismo, ao mesmo tempo apresentam seu limite. Ver Cânon 129, parágrafo 2º do Código de Direito Canônico(1987: 55) e o comentário feito em nota pela edição brasileira: “*Reafirmando, em princípio, a capacidade dos que receberam o sacramento da ordem para possuir e exercitar esse poder, deixa aberta a porta para que os leigos possam cooperar em seu exercício. Seria o caso de perguntar se não há aqui o desejo de manter a velha legislação, pelo menos nas aparências. Se os leigos podem receber uma participação no poder de reger é porque têm uma base para tanto no seu ser cristão. Por outro*

centrada na autoridade papal, talvez encontre aí mesmo os seus limites e possibilidades quanto aos espaços de participação, já que “*o caráter universal do discurso da Igreja exige que ele seja genérico de maneira poder atingir todas as nações e todas as classes ... a tradução desse discurso genérico em cada sociedade responde a dinâmica desta.*” (PAIVA, 1984:80). No MEB, vimos o próprio movimento do real que nos apresenta como “*tensão dialética sempre superável do já sido e do ainda não no sendo*” (CURY, 1989:31 – grifo nosso) quando se irrompe novas formas de exercício participativo de poder emancipatório na construção da própria instituição, quanto do seu serviço às organizações populares.

Falar em fortalecimento do saber e poder das organizações populares é nos perguntarmos sobre como as relações de poder entre o MEB e os grupos populares estão efetivamente reforçando essas organizações no sentido de consubstanciar uma contrahegemonia. Inicialmente, vimos que o MEB apresenta um corpo doutrinário-ideológico com elementos germinantes da educação popular onde os valores de justiça, igualdade, liberdade, solidariedade, fraternidade, autonomia de grupos e pessoas, emancipação, entre outros, congrega seus agentes a uma ação político-pedagógica junto às organizações populares.

Ao analisarmos a tensão existente no MEB quanto a sua proposta de intervenção político-pedagógica e a autonomia dos grupos por ele assessorados, vimos que aí residem formas de relações de poder, já que existe no MEB correntes de pensamentos e práticas que advogam a não interferência ou a menor interferência possível junto às organizações populares uma vez que as mesmas independem da presença de um agente externo para desenvolverem-se e superarem suas dificuldades, bem como outra corrente oposta, não declarada no discurso, mas evidenciada na prática pela substituição da ação da organização popular pelos agentes do MEB, confundindo papéis e, sobretudo, gerando dependência. Essas duas correntes de pensamentos e práticas são minoria no MEB. Outra corrente, hoje hegemônica, sobretudo no ideário, é a de que o papel da assessoria do MEB é intermediária, subsidiária e que dependendo da capacidade técnica e sensibilidade da assessoria em relação

... às organizações pode também ser exercido de forma direta, sem a mediação do MEB. Nesse sentido, é preciso ressaltar que essa possibilidade não está restrita aos homens, mas se estende também às mulheres”.

as necessidades das organizações populares, deverá interferir nas mesmas na medida e proporção que ambas as partes accordarem.

É quase um axioma para as ciências humanas e sociais a afirmação de que as relações de poder estão em todas as relações entre indivíduos e grupos. Se é assim, em toda relação pedagógica há interferência, e, consequentemente, relações de poder. A questão então não é se há interferência ou não há interferência e sim como deve ser a mesma, ou em outras palavras, até que ponto essa interferência gera relações de dependência ou autonomia entre as partes, reforça o poder de quem e para quem.

Nesse bojo, examinamos algumas concepções sócio-políticas e pedagógicas que se diziam preocupadas com a autonomia das organizações populares; advogavam a não interferência no movimento popular; o respeito ao ritmo dos movimentos populares e que a ação de assessoria não se compatibilizava com uma ação de animação entre outras. Aparentemente, essas preocupações e condutas de ação podem até demonstrar um desvelo com a autonomia das organizações populares, mas, ao analisarmos mais profundamente vimos que as mesmas iam ao contrário do que discursivamente almejavam, já que:

- a) Não existe relação sem interferências, sobretudo as relações entre assessor/educador e assessorado/educando, pois são relações marcadas pelo poder. A questão posta é se nessa relação há um reconhecimento da alteridade dos sujeitos e uma prática democrática com diferentes papéis e saberes. Negar essa interferência é escamotear as regras do jogo das relações, no mínimo criando a pseuda sensação de que um dos pólos é mero espectador ou “facilitador”, no caso o assessor/educador, desconhecendo ainda toda a gama de conhecimento e técnica que o mesmo possui e que o mantém numa posição privilegiada frente ao assessorado/educando. Tudo isso só fortalece ainda mais esse polo da relação já que, no fundo, é ele que mantém as regras do jogo e cria sutis e “invisíveis” relações de fortalecimento do seu poder e/ou de sua instituição;
- b) O “respeitar o ritmo das organizações” pode também escamotear as mesmas razões do item anterior e mais ainda a fragilidade da assessoria em responder satisfatoriamente as

exigências de seu trabalho em educar as organizações populares a se superarem, pois, como vimos, as classes populares não possuem um ritmo “natural” de conscientização ou organização. Os agentes externos, notadamente os intelectuais, é quem determinam, em grande parte esse ritmo (MAINWARING, 1986:219). Excluindo uma postura vanguardista ou basista, ambas malévolas à gestação de sujeitos e grupos democráticos, o “exato” ritmo de uma organização popular é fruto de uma interação pedagogicamente crítica entre a assessoria e o grupo assessorado ponderando seus limites, possibilidades e desafios;

- c) Ao nos depararmos com a contraposição entre o ato de assessorar e o ato de animar, vimos que se tratava de um pseudo problema em relação a gerarem ou não autonomia nas organizações populares. Ora, ambas práticas pedagógicas requerem uma boa instrumentalização de conhecimentos técnicos e saberes de experiência. De posse das mesmas o agente poderá primar ou não por uma ação de assessoria que gere autonomia na organização popular. O mesmo se diga em relação ao ato de animar. O que nos parece fundamental é que tais ações tenham como base a realidade específica e própria de cada organização popular, que considere suas necessidades e níveis de organização, sua dinâmica e outros. A ação de assessoria, dentro dessa perspectiva de análise, comporta, consequentemente, a ação de animação de um grupo dentro de um certo contexto e fim. Vimos ainda que a dinâmica própria das organizações populares é bastante diversificada e assim sendo, ora pode apresentar mais e/ou exclusivamente uma necessidade de assessoria e em outras só de animação e em outras as duas. O importante aí é que seja qual for a necessidade da organização popular, busque-se assegurar uma ação tecnicamente e politicamente abalizada, que prime realmente pela autonomia da organização popular fortalecendo seu “saber e poder”.

Vimos que são também problemáticas algumas formas de se compreender assessoria no MEB, enquanto a mesma implicar num distanciamento das organizações populares e de suas bases, tendendo a “*um nível de intelectualização, de competência ... até de metalinguagem muito diferenciada dos grupos populares*” e a um deslocamento da dimensão política e ainda numa perca da sensibilidade de ouvir e aprender com as organizações

populares. Tais formas de se compreender uma assessoria popular são contrárias a uma matriz crítica e democrática de se pensar uma assessoria popular, pois negam alguns dos seus princípios básicos como: a unidade entre teoria e prática, uma visão de mundo e política de classe, valorização da cultura e saber popular e uma visão da ciência enquanto portadora de uma ação comunicativa(HABERMAS,1985:39 ; LOVISOLLO,1990:35), que não se ausenta dos fins do agir humano.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que não obstante as críticas aqui presentes a aspectos do trabalho realizado pelo MEB e sua vinculação com a Igreja Católica, reconhecemos também seu valor e contribuição à construção de uma sociedade democrática a partir do fortalecimento das organizações populares. Aliás, por acreditarmos que o movimento do real, que é marcado pela contradição e pela possibilidade de nessas contradições irem sendo geradas novas formas de relacionamentos e espaços democráticos, é que constatamos que a Igreja Católica e suas organizações, no caso presente o MEB, mesmo e inclusive com suas contradições, também se constituíram e se constituem importantes instrumentos na luta e construção de um país democrático, nesta terra brasileira ao longo desses outros 500 anos.

BIBLIOGRAFIA (Livros, artigos, periódicos, relatórios, teses e dissertações)

1. ALMEIDA, Luciano Mendes de ... [et al] . **IGREJA E EDUCAÇÃO POPULAR – O MEB: ONTEM E HOJE**. Cadernos da AEC do Brasil, nº 24, Brasília(DF), AEC, 1985.
2. ANDRADE, I. & RODRIGUES, F. *A tecnologia informática na educação: o programa HyperResearch*. **CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**. Fortaleza, Edições UFC, n. 5, 1996.
3. BOFF, Clodovis . **AGENTE PASTORAL E POVO** Petrópolis, Vozes, 1984.
4. _____ . *Uma análise de conjuntura da igreja Católica no final do milênio*. IN: LESBAUPIN, Ivo et alii. **PARA ENTENDER A CONJUNTURA ATUAL: NEOLIBERALISMO, MOVIMENTOS POPULARES, IGREJA CATÓLICA E ONG'S**. Petrópolis, Vozes/ISER – ASSESSORIA, 1996.
5. BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **DA LIBERTAÇÃO - O TEOLÓGICO DAS LIBERTAÇÕES SÓCIO- HISTÓRICAS**. Petrópolis, VOZES, 1979.
6. BOMFIM, M. do C. A. do. **LUTAS POPULARES PELA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA EM TERESINA; O CASO DOS BAIRROS LORIVAL PARENTE E VILA SÃO FRANCISCO SUL**. Dissertação de mestrado em História e Filosofia da Educação. PUC-SP, 1991.
7. BOURDIEU, Pierre. **O PODER SIMBÓLICO**. Lisboa, DIFEL, 1989.
8. CADERNOS DO CEAS. **ASSESSORIA POPULAR**. Nº 84. Salvador, Março/Abril,1983.
9. CADERNOS MEB. **MEB HOJE: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS**. (Série Documento).Brasília: MEB, nº 1, 1986.
10. CADERNOS MEB. **DOSSIÊ MEB – PRÊMIO EM ALFABETIZAÇÃO – UNESCO**. Nova Série. Volume 1, Nº 2, Dezembro de 1994.
11. CARDOSO, RUTH C. L.(org.). **A AVENTURA ANTROPOLÓGICA**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
12. CHAUÍ, Marilena. **CONFORMISMO E RESISTÊNCIA – ASPECTOS DA CULTURA POPULAR NO BRASIL**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.
13. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo. Ed. Loyola, 1987.

14. CUNHA, Luiz Antônio. **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL**. 8^a ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985.
15. CUNHA FILHO, José Leão da. *O Assessor Regional como Modelo de Assessoria para as Equipes MEB: Idéias para Reflexão*. IN: **TEXTOS PARA REFLEXÃO/Nº 02**. MEB, Maio/Agosto, 1996.
16. CURY, Carlos R. Jamil. **EDUCAÇÃO E CONTRADIÇÃO**. 4^a edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1989.
17. COLARES, Marco A P. (org.), SANTOS, Ana Beatriz Martins dos & SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. **SINDICALISMO E ASSESSORIA POPULAR: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL**. Teresina, CEPAC/CPT, 1989.
18. DAMASCENO, Maria Nobre. **O COTIDIANO E A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS NO ESTUDO DA PRÁXIS EDUCATIVA**. Fortaleza, 1994. Texto mimeo.
19. _____ **PEDAGOGIA DO ENGAJAMENTO: TRABALHO, PRÁTICA EDUCATIVA E CONSCIÊNCIA DO CAMPESINATO**. Fortaleza, Ed. UFC, 1990.
20. _____ *A formação de novos pesquisadores: a investigação como uma construção coletiva a partir da relação teoria-prática*. IN: CALAZANS, Julieta (org.). **INICIAÇÃO CIENTÍFICA: CONSTRUINDO O PENSAMENTO CRÍTICO**. São Paulo: Cortez, 1999.
21. DEWEY, John. **DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO**. 4^a ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
22. DIRETRIZES PASTORAIS – DIOCESE DE PICOS(PI). I Sínodo Diocesano(1990-1994), Picos(PI), 1994.
23. DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. Conclusões, texto oficial, CELAM - Ed. Loyola, 1992.
24. DOIMO, Ana M. **A VEZ E A VOZ DO POPULAR**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995
25. DUARTE, Gilberto Pereira. **MEB - TERESINA: SUA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO**. Teresina(PI), 1973. (mimeo)
26. DURHAM, E. R. *Movimentos Sociais: a construção da Cidadania*. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP** – nº 10, São Paulo, v.4, 1984.

27. DURKHEIM, Emile. **EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA**. 8^a ed. São Paulo, Melhoramentos, 1972.
28. EVERES, Tilman. *Identidade: a face oculta dos movimentos sociais*. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**. São Paulo, CEBRAP, v.2, n.1, abr. 1984. LEITOS
29. FÁVERO, Osmar. **UMA PEDAGOGIA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR:ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MEB(1961 A 1966)**. São Paulo, PUC, 1984.(Tese de Doutorado)
30. FOULCAULT, Michel. **MICROFÍSICA DO PODER**. 7^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Graal, 1979.
31. FERRARI, Alceu R. **IGREJA E DESENVOLVIMENTO**. Natal, Fundação José Augusto, 1967.
32. FREITAG, Bárbara. **ESCOLA, ESTADO E SOCIEDADE**. 5^a edição. São Paulo, Moraes, 1984
33. FREIRE, Paulo. *A Alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro ?* IN: **REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**. São Paulo, Cortez/Cedes, n^o 1. 1978 .
34. GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO E CONTRA EDUCAÇÃO**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
35. _____, **CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA EDUCAÇÃO**.2^a edição. São Paulo , cortez e Autores Associados, 1983.
36. GARCIA, Pedro Benjamim ... [et al]. **O PÊNDULO DAS IDEOLOGIAS: A EDUCAÇÃO POPULAR E OS DESAFIOS DA PÓS-MODERNIDADE**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
37. GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. IN: GEERTZ, Clifford. **A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. LEITOS
38. GOHN, Maria da Glória Marcondes. **MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO**. São Paulo, Cortez, 1992.
39. _____, **OS SEM-TERRA, ONGs E CIDADANIA: A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**. São Paulo, Cortez, 1997.
40. GOLDEMANN, Lucien. **DIALÉTICA E CULTURA**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.
41. _____, **CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**. 11^a Edição. Rio de

- Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A., 1988.
42. GOMÉZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *Leigo ou simplesmente cristão?* IN: PINHEIRO, José Ernanne(org.). **O PROTAGONISMO DOS LEIGOS NA EVANGELIZAÇÃO ATUAL.** São Paulo, Ed. Paulinas, 1994.
43. **CLASSES POPULARES E IGREJA NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA.** Petrópolis, VOZES, 1982.
44. GRAMSCI, Antônio. **CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA.** 3^a Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
45. **OS INTELECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA.** 8^a Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
46. GUTIERREZ, Gustavo. **A FORÇA HISTÓRICA DOS POBRES.** Petrópolis, Vozes, 1972.
47. HAGETTE, Tereza M. Frota. **METODOLOGIAS QUALITATIVAS NA SOCIOLOGIA.** 5^a Edição. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.
48. HARBERMAS, J. **CONSCIÊNCIA MORAL Y ACCIÓN COMUNICATIVA.** Barcelona, Ed. Península, 1985.
49. **CONHECIMENTO E INTERESSE.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
50. IANNI, Octávio. **O COLAPSO DO POPULISMO NO BRASIL.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
51. JIMÉNEZ, Marco Raúl M. **EDUCAÇÃO POPULAR: PEDAGOGIA E DIALÉTICA.** UNIJUÍ Editora. Ijuí, 1989.
52. LAVISOLO, Hugo. **EDUCAÇÃO POPULAR: MAIORIDADE E CONCILIAÇÃO.** Salvador, UFBA/Empresa Gráfica da Bahia, 1990.
53. LIBÂNEO, João Batista. **VOLTA À GRANDE DISCIPLINA – REFLEXÃO TEOLÓGICO-PASTORAL SOBRE A ATUAL CONJUNTURA DA IGREJA.** São Paulo, Edições Loyola, 1983.
54. MADURO, Otto. **RELIGIÃO E LUTA DE CLASSES: QUADRO TEÓRICO PARA ANÁLISE DE SUAS INTER-RELAÇÕES NA AMÉRICA LATINA.** 2^a Edição. Petrópolis, Vozes, 1983.

55. MAINWARING, Scott. **IGREJA CATÓLICA E POLÍTICA NO BRASIL**. São Paulo, ~~Brasiliense~~. 1989.
56. ~~SENAC~~ **Igreja Católica, Educação do Povo e Política**. IN: PAIVA, Vanilda(org.). **PERSPECTIVAS E DILEMAS DA EDUCAÇÃO POPULAR**. 2^a Edição. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986.
57. MARTINS, José de Sousa. **O PODER DO ATRASO - ENSAIOS DE SOCIOLOGIA DA HISTÓRIA LENTA**. São Paulo, Editora Hucitec. 1994.
58. MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. IN: FERNANDES, Florestan(org.). **HISTÓRIA**. 2^a edição. São Paulo, Ática, 1984.
59. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **ANIMAÇÃO POPULAR**. Rio de Janeiro, 1965.(Apostila 5, série A)
60. **CONHECER PARA INTERVIR**. Brasília , 1998.
61. **ENCONTRO NACIONAL DO MEB**. Natal (RN), 06 a 09.10.1992.
62. **ENCONTRO NACIONAL DO MEB**. São Luís (MA), 18 a 22.10.1995.
63. **I ENCONTRO DE COORDENADORES**. 1962.
64. **ESTATUTO DO MEB**. Brasília, 1995
65. **MEB EM CINCO ANOS: 1961-1966**. Rio de Janeiro, s.d.
66. **PLANO DE FORMAÇÃO**. Brasília, 1996.
67. **PLANO TRIENAL(1993-1995)**. Brasília, 1993.
68. **PLANO TRIENAL(1996-1998)**. Brasília, 1996.
69. **POLÍTICAS PEDAGÓGICAS – REGIONAL CEPI**. Teresina, 1993.
70. **PROCESSO DE AVALIAÇÃO -ENCONTRO NACIONAL - PLANO TRIENAL NACIONAL**. Brasília, 1986
71. **REGIMENTO INTERNO DO MEB**. Brasília, 1998.
72. **SEMINÁRIO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - SENALFA** - Natal (RN), 1997.
73. MEDEIROS, Antônio José. *O Piauí e o Processo de Integração Nacional*. IN:

- MEDEIROS, Antônio José. **MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.** Teresina(PI): CEPAC,1996.
74. MEMÓRIAS DO IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL: UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR, João Pessoa, 26 a 30 de julho de 1994. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1995.
75. MORAES, Abdalaziz de Moura de.. *O Convênio entre entidades de Assessoria e Movimentos Populares, como Instrumento Pedagógico.* IN: **TEXTOS PARA REFLEXÃO/Nº 01.** MEB, Janeiro-Abril, 1996.
76. MUÑHOZ, Jorge Vicente. *Sobre as instituições que fazem Educação Popular.* IN: **EDUCAÇÃO POPULAR (II).** CEI - Suplemento N° 22 - Outubro. Tempo e Presença Editora Ltda. Rio de Janeiro – RJ, 1978.
77. OLIVEIRA, P. Ribeiro & MEDINA, C. A. de . **AUTORIDADE E PARTICIPAÇÃO.** Petrópolis, Vozes/CERIS, 1973.
78. PAIVA, Vanilda. **PAULO FREIRE E O NACIONALISMO DESENVOLVIMENTISTA.** 2^a edição. Civilização Brasileira, Ed. UFC. Rio de Janeiro, 1986a.
79. _____ . *Anotações para um Estudo sobre Populismo Católico e Educação no Brasil.* IN: PAIVA, Vanilda(org.). **PERSPECTIVAS E DILEMAS DA EDUCAÇÃO POPULAR.** 2a. ed. Graal. Rio de Janeiro.1986b
80. _____ . *Teses sobre a Igreja Moderna no Brasil.* IN: **RELIGIÃO E SOCIEDADE.** 11/1. Editora Campus LTDA. Rio de Janeiro. 1984.
81. _____ . *Igreja, Sociedade e Democratização do Ensino.* IN : CASTEJÓN, Agostinho e FÁVERO, Leônidas. **IGREJA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO.** Cadernos AEC do Brasil nº 25, Brasília(DF), AEC, 1985.
82. PEIJNENBURG, Jeroen & SILVA, Ranulfo P. da. **AVALIAÇÃO MISEREOR-MEB. RELATÓRIO FINAL.** Barra do Jucu(ES), MEB, setembro de 1994.
83. _____ . **PRÉ-RELATÓRIO - AVALIAÇÃO MISEREOR-MEB. RELATÓRIO FINAL.** Brasília, MEB, agosto de 1994.
84. PONTE, Víctor Manuel Durand. *La transformación del populismo mexicano.* IN: FALEIROS, Maria Izabel Leme & CRESPO, Regina Aída (org.). **HUMANISMO E COMPROMISSO: ENSAIOS SOBRE OCTÁVIO IANNI.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1996.

85. PORTELLI, Hugues. **GRAMSCI E A QUESTÃO RELIGIOSA**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1984.
86. QUIVY, Raymond & VAN CAMPENHOUDT, Luc. **MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. Lisboa, Gradiva, 1992.
87. RAMALHO, José Ricardo. *Uma prática de assessoria popular à pastoral popular*. IN: PAIVA, Vanilda (org.). **PERSPECTIVAS E DILEMAS DA EDUCAÇÃO POPULAR**. 2a. ed. Graal. Rio de Janeiro, 1986.
88. RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE: DISCURSO E PRÁTICA (1961-1967)**. São Luís, UFMA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 1985.
89. SADER, Éder. **O RUMOR DE BOTAS**. São Paulo, Ed. Polis, 1982.
90. _____ **MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**. São Paulo, Cortez, 1987.
91. _____ **QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
92. SAVIANI, Dermeval. **ESCOLA E DEMOCRACIA**. 30ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.
93. SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, P. (org.). **UMA REVOLUÇÃO NO COTIDIANO ? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
94. SCHERER-WARREN, Ilse. **REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**. São Paulo, Loyola/ Centro João XXIII, 1993.
95. SEMERARO, Giovanni. **A PRIMAVERA DOS ANOS 60: A GERAÇÃO DE BETINHO**. São Paulo, Centro João XXIII e Ed. LOYOLA, 1994.
96. SILVA, Roberto John G. da. **A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO CUT-PIAUÍ**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1993.
97. SOUSA, Carlos Alberto Lopes de. **O DISCURSO E A PRÁTICA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: O CASO DA PARCERIA MEB E MEC NO PROGRAMA MEB ALFABETIZANDO EM PARCERIA, 1993-1995**. Brasília(DF), Universidade Católica de Brasília - UCB, 1997. (Dissertação de Mestrado)

98. SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. **CURSO MEB / ESPACO PEDAGÓGICO – Anotações pessoais.** Brasília, 1996. (manuscritos)
99. _____ . **DIÁRIOS DE CAMPO.** Picos/Brasília, 1999a.
100. _____ . **O MEB NO ESTADO DO PIAUÍ NOS ANOS 60: UMA INCURSÃO HISTÓRICA A PARTIR DE UM RELATO DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.** Salvador, Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação - Anais do XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, 1999b.
101. _____ . **RELATÓRIO TEMÁTICO DAS ENTREVISTAS MEB – PICOS.** Brasília, 1999c.
101. _____ . **RELATÓRIO TEMÁTICO DAS ENTREVISTAS MEB DE BRASÍLIA.** Brasília, 1999d.
102. _____ . **RELATÓRIO TEMÁTICO DAS ENTREVISTAS COM COORDENADORES DEPARTAMENTAIS DO MEB.** Brasília, 1999e.
103. SOUZA, Isidoro Pires de. *Despontar de Nova Alvorada (Palavras do Coordenador do MEB por ocasião do programa inaugural do MEB).* IN: **MEB - SERPI - RELATÓRIO - DEZEMBRO DE 1961 - MARÇO DE 1963.** Teresina - Piauí. 1963.
104. SUCHODOLSKI, Bogdan. **A PEDAGOGIA E AS GRANDES CORRENTES FILOSÓFICAS.** 3^a ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
105. THIOLLENT, Michel. **CRÍTICA METODOLÓGICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENQUETE OPERÁRIA.** São Paulo, Polis, 1980.
106. TORRES, Rosa Maria. **DISCURSO E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO POPULAR.** Ijuí, Unijui ed., 1988.
107. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ . **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.** 6^a Edição. Vol. 2. Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos. Paraná, Editora UFPR, 1996.
108. _____ . **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.** 6^a Edição. Vol. 6. Referências Bibliográficas. Paraná, Editora UFPR, 1996.
109. _____ . **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.** 6^a Edição. Vol. 7. Citações e Notas de Rodapé. Paraná, Editora UFPR, 1996.

110.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.

- 6^a Edição. Vol. 8. Estilo e Orientação para Datilografia e Digitação. Paraná, Editora UFPR, 1996.
108. VALLE, Rogério & BOFF, Clodovis. **O CAMINHAR DE UMA IGREJA NORDESTINA - AVALIAÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE PICOS.** São Paulo: Paulinas, 1993.
109. WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **EDUCAR PARA TRANSFORMAR: EDUCAÇÃO POPULAR, IGREJA CATÓLICA E POLÍTICA NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE.** Petrópolis, Ed. VOZES, 1984.
110. *Movimentos Sociais populares: Aspectos econômicos, sociais e políticos: REVISTA ENCONTRO COM A CIVILIZAÇÃO* – nº 25, RJ, 1980.
111. WEBER, Marx. **ECONOMIA E SOCIEDADE: FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA.** Vol. 1. 3^a Edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994
112. WEFFORT, Francisco. **O POPULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA.** 3^a Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

JORNAIS

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 08 de abril de 1984

ANEXO

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

CONSELHO DIRETOR NACIONAL - CDN:

1. Dom Antônio Soares Costa – Bispo da Diocese de Caruaru-PE - Presidente
2. Dom Alcimar Caldas Magalhães – Bispo da Diocese do Alto Solimões-AM – Vice-presidente
3. Dom Augusto Alves da Rocha – Bispo da Diocese de Picos-PI

EQUIPE DE BRASÍLIA:

1. José Leão da Cunha Filho – Secretário Geral do MEB
2. Carlos Alberto Lopes de Sousa – Ex-Secretário Adjunto Pedagógico
3. Paulo Afonso de Araújo Quermes – Ex-Secretário Adjunto Pedagógico
4. Ricardo Spindola Mariz – Assessor Regional do MAPA e AMAZONAS
5. Abdalaziz de Moura Xavier – Ex-Assessor Regional do SERNALBA
6. Cleide Borges da Silva – Equipe Pedagógica Nacional e Setor de Projetos do MEB

COORDENADORES DOS DEPARTAMENTOS DE BASE

1. Idelma Santiago da Silva – Regional MAPA – Departamento de Redenção(PA)
2. Cleomar Locatelli – Regional MAPA – Departamento de Santarém(PA)
3. Antônio Adevaldo Dias da Costa – Regional Amazonas – Departamento de Carauari(AM)
4. Antônio Cândido Gomes - Regional Amazonas – Departamento de Jutai(AM)
5. João Benvindo de Moura – Regional CEPI – Departamento de Picos(PI)
6. Maria do Socorro Oliveira – Regional SERNALBA – Departamento de Mossoró(RN)

DEPARTAMENTO DE BASE – DEPARTAMENTO DE PICOS

1. Maria Oneide Fialho Rocha – Ex-coordenadora e ex-assessora
2. José Manoel de oliveira – Ex-assessor
3. Rufino Manoel de Almondes – Ex-coordenador e ex-assessor
4. Maria do Socorro Soares – Assessora
5. Gertrudes Maria de Jesus Oliveira – Ex-assessora
6. Antônio José Costa de Oliveira – Ex-secretário
7. João Benvindo de Moura – Coordenador (única entrevista como coordenador e membro da equipe do MEB/Picos)

LIDERANÇAS POPULARES E ECLESIÁIS NA DIOCESE DE PICOS(PI)

1. Josefa Francisca de Lima – Ex-presidenta da FAMCC
2. Paulo João da Silva – Presidente da FAMCC Regional
3. Antônio Francisco de Carvalho – Ex-presidente da CUT Regional
4. Francisco Hélio Pires – Presidente da CUT Regional
5. Edna Zangale de Azevedo – Ex-coordenadora de Pastoral da Diocese
6. Maria dos Remédios Fontes – Ex-alfabetizadora do MEB
7. Maria dos Humildes Paixão Rocha – Ex-alfabetizadora do MEB
8. Ajailton Rodrigues Lima – Ex-alfabetizador do MEB